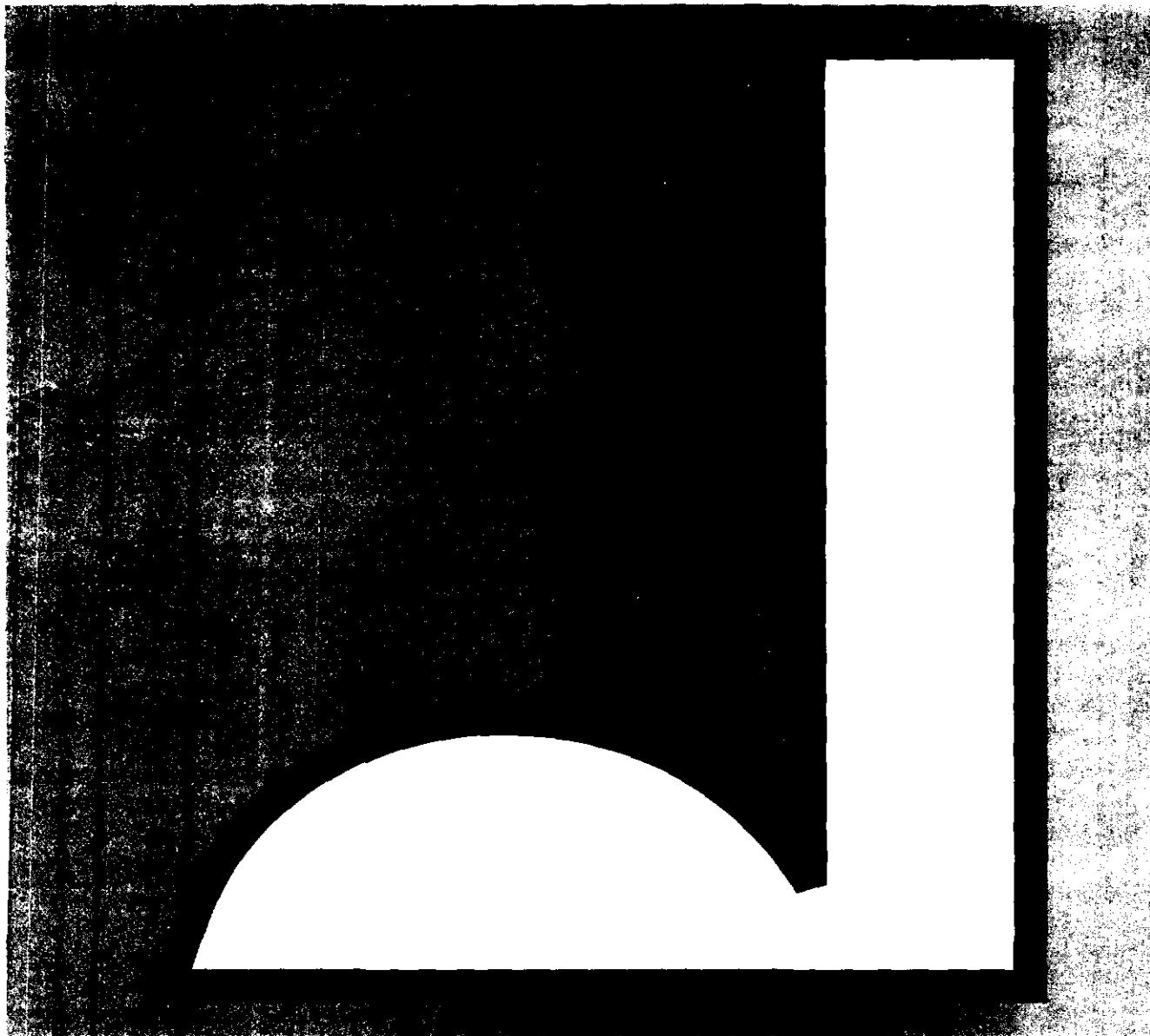




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
<p>Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB</i> 2º Secretário <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i></p>	<p>3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i></p> <p>Suplentes de Secretário 1º <i>Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> 2º <i>Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> 3º <i>Jonas Pinheiro - PFL - MT</i> 4º <i>Marluce Pinto - PMDB - RR</i></p>	
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i></p> <p>(1) Reeleitos em 2-4-97</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores(2) <i>Amir Lando - PMDB - RO</i> <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Alberto Silva - PMDB - PI</i> <i>Djalma Bessa - PFL - BA</i> <i>Bernardo Cabral - PFL - AM</i></p> <p>(2) Designação: 30-6-99</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder <i>José Roberto Arruda</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Romero Jucá</i> <i>Moreira Mendes</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB - 26</p> <p>Líder <i>Jader Barbalho</i></p> <p>Vice-Líderes <i>José Alencar</i> <i>Iris Rezende</i> <i>Amir Lando</i> <i>Ramez Tebet</i> <i>Gilberto Mestrinho</i> <i>Renan Calheiros</i> <i>Agnaldo Alves</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB - 14</p> <p>Líder <i>Sérgio Machado</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PPB - 2</p> <p>Líder <i>Leomar Quintanilha</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p>
<p>LIDERANÇA DO PFL - 21</p> <p>Líder <i>Hugo Napoleão</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i></p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT/PDT) - 10</p> <p>Líder <i>Heloisa Helena</i></p> <p>Vice-Líderes <i>Eduardo Suplicy</i> <i>Sebastião Rocha</i> <i>Jefferson Péres</i></p>	<p>LIDERANÇA DO PPS - 3</p> <p>Líder <i>Paulo Hartung</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PSB - 3</p> <p>Líder <i>Roberto Saturnino</i></p> <p>Vice-Líder <i>Vago</i></p> <p>LIDERANÇA DO PTB - 1</p> <p>Líder <i>Arlindo Porto</i></p>
EXPEDIENTE		
<p><i>Agaciel da Silva Maia</i> <i>Diretor-Geral do Senado Federal</i> <i>Claudionor Moura Nunes</i> <i>Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</i> <i>Júlio Werner Pedroso</i> <i>Diretor da Subsecretaria Industrial</i></p>	<p><i>Raimundo Correiro Silva</i> <i>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</i> <i>Marcia Maria Correia de Azevedo</i> <i>Diretora da Subsecretaria de Ata</i> <i>Denise Ortega de Baere</i> <i>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</i></p>	

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

A PRESIDÊNCIA CONVOCA SESSÃO CONJUNTA DO CONGRESSO NACIONAL A REALIZAR-SE DIA 12 DE ABRIL DO CORRENTE ANO, QUARTA-FEIRA, AS 19 HORAS, NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, DESTINADA À APRECIAÇÃO DO PROJETO DE LEI N° 20, DE 1999-CN, QUE ESTIMA A RECEITA FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2000.

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETOS LEGISLATIVOS

Nº 46, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à "Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo	06650
Nº 47, de 2000, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à "Difusora Ouro Verde Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná	06650
Nº 48, de 2000, que aprova o ato que renova a concessão da "Sociedade Rádio Frutal Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais	06650
Nº 49, de 2000, que aprova o ato que outorga permissão à "Fundação Senhor Bom Jesus" para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais	06650

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 31^a SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 7 DE ABRIL DE 2000

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 247, de 2000, de 3 do corrente, em atenção ao Aviso nº 544, de 2000, do Senado

Federal, informando a constituição, no âmbito daquela Corte de Contas, do Processo nº TC-003.998/2000-9, já encaminhado à Unidade Técnica competente para as devidas providências; em decorrência do Requerimento nº 117, de 2000, de autoria da Senadora Heloísa Helena. A matéria aguardará, na Secretaria-Geral da Mesa, o resultado da auditoria. 06651

2.2.2 – Pareceres

Nº 309, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.....

Nº 310, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 1999 (nº 295/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.....

Nº 311, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 1999 (nº 121/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural de Aratiba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.....

Nº 312, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999 (nº 136/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.....

Nº 313, de 2000, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 1999 (nº 230/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Correia do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.....

Nº 314, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078/99, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências.....

Nº 315, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000 (nº 2.398/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a

reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências..... 06657

2.2.3 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 6 e 7, de 2000, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 06658

2.2.4 – Ofícios

Nºs 547, 551, 571, 600, 602 e 629/2000, de 3, 4 e 5 do corrente, do Líder do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.925-6, 1.934-12, 1.944-13, 1.955-66, 1.956-48 e 1.966-7, de 2000, respectivamente..... 06659

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR FRANCÉLINO PEREIRA – Considerações sobre a distribuição de renda no Brasil, segundo dados do Relatório 2000 sobre a Pobreza, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD..... 06660

SENADOR RENAN CALHEIROS – Necessidade da reativação imediata do Proálcool..... 06663

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia do Jornalista. Considerações sobre a Lei de Imprensa. Leitura de nota do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal..... 06668

SENADOR CARLOS PATROCÍNIO – Comentários sobre a proposta de proibição da venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional..... 06674

SENADORA HELOÍSA HELENA – Defesa do estuário de Iagoas, alertando para os acidentes ecológicos que têm ameaçado o complexo lacustre Mundaú-Manguaba, em Maceió – AL..... 06678

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Resultados da viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Venezuela, com a assinatura de acordo para exploração conjunta de petróleo pela Petrobras e Pdvsa, e a solução para continuidade da construção da linha de transmissão de Guri..... 06682

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Comentários às declarações do Ministro Waldeck Ornelas, ontem, durante reunião no Congresso Nacional, sobre o reajuste do salário mínimo..... 06682

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Denúncias contra a ação de organizações não-governamentais no País, principalmente na questão indígena na Amazônia. Considerações sobre a homologação da

reserva indígena Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima. 06686

2.2.6 – Leitura de recurso

Nº 6, de 2000, tendo como primeiro signatário o Senador Hugo Napoleão, no sentido de que seja apreciado pelo Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara. 06694

2.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999. 06694

Recebimento da Mensagem nº 97, de 2000 (nº 469/2000, na origem), de 6 do corrente, pela

qual o Presidente da República encaminha a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 2000. À Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência. 06694

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Ata Circunstanciada da 4ª Reunião, realizada em 5 de abril de 2000, às 9 horas, na sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho. 06695

4 – ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 3, de 2000. 06740

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 46, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 828, de 7 de novembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 10 de agosto de 1991, a permissão outorgada a "Rádio Beira-Mar de São Sebastião Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Sebastião, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de abril de 2000 –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 47, DE 2000

Aprova o ato que renova a permissão outorgada a "Difusora Ouro Verde Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.089, de 16 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão outorgada a "Difusora Ouro Verde Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de abril de 2000 –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2000

Aprova o ato que renova a concessão da "Sociedade Rádio Frutal Ltda." para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1997, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da "Sociedade Rádio Frutal Ltda." para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de abril de 2000 –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 2000

Aprova o ato que outorga permissão a "Fundação Senhor Bom Jesus" para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 318, de 21 de dezembro de 1998, que outorga permissão a "Fundação Senhor Bom Jesus" para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Perdões, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de abril de 2000 –
Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 31^a Sessão Não Deliberativa em 7 de abril de 2000

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 51^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio
Nabor Júnior e Mozarildo Cavalcanti.*

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

AVISO

**DO PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

AVISO Nº 247-GP/TCU

3 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Em atenção ao Aviso nº 544 (SF), de 28-3-2000, dessa procedência, informo que, em decorrência do Requerimento nº 117/2000-SF, de autoria da Senadora Heloísa Helena, encaminhando a este Tribunal por Vossa Excelência, constituiu-se no âmbito desta Corte de Contas o processo nº TC-3.998/2000-9, já encaminhado à Unidade Técnica competente para as devidas providências.

Atenciosamente, – Iram Saralva, Presidente.

A matéria ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando o resultado da auditoria.

PARECERES

PARECER Nº 309, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar serviço de

radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

Relator: Senador José Fogaça.

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 1999 (nº 56, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paulista Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paulista, Estado de Pernambuco.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.231, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 14 de outubro de 1998, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado como § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Paulista Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
* Roberto Irineu Marinho	9.994.198
* Francisco de Assis Pereira Graell	5.772
* Pedro Ramos de Carvalho	30
Total de Cotas	10.000.000

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo

recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Murilo Domingos, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa, contra os votos dos Deputados Dr. Rosinha e Marcos Rolim.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços e radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 189, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Paulista Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2000. – **Freitas Neto**, Presidente, – **José Fogaça**, Relator – **Romeu Tuma – Geraldo Cândido** (abstenção) – **Emilia Fernandes – Geraldo Althoff** – **Gerson Camata – Djalma Bessa – Francelino Pereira – Gilvam Borges – Bello Parga – Luzia Toledo – Álvaro Dias – Jefferson Péres** (abstenção) – **Lúcio Alcântara – Amir Lando**.

PARECER Nº 310, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 1999 (nº 295/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar serviço de

radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Relator: Senador Maguito Vilela

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 1999 (nº 295, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Paranaíba Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itumbiara, Estado de Goiás.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 371, de 1992, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto s/n, de 29 de julho de 1992, que renova a concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Paranaíba Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Anair Goulart Machado	31.229
José Machado Sobrinho	28.621
Juvensor Luiz de Miranda	3.150
Total de Cotas	63.000

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Roberto Valadão, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 213, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Paranaíba Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2000. – **Freitas Neto**, Presidente – **Maguito Vilela**, Relator – **Romeu Tuma** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Geraldo Althoff** – **Gerson Camata** – **Djalma Bessa** – **José Fogaça** – **Lúcio Alcântara** – **Francelino Pereira** – **Bello Parga** – **Gilvam Borges** – **Luzia Toledo** – **Álvaro Dias** – **Jefferson Peres** (abstenção) – **Amir Lando**.

PARECER Nº 311, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 1999 (nº 121, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural de Aratiba para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.

Relator: Senadora **Emilia Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 1999 (nº 121, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural de Aratiba para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aratiba, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.088, de 1998 o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto s/nº de 20 de agosto de 1998, que renova a concessão para exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É o seguinte o quadro direutivo da Fundação Cultural de Aratiba:

- Dom Gerônimo Zanadrea – Presidente
- Pe. Estevam Kfieciński – Diretor
- Pe. Geraldo Paschoal Moro – Diretor
- Pe. Agostinho Mors – Diretor
- Pe. Gabriel Zucco – Diretor

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu Relator, Deputado Couraci Sobrinho, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa, contra os votos dos Deputados Antonio Carlos Biscaino, Geraldo Magela, José Dirceu, Waldir Pires, José Genoíno e José Machado.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 241, de 1999, evidencia o

cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação Cultural de Aratiba atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à renovação da concessão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2000. – **Freitas Neto**, Presidente – **Emilia Fernandes**, Relatora – **Romeu Tuma** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Geraldo Althoff** – **Gerson Camata** – **Djalma Bessa** – **José Fogaça** – **Agnelo Alves** – **Francelino Pereira** – **Bello Parga** – **Gilvam Borges** – **Luzia Toledo** – **Álvaro Dias** – **Jefferson Péres** (abstenção) – **Amir Lando** – **Lúcio Alcântara**.

PARECER Nº 312, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999 (nº 136/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul

Relatora: Senadora **Emilia Fernandes**

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 1999 (nº 136, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado para explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ijuí, Estado do Rio Grande do Sul.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.694, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 293, de 9 de dezembro de 1998, que outorga a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade

com a legislação aplicável, o que leva ao seu deferimento.

É o seguinte o quadro direutivo da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado:

- Presidente – **Walter Frantz**
- Diretora – **Lídia Inês Allebrandt**

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado **Paulo Magalhães**, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa, contra os votos dos Deputados **Antonio Carlos Biscaia**, **Marcelo Déda**, **Marcos Rolim** e **Waldir Pires**.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 279, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2000. – **Freitas Neto**, Presidente – **Emilia Fernandes**, Relatora – **Romeu Tuma** – **Geraldo Cândido** (abstenção) – **Geraldo Althoff** – **Gerson Camata** – **Djalma Bessa** – **José Fogaça** – **Agnelo Alves** –

(abstenção) – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Djalma Bessa – José Fogaça – Agnelo Alves – Francelino Pereira – Bello Parga – Gilvam Borges – Luzia Toledo – Álvaro Dias – Jefferson Péres (abstenção) – Amir Lando – Lúcio Alcântara.

PARECER Nº 313, DE 2000

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 1999 (nº 230/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Correio do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Relator: Senador Ney Suassuna

I – Relatório

Chega a esta Comissão, para parecer, o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 1999 (nº 230, de 1999, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Correio do Vale Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 1.712, de 1998, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 260, de 4 de dezembro de 1998, que outorga a permissão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 49, XII, combinado com o § 1º do art. 223, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

É a seguinte a composição acionária do empreendimento Rádio Correio do Vale Ltda.:

Nome do Sócio Cotista	Cotas de Participação
Paulo Aristóteles Amador de Souza	4.658,00
Analuisa Bronzeado Vieira	1.552,25
Total de cotas	6.210,25

O presente projeto foi examinado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tendo recebido parecer favorável de seu relator, Deputado Gerson Gabrielli, e aprovação unânime daquela Comissão.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – Voto do Relator

O processo de exame e apreciação, pelo Congresso Nacional, dos atos que outorgam e renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, praticados pelo Poder Executivo, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, deve obedecer, nesta Casa do Legislativo, às formalidades e aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona uma série de informações a serem prestadas e exigências a serem cumpridas pela entidade pretendente, bem como pelo Ministério das Comunicações, que devem instruir o processo submetido à análise desta Comissão de Educação.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 293, de 1999, evidencia o cumprimento das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/92, do Senado Federal, ficando caracterizado que a entidade Rádio Correio do Vale Ltda. atendeu a todos os requisitos técnicos e legais para habilitar-se à outorga da permissão, opinamos pela aprovação do ato, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 28 de março de 2000. – **Freitas Neto, Presidente – Ney Suassuna, Relator – Romeu Tuma – Geraldo Cândido (abstenção) – Geraldo Althoff – Gerson Camata – Djalma Bessa – José Fogaça – Luzia Toledo – Francelino Pereira – Bello Parga – Gilvam Borges – Jefferson Peres (abstenção) – Álvaro Dias – Lúcio Alcântara – Amir Lando.**

PARECER Nº 314, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078/99, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que “dispõe

sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências.

Relator: Senador Bernardo Cabral

I – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000, que "Dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências".

Os seus arts. 1º e 2º redefinem a composição dos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 4ª e 5ª Regiões. Assim, o Tribunal Regional Federal – TRF – da 1ª Região, com sede em Brasília e abarcando toda a região Norte, mais os Estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Bahia, Piauí, Maranhão e o Distrito Federal, teria ampliada a sua composição de 18 (dezoito) para 27 (vinte e sete) Juízes.

O TRF da 2ª Região, com sede na Cidade do Rio de Janeiro e abrangendo os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e o TRF da 4ª Região, com sede em Porto Alegre e abrangendo os Estados da região Sul, teriam aumentadas as suas respectivas composições de 23 (vinte e três) para 27 (vinte e sete) Juízes.

Por fim, o TRF da 5ª Região, com sede em Recife e abrangendo os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, terá aumentada a sua composição de 10 (dez) para 15 (quinze) Juízes.

Por outro lado, o art. 3º da proposição em tela estabelece que os cargos de que trata o artigo anterior serão providos por nomeação pelo Presidente da República mediante indicação, em lista tríplice, organizada pelos respectivos Tribunais Regionais Federais, observado o disposto nos incisos I e II do art. 107 da Constituição Federal.

Já o art. 4º estatui que a função de Vice-Presidente e Corregedor fica desdobrada nos Tribunais Regionais Federais das 1ª e 5ª Regiões, em funções distintas de Vice-Presidente e de Corregedor-Geral.

Por seu turno, o art. 5º cria, nos Quadros de Pessoal das Secretarias dos Tribunais Regionais Federais das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Regiões os cargos efetivos e funções comissionadas relacionadas nos Anexos I a V. O art. 6º prevê que os cargos em questão serão providos, gradativamente, na forma da lei e na medida das necessidades do serviço, a critério do respectivo Tribunal.

Por fim, o art. 7º preceitua que cabe aos respectivos Tribunais Regionais Federais prover os demais atos necessários à execução da lei colimada; o art. 8º dita que as despesas decorrentes da sua aplicação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos correspondentes Tribunais Regionais Federais, a partir do exercício de 1999; e o art. 8º estabelece a cláusula de vigência.

Na correspondente justificação Sua Excelência, o Senhor Ministro Pádua Ribeiro, então Presidente do Superior Tribunal de Justiça informa que a reestruturação ora pretendida decorre da notória dificuldade enfrentada pelos Tribunais, em razão do crescente volume de processos existentes, o que é demonstrado com as correspondentes estatísticas.

Ademais, na área administrativa, houve a necessidade do acréscimo de cargos efetivos para dar suporte às Secretarias em decorrência de ampliação a ser procedida nos Tribunais Federais em questão.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000, e também, falar sobre o seu mérito, de acordo com o disposto no art. 101, I e II, f, do Regimento Interno desta Casa.

É o Relatório.

II – Voto

No que se refere à constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei em tela nos parece que não há nada que impeça a sua livre tramitação.

Com efeito, a proposição em pauta é da autoria do Superior Tribunal de Justiça, que tem reserva de iniciativa de lei nas matérias tratadas, quais sejam, alteração do número de membros dos tribunais inferiores (art. 96, II, a, da CF) e criação de cargos dos juízes que lhes forem vinculados (art. 96, II, b, da CF).

Cabe-nos apenas fazer uma observação. Como visto acima, o art. 8º da proposição em pauta estabelece que as despesas decorrentes da sua aplicação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas aos correspondentes Tribunais Regionais Federais, a partir do exercício de 1999. Ocorre que o exercício financeiro de 1999 se esgotou em 31 de dezembro daquele ano, não havendo mais sentido na expressão sublinhada.

Dessa forma, estamos apresentando emenda de redação suprimindo a expressão em questão, em nome da boa técnica legislativa.

Quanto ao mérito, perante os dados estatísticos acostados, parece-nos inafastável que o projeto de lei sob exame deve ser acolhido, na medida em que avulta o crescimento do número de feitos que são submetidos ao julgamento da Justiça Federal de Segunda Instância. A propósito, é de amplo conhecimento público que o número de magistrados em nosso País está aquém das reais necessidades da Cidadania.

Nesse sentido, as alterações pretendidas pela presente proposição, no sentido de ampliar a composição dos Tribunais Regionais Federais, contribuem sobremaneira para desafogar os respectivos trabalhos, favorecendo, nesse sentido, a melhoria da prestação da atividade judiciária à população brasileira.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000, com a emenda de redação abaixo e, quanto ao mérito, pela sua aprovação:

EMENDA Nº 1-CCJ

Suprime-se, no art. 8, a expressão final "...a partir do exercício de 1999."

Sala da Comissão, 5 de abril de 2000. – **Ramez Tebet**, Presidente em exercício – **Bernardo Cabral**, Relator – **Álvaro Dias** – **Roberto Requião** – **Antonio Carlos Valadares** – **Lúcio Alcântara** – **Roberto Freire** – **Carlos Wilson** – **Pedro Simon** – **Maria do Carmo Alves** – **Romeu Tuma** – **José Eduardo Dutra**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*Art. 96. Compete privativamente:

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV;

*EC 19/98.

PARECER Nº 315, DE 2000

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000 (nº 2.398/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que "Dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências".

Relator: Senador **Bernardo Cabral**

1 – Relatório

Trata-se do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000, (nº 2.398/2000, na Casa de origem), que "Dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal da 3ª Região e dá outras providências".

Os seus arts. 1º e 2º redefinem a composição do Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Nesse sentido, uma vez acolhida a iniciativa, o Tribunal Regional Federal – TRF, da 3ª Região, com sede em São Paulo e abarcando o Estado de São Paulo e o Estado de Mato Grosso do Sul, terá ampliada a sua composição de 27 (vinte e sete) para 43 (quarenta e três) juízes.

Por outro lado, o art. 3º da proposição em tela estabelece que os cargos de que trata o artigo anterior serão providos por nomeação pelo Presidente da República mediante indicação, em lista tríplice, organizada pelo respectivo Tribunal Regional Federal, observado o disposto nos incisos I e II do art. 107 da Constituição Federal.

Já o art. 4º cria, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, 201 (duzentos e um) cargos efetivos de nível superior (Analista Judiciário), 204 (duzentos e quatro) cargos efetivos de nível intermediário (Técnico Judiciário) e funções comissionadas da seguinte forma: 21 (vinte e uma) Funções FC-09; 20 (vinte) Funções FC-08; 12 (doze) Funções FC-07; 4 (quatro) Funções FC-05; 126 (cento e vinte e seis) Funções FC-04; 20 (vinte) Funções FC-02 e 2 (duas) Funções FC-01. O art. 5º prevê que os cargos em questão serão providos, gradativamente, na forma da lei e na medida das necessidades do serviço, a critério do Tribunal.

Por fim, o art. 6º preceitua que cabe ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região prover os demais atos necessários à execução da lei objetivada; o art. 7º – dita que as despesas decorrentes da sua aplicação correrão à conta das dotações

orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional Federal de que se trata; e o art. 8º estabelece a cláusula de vigência.

Na correspondente justificação Sua Excelência o Senhor Ministro Pádua Ribeiro, então Presidente do Superior Tribunal de Justiça informa que a reestruturação ora pretendida registra o assoberbamento dos órgãos julgadores do TRF da 3ª Região, que não mais comportam grande número de processos recebidos em grau de recurso, em face de visível e crescente desproporcionalidade ora existente, entre a sua atual composição e a estrutura da Justiça Federal de Primeiro Grau, sem contar aqueles feitos relativos à competência originária.

Além disso, anota Sua Excelência que dados estatísticos da Justiça Federal indicam que o número de processos em tramitação na Corte de Justiça da 3ª Região é de 337.799 (trezentos e trinta e sete mil setecentos e noventa e nove) para 27 (vinte e sete) juízes, cabendo a cada um 12.511 (doze mil quinhentos e onze), quantitativos muito acima da média recomendada pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional (v.g. art. 106, § 1º).

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000, e também, falar sobre o seu mérito, de acordo com o disposto no art. 101, I e II, 1, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.

II – Voto

No que se refere à constitucionalidade e juridicidade do projeto de lei em tela nos parece que não há nada que impeça a sua livre tramitação.

Com efeito, a proposição em pauta é da autoria do Superior Tribunal de Justiça, que tem reserva de iniciativa de lei nas matérias tratadas, quais sejam, alteração do número de membros dos tribunais inferiores (art. 96, II, a, da CF) e criação de cargos dos juízos que lhes forem vinculados (art. 96, II, b, da CF).

Quanto ao mérito, perante os dados estatísticos acostados, parece-nos inafastável que o projeto de lei sob exame deve ser acolhido, na medida em que avulta o crescimento do número de feitos que são submetidos ao julgamento da Justiça Federal de Segunda Instância. A propósito, é de amplo conhecimento público que o número de magistrados em nosso País está aquém das reais necessidades da Cidadania.

Nesse sentido, as alterações pretendidas pela presente proposição contribuirão sobremaneira para desafogar o TRF da 3ª Região favorecendo, nesse sentido a melhoria da prestação da atividade judiciária à população brasileira.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000 e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, 5 de abril de 2000. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Bernardo Cabral**, Relator – **Maria do Carmo Alves** – **Romeu Tuma** – **Roberto Requião** – **Álvaro Dias** – **Antonio Carlos Valadares** – **Lúcio Alcântara** – **Roberto Freire** – **Carlos Wilson** – **Pedro Simon** – **José Eduardo Dutra**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*Art. 96. Compete privativamente:

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

- a) a alteração do número de membros dos tribunais inferiores;
- b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV;

*EC 19/98.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2000 (nº 2.078/99, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre as reestruturações dos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões e dá outras providências; e o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2000 (nº 2.398/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a reestruturação do Tribunal Regional Federal

da 3ª Região e dá outras providências, cujos pareceres foram lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Nabor Júnior.

São lidos os seguintes

OFÍCIO Nº 547-L-PFL/2000

Brasília, 3 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.925/6, de 30 de março de 2000, que "Dispõe sobre a Cédula de Crédito Bancário", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Paes Landim

Suplente:

Deputado Jorge Khoury

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 551-L-PFL/2000

Brasília, 3 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.934-12, de 30 de março de 2000, que "Altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Antônio Geraldo – Presidente

Suplente:

Deputado Ciro Nogueira

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 571-L-PFL/2000

Brasília, 3 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da

Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.944-13, de 30 de março de 2000, que "Cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Cesar Bandeira

Suplente:

Deputado Elton Ronheit

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 600-L-PFL/2000

Brasília, 4 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.955-66, de 30 de março de 2000, que "Dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores públicos do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Arolde de Oliveira – Presidente

Suplente:

Deputado Sérgio Barcellos

Atenciosamente, – Deputado **Inocêncio Oliveira**, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 602-L-PFL/2000

Brasília, 4 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.956-48, de 30 de março de 2000, que "Dá nova redação aos arts. 3º, 16 e 44 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte Norte da região Centro-Oeste, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputada Kátia Abreu

Suplente:

Deputado Expedito Júnior

Atenciosamente, — Deputado **Inocêncio**

Oliveira, Líder do PFL.

OFÍCIO Nº 629-L-PFL/2000

Brasília, 5 de abril de 2000

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os nomes dos Deputados do Partido da Frente Liberal que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.966-7, de 30 de março de 2000, que "Altera dispositivos da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo da Marinha Mercante", em substituição aos anteriormente indicados.

Efetivo:

Deputado Medeiros

Suplente:

Deputado Ciro Nogueira

Atenciosamente, — Deputado **Inocêncio**
Oliveira, Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Serão feitas as substituições solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nesta sexta-feira de paz e de tranqüilidade no Parlamento brasileiro, é natural que abordemos assuntos de interesse do País e nos empenhemos para aguardar a próxima semana, quando o Senado Federal retomará as suas atividades normais, em um clima de debate e de controvérsia, mas, ao mesmo tempo, de paz e de amor ao Brasil.

Quero, Sr. Presidente, assinalar uma preocupação que está presente em toda a sociedade brasileira: o aumento da distância entre o Brasil rico e o Brasil pobre.

Sabe V. Ex^a que somos a 8^a economia do mundo. Numa linguagem mais clara, somos o 8º País

mais rico do mundo. No entanto, no que se refere à distribuição de renda, somos um País injusto e dilacerado pelas inconformidades. O Brasil pobre e o Brasil rico estão vivendo momentos de preocupações e apreensões cada vez mais acentuadas.

Há, no entanto, um clima de euforia com os sistemas digitais e com a **Internet**, que vêm revolucionando os meios de comunicação por meio do processo eletrônico e despertando o interesse da sociedade brasileira, particularmente do Brasil jovem, na expectativa de que estejamos situando o nosso destino entre as nações mais desenvolvidas do mundo quanto a esse aspecto.

É claro que ainda estamos bastante atrasados no que diz respeito ao sistema de digitalização. É claro que ainda não estamos tão avançados no campo da **Internet**. Mas a verdade é que esse novo sistema de comunicação, que está mobilizando o mundo inteiro, também está despertando a elite brasileira e uma parcela da classe média.

Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, o Brasil pobre, o Brasil das favelas, o Brasil das regiões dilaceradas pela fome e pela miséria vê e ouve isso na televisão e no rádio — a imensa maioria tem acesso a esses meios de comunicação — e fica numa situação de expectativa pesarosa. Esse Brasil pobre percebe que não vai alcançar tão cedo o Brasil rico, sobretudo no que tange a esse estágio do sistema de informação e de comunicação.

É preciso, portanto, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, as Assembléias Legislativas, as Câmaras de Vereadores, os três entes da Federação — a União, os Estados e os Municípios — e, mais que isso, a sociedade brasileira como um todo voltem-se imediatamente para o exame dessa situação. O Senado poderia realizar seminários e outras formas de debate para que se examine detidamente essa contradição que está perturbando o sentimento do brasileiro e trazendo preocupações quanto ao nosso destino.

Sr. Presidente, não está fácil nem mesmo para a classe rica, sitiada nos grandes centros urbanos, em prédios isolados com muros para se livrar da insegurança, como se vivesse em plena Idade Média.

O apelo que faço neste momento é no sentido de que toda a sociedade se volte com urgência para examinar a grave situação que estamos vivendo, para identificar o ponto de partida do qual podemos buscar, o máximo possível, a integração social, ou seja, a construção de uma sociedade justa.

Sr. Presidente, a discussão que se trava no Congresso, na mídia, no meio sindical e na população em torno dos novos níveis do salário mínimo acaba de receber um ingrediente explosivo com a divulgação, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, do Relatório 2000 sobre a Pobreza. É um documento que precisa ser lido pelos brasileiros e examinado detidamente por todos aqueles que têm uma parcela de responsabilidade nesta Nação.

O documento traz, em relação ao Brasil, uma denúncia das mais graves: estamos, entre todas as nações do mundo, no último lugar, em termos de participação dos pobres no consumo e na riqueza nacional. Há dois anos atrás era Serra Leoa, nos confins da África, e agora é exatamente o Brasil, um País em desenvolvimento, com 160 milhões de brasileiros, a 8ª economia do mundo, ao mesmo tempo, a 48ª nação em indicadores negativos, perversos, terríveis. Ou seja, o Brasil é, hoje, a última nação do mundo em nível de pobreza, acentuada pela perversa e quase diria, sinistra distribuição de renda.

Sr. Presidente, os 20% mais pobres no Brasil ficam com apenas 2,5% da renda e do consumo nacional, menos do que na África do Sul, Chile, México, Tailândia, Tunísia, Indonésia, Mongólia, Senegal e no Zimbábue, dois dos países mais pobres da África.

Nosso nível de pobreza é de 16%, em comparação com 11% dos colombianos e apenas 5% dos chilenos. O relatório do PNUD faz justiça ao Plano Real, ao assinalar que o nível de pobreza nacional caiu de 21% da população, em 1994, para 15%, em 1997. Como naquele ano éramos 160 milhões de brasileiros, significa que pelo menos 24 milhões de irmãos nossos viviam na miséria. Hoje, com o agravamento da recessão em 1998 e 1999, os pobres são muito mais numerosos, isto é, o Brasil pobre está crescendo negativamente.

Temos sérios agravantes, mencionados no relatório do PNUD, que se referem às desigualdades de toda a ordem. Para começar, é desigual a distribuição dos gastos sociais, que beneficiam prioritariamente a classe média e os ricos. O documento da ONU reconhece que o Brasil tem um dos maiores gastos da América Latina com educação, saúde e previdência. Pelo menos – diz o documento – “dois terços do orçamento do Brasil, um quinto do Produto Interno Bruto”, mas em razão da distribuição desigual desses recursos, a maior parte

dos benefícios fica com os mais abastados, com os mais fortes, com os mais poderosos, exatamente com o Brasil rico.

Todos louvamos os progressos alcançados na educação, os maiores investimentos e as tentativas de melhoria da qualidade de ensino. Mas nessa área a realidade também é cruel: os mais pobres não freqüentam a escola primária. Uma pequena minoria chega à escola secundária, podendo-se contar facilmente os pobres que chegam à escola superior.

Em relação à saúde, Sr. Presidente, o relatório do PNUD afirma o que vemos todos os dias, entre consternados e revoltados nas imagens de televisão: os pobres recorrendo aos hospitais públicos de baixa qualidade, varando noites e madrugadas nas intermináveis filas, disputando a ferro e fogo uma ficha para uma consulta médica, ou empilhados, doentes, nos corredores dos hospitais, à espera de um atendimento que nunca chega.

Ainda na semana passada, Sr. Presidente, em companhia do Ministro da Saúde, José Serra, dos senadores de Minas Gerais e do deputado federal Lael Varella, visitamos as cidades de Belo Horizonte, Muriaé e Governador Valadares, em Minas Gerais. Em Belo Horizonte, foi assinado um convênio destinando mais de 80 milhões de reais para salvar, dentro de uma estrutura racional, a Santa Casa de Misericórdia, conduzida por uma figura carismática, meu amigo, o ex-Prefeito de Belo Horizonte, Celso de Mello Azevedo. Este contrato, elaborado sem qualquer interferência política, resultou de uma demorada análise dos especialistas da Caixa Econômica Federal, que por mais de dois anos se dedicaram à formulação de um ajuste capaz de permitir o reequilíbrio financeiro da instituição, de acordo com as normas do Programa de Reestruturação Financeira e Modernização Gerencial das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, vinculados ao Sistema Unificado de Saúde – SUS. Em Muriaé, examinamos também os passos que estão sendo dados no sentido de o Ministério da Saúde, com a colaboração dos Estado, dos Municípios e do povo, melhorar a saúde, inaugurando, na ocasião, novos espaços e unidades do Hospital São Paulo. Em Governador Valadares, ao lado de parlamentares e do líder Renato Fraga e seus companheiros de atuação no campo da saúde, inauguramos o Hospital Evangélico, uma obra de excelente qualidade, com equipes modernas e o corpo de médicos e funcionários de reconhecida competência. Alguma coisa está sendo feita, já é

bastante coisa, mas não basta para diminuir essa distância tremenda, dramática, entre o Brasil pobre e o Brasil rico. Os pobres, tão perto, tão longe, tão esquecidos, estão dominados por um sentimento de esperança.

A verdade é que as desigualdades são também raciais e regionais. O PNUD mostra dados indicando que a pobreza se concentra, sobretudo, entre os negros e os trabalhadores rurais. Embora o Nordeste tenha apenas 30% da população brasileira, é naquela região que se encontram 62% dos pobres brasileiros.

Sr. Presidente é inegável que o Plano Real promoveu uma melhoria da renda da população, especialmente nos primeiros momentos, como decorrência mesmo da redução drástica da inflação. Porém essa fase de expansão da renda e do consumo, expressa nos elevados níveis de produção e venda de eletrodomésticos e eletroeletrônicos nos dois primeiros anos após o real, esgotou-se com o tempo, também como um processo natural a programas de ajustes como o nosso.

Vivemos, hoje, o grande dilema de manter a estabilidade para evitar a volta da inflação, um imposto perverso que atinge muito mais os pobres do que os ricos, e, simultaneamente, adotar políticas que conduzam a uma melhoria na distribuição da renda. O debate que hoje se trava em torno do salário mínimo é o exemplo mais ilustrativo desse dilema. Sabe-se que o salário mínimo é um poderoso instrumento de melhoria de renda dos mais pobres e, portanto, de redução das perversas desigualdades. Elevá-lo, porém, aos limites, já não digo ideais, mas pelo menos, razoáveis, representaria um aumento tal no déficit da Previdência que, inevitavelmente, resultaria em aumento do déficit público, que teria de ser financiado pela via inflacionária.

Se não for possível agora o aumento correspondente a cem dólares que, pelo menos, seja aprovada a emenda assinada pelos Srs. Senadores José Jorge e Paulo Souto, no sentido de o salário mínimo de 177 reais começar a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2001, juntamente com o Orçamento Geral da União para o próximo exercício. Essa é uma hipótese, uma esperança e a certeza de que este Brasil pode melhorar um pouco, reduzindo a perversa distância entre o Brasil rico e o Brasil pobre. Afinal, há fundadas expectativas de retomada do crescimento econômico a partir deste ano, estimando-se que o Produto Interno Bruto – PIB – possa crescer acima dos 4% inicialmente previstos.

O próprio Relatório do PNUD aponta as três causas estruturais das mazelas no País: "a persistência da pobreza" – diz o documento – se deve ao medíocre crescimento nos últimos 20 anos e a altamente concentrada distribuição de renda, agravada pelas desigualdades dos gastos sociais".

Sr. Presidente, cabe-nos, Governo, Congresso, lideranças políticas, empresários, lideranças sindicais e a Nação como um todo, atuar sobre elas, retomando o crescimento econômico, reduzindo a concentração de renda e melhorando a qualidade dos gastos sociais, para que o povo mais pobre possa, afinal, beneficiar-se do progresso do País.

Sr. Presidente, essa é a advertência que faço nesta sexta-feira, que é santa em relação aos últimos dois dias. Estamos propondo que todas as instituições nacionais, públicas e privadas, inclusive as organizações não-governamentais, discutam, juntas, os temas que dizem respeito à afrontosa desigualdade existente no País. Os ricos não têm direito de reclamar quando os pobres se revoltam. Mas os ricos, aqueles que possuem um pouco mais do que poderiam possuir ou mesmo aqueles que mergulham e se perpetuam na corrupção, no roubo e no furto, devem se unir a todos para eliminar essas mazelas e fazer do Brasil um país desenvolvido, marchando sempre para a integração social.

Com esse apelo, Sr. Presidente, dirijo-me ao Congresso Nacional e, particularmente, ao Senado, no sentido de que esta Instituição tome a dianteira para discutir não assuntos menores, pequeninos, desavenças ou entrechoques entre colegas, mas, sobretudo, para tratar seriamente dos grandes temas nacionais e até de documentos de gravidade e relevância como o relatório do PNUD, até porque a televisão mostra ao Brasil inteiro, mostra que o Senado está efetivamente preocupado com o destino desta Nação, dividida, de forma dramática, entre o Brasil pobre e o Brasil rico. O que não pode persistir é essa distância que cada vez alarga entre o Brasil rico e o Brasil pobre. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Tião Viana por permuta com o Senador Roberto Saturnino. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Roberto Saturnino, por permuta, evidentemente, com o Senador Tião Viana. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Leomar Quintanilha. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ramez Tebet. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminentíssimo Senador Mozarildo Cavalcanti. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Renan Calheiros por permuta com o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL)
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Sras. Senadores, o mundo inteiro vem se empenhando e investindo em pesquisas para encontrar fontes alternativas de produção de energia. Esses esforços se concentram em duas premissas: matrizes energéticas menos poluentes e redução da dependência das oscilações dos combustíveis fósseis e finitos, como o petróleo e seus derivados.

O Brasil dá sinais hesitantes de que também pretende ingressar nesse campo e se associar aos países modernos em geração de energia. Foi assim em agosto de 1997, quando o Governo Federal anunciou a decisão de reativar o Programa Nacional do Álcool, determinação que obviamente induziu os produtores a aumentarem o plantio de cana.

O crescimento da produção provocou problemas conhecidos por todos, especialmente entre os nordestinos, com o fechamento de unidades produtoras e o desemprego de milhares de trabalhadores. Isso porque a disposição retórica não foi acompanhada de nenhuma ação concreta no que tange à indústria sucroalcooleira do Brasil.

A mais recente crise do petróleo, que não será a derradeira, em março último, quando o preço do barril do petróleo chegou a US\$34 e nós importamos a modesta quantidade de 230 mil barris por dia, deveria servir como um rememorizador para os burocratas do governo que insistem em conspirar contra a importância do álcool como matriz energética. E não seria exagero relembrar que a produção foi elevada em 7% e o preço foi reduzido por uma insustentável pressão norte-americana.

Na década de 70, o Brasil mostrou sua capacidade e pioneirismo na pior das crises do petróleo com o Programa Nacional do Álcool. Chegamos a ter, Sr. Presidente, em 1985, 90% dos veículos movidos a álcool hidratado. Hoje, dos 18 milhões de carros em circulação, temos insignificantes 3,2 milhões de veículos utilizando o álcool como combustível, algo em torno de apenas

17% da frota nacional. É claro que poderíamos e deveríamos aumentar esse percentual.

Ocorreram problemas? Claro. Houve uma ausência de políticas de monitoramento da produção e falta de regulamentação nas exportações. Houve falta do combustível e isso levou o programa ao descrédito. Mas isso justificaria jogarmos fora tecnologia que o País detém no assunto, esquecermos que somos os maiores produtores de cana do mundo e esquecermos também a importância inegável do álcool como fonte de energia? Claro que não, Sr. Presidente. Precisamos, sinceramente, de uma política clara, definida. Isso é nada mais.

Ainda que alguns saibam, é necessário reafirmar os benefícios do álcool como matriz energética, que atualmente gera 1,3 milhões de empregos, utiliza mão-de-obra menos qualificada, tem capacidade para criar mais 3 milhões de postos de trabalho; é um combustível limpo, de alta octanagem, com menor poluição, é renovável, tecnologicamente o mais avançado e um poupadão invejável de divisas, o que diminui a nossa dependência externa e evita sustos, como o de março deste ano, quando todo Plano Real, que implicou tantos sacrifícios para os brasileiros, poderia ter sido comprometido com o impacto na inflação do aumento do preço da gasolina e do óleo diesel.

Cada barril de álcool, Sr. Presidente, consumido no Brasil, significa um economia de US\$ 76. Se atingirmos o índice de 50% da frota nacional de carros movidos a álcool, vamos economizar até o ano de 2010, nada mais, nada menos do que US\$117 bilhões.

Portanto, reativar e conferir a importância que tem o álcool não significa nenhum tipo de ônus para o País, absolutamente. Sua importância econômica, social e estratégica é inquestionável.

Só em Alagoas, Sr. Presidente, o segundo maior produtor de álcool do país, a desativação do programa provocou a insolvência do setor e o fechamento de 11 unidades produtoras, desempregando 70 mil pessoas. Hoje, em Alagoas, a cana-de-açúcar, em toda a cadeia de produção, mantém empregados 150 mil trabalhadores, ou seja, 750 mil pessoas dependem exclusivamente dessa atividade. Alagoas é, portanto, um espelho de toda a Região Nordeste, cujos Estados, em sua maioria, são os maiores produtores de cana-de-açúcar do País.

Não creio que seja uma postura correta fazermos apenas a arqueologia de nossos fracassos.

Temos êxito e já demonstramos ao mundo nossa capacidade inovadora diante da iminente crise energética. O Proálcool, lamentavelmente, se converteu em palavrão, mas devemos identificar onde erramos, reativar e rebatizar o programa e não repetirmos, sinceramente, os erros do passado. Não creio que haja ninguém pedindo benesses. O que queremos, Sr. Presidente, são políticas corretas, absolutamente corretas e claras para o setor.

O Governo Federal deve cobrar os estudos e soluções do Comitê Interministerial do Açúcar e do Álcool; estimular a indústria a voltar a produzir veículos movidos à álcool; estabelecer cristalinamente as regras para o setor, definindo principalmente a fatia que caberá ao álcool na matriz energética nacional. Precisa ainda fazer uma campanha séria para resgatar a credibilidade do programa e informar à sociedade sobre os benefícios do álcool como combustível alternativo.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Com muita honra, concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Nabor Júnior (PMDB – AC) – Nobre Senador Renan Calheiros, quero parabenizar V. Exa. pela abordagem de um tema que tem, realmente, o maior interesse para toda a sociedade brasileira: a revitalização do programa nacional de produção de álcool, que, ao incentivar o uso de um combustível pouco poluente, preserva os recursos naturais, ao mesmo tempo em que reduz de modo efetivo os gastos com a importação de petróleo. Vossa Excelência, com muita propriedade, citou a necessidade de corrigirem-se erros do passado – e apoio com o máximo empenho essa afirmativa. Não podemos menosprezar os muitos erros cometidos na implantação do Proálcool, que levaram o programa a perder credibilidade junto à população. Recordo que, há alguns anos, os proprietários de veículos movidos a álcool passavam horas nos postos, tentando abastecer seus carros. E, também não raro, tinham de fazer uma verdadeira peregrinação pelos revendedores, até achar um que tivesse o combustível para fornecimento imediato. Naquela ocasião, como o açúcar obteve um excepcional preço no mercado internacional, os produtores se desinteressaram da produção de álcool carburante, levando essa aplicação da lei do mercado – a sagrada norma da oferta/procura – a um extremo que causou imensos prejuízos aos proprietários de carros movidos álcool. É claro que, em resposta, os

compradores de automóveis passaram a optar, com força total, pelos veículos à gasolina, cujo abastecimento é sempre mais garantido, apesar dos preços. Eu mesmo me vi obrigado a fazer essa opção, porque ficou claro que é muito mais fácil trazer gasolina da Arábia Saudita do que produzir álcool a partir dos canaviais brasileiros. Mas isso não tira a razão de V. Ex^a, ao contrário: é imperioso que o Governo assuma sua responsabilidade de corrigir os erros passados e prevenir sua repetição no futuro, e partir para a revitalização do Proálcool – desde que consiga reconquistar a confiança popular em torno do programa. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a é muito oportuno, porque aborda, com coragem, esse tema. E chama a atenção das autoridades para que se façam aquelas indispensáveis correções no Proálcool, a fim de que ele possa voltar a merecer a confiança e até mesmo a velha preferência que já desfrutou junto ao povo brasileiro. Muito obrigado a V. Ex^a pela concessão do aparte.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Nabor Júnior, e o incorporo, com muita satisfação ao meu pronunciamento.

V. Ex^a tem absoluta razão. Os erros do passado não podem ser repetidos. A defesa do Proálcool atualmente significa, na prática, a defesa do maior interesse nacional. O que aconteceu no passado foi em função da má gestão, da absoluta falta de planejamento, o que, sinceramente, com a definição de uma política clara, o Governo pode evidentemente corrigir.

Também compete ao Governo apontar os caminhos para que tenhamos o incentivo desse programa genuinamente nacional. E os caminhos, Senador Nabor Júnior, são vários. O Governo, por exemplo, poderia adotar a chamada "frota verde", com veículos oficiais, táxis e carros de locadoras movidos a álcool. Isso abarcaria 10% do mercado e seria um importante sinalizador para a indústria. Poderia ainda aprovar a mistura tecnicamente viável do álcool ao óleo diesel. Enfim, Sr. Presidente, se a disposição do Governo brasileiro for realmente retomar o programa, são várias as sinalizações para estimular o mercado.

É necessário que o Governo Federal, já que anunciou a reativação do programa do álcool, se manifeste urgentemente. Mesmo que, na contramão do mundo, opine por sua desativação – sinceramente não acredito ser possível –, essa atitude permitirá que Governos estaduais busquem soluções locais – ai

poderemos pensar em incentivos na área de competência do Governo estadual.

Não é mais compreensível a desatenção voluntária e as promessas vãs. Não podemos esquecer os compromissos como quem deixa um guarda-chuva após a tempestade.

Espero, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, que a simples menção do tema não esteja provocando uma espécie de embriaguez generalizada, produzindo uma amnésia alcoólica coletiva. Sinceramente, não dá mais para esperar. O Governo, de uma vez por todas, tem que decidir sobre a sorte do programa. O álcool é hoje identificado como produto de interesse nacional.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concedo, com muita satisfação, um aparte a V. Ex^a, Senador Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Senador Renan Calheiros, não resisti ao desejo de apartá-lo. Sempre que esse assunto é abordado nesta Casa, vejo a necessidade urgentíssima de se revitalizar o Proálcool, o Programa do Álcool. V. Ex^a disse com toda propriedade e conhecimento: não podemos ficar eternamente reféns da Opep e de outros países exportadores de petróleo – aliás, reféns do humor do mercado. Quando começamos a equilibrar a balança comercial, vem uma majoração substancial no preço dos combustíveis fósseis, como aconteceu recentemente. Felizmente, o preço do petróleo já começa a declinar, mas o Brasil acaba não equilibrando a sua balança comercial. E o mais importante, eminentíssimo Senador Renan Calheiros, é a geração de empregos que esse programa propicia. Sabemos que na seca – ela é quase constante – instituem-se as frentes de trabalho do Nordeste, onde milhões de nordestinos são remunerados para que possam, pelo menos, alimentar a si e à sua família. Por que não se põe esse povo para trabalhar? Poder-se-ia, aí sim, dar um subsídio indireto, já que a Região é excelente produtora de cana-de-açúcar, para que o homem nordestino possa trabalhar. Dessa forma, teríamos milhares e milhares de chefes de família trabalhando e gerando riqueza para o nosso País. Eminentíssimo Senador Renan Calheiros, já fiz mais de cinco ou seis discursos sobre a questão do Proálcool e cheguei à conclusão de que o Governo não tem o menor interesse em reativar esse programa. Não sei se a Petrobras é o obstáculo maior ou se são forças alienígenas que não deixam que

esse programa se restabeleça; não sei se o Poder Legislativo é muito fraco e não consegue impor a vontade clara e objetiva de que esse programa seja restabelecido. O Brasil é o maior detentor de **know-how** na tecnologia de produção de álcool hidratado, álcool anidro. Então, não sei o que está faltando, eminentíssimo Senador. Devemos pesquisar as causas disso e revigorar o Congresso Nacional, porque todos os dias falamos sobre o assunto, como V. Ex^a está fazendo, e não pela primeira vez. Portanto, gostaria de me congratular com V. Ex^a e dizer que esse assunto é de extrema importância para a retomada da economia do País, do poder de geração de empregos, sobretudo na Região que V. Ex^a tão bem representa nesta Casa. Congratulo-me, portanto, com o pronunciamento muito objetivo de V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço, honrado, Senador Carlos Patrocínio, o seu aparte. V. Ex^a tem toda razão, pois, a qualquer momento, podemos deparar com uma nova crise do petróleo; o preço do barril do petróleo novamente vai voltar a subir e vamos chorar, aqui da tribuna do Senado, o tempo perdido. Sinceramente, o Governo tem que se manifestar.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador Renan Calheiros?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concedo o aparte ao Senador Geraldo Melo.

O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN) – Senador Renan Calheiros, muito obrigado pela oportunidade que me concede de participar do seu pronunciamento. Tenho a impressão de que o que existe no Brasil é falta de coragem das autoridades de assumir o óbvio. Não se vai discutir a importância de uma atividade, como é a de processamento da cana-de-açúcar, num país em que esse setor por um lado se converteu no último e único grande setor da economia nacional com 100% do seu capital nas mãos de empresários brasileiros. É preciso pelo menos fazer uma pergunta: se os investidores do mundo inteiro estão comprando praticamente tudo que se lhes oferece neste País, por que será que nenhum deles se interessou em comprar uma única ação de uma empresa que se dedique à produção de açúcar e álcool no Brasil? Alguma coisa está errada no tratamento, na relação e na estrutura especial de encargos e de custos, que, em obediência a políticas que já deveriam ter sido revistas mais profundamente, ainda onera a atividade. Um setor que, num país que está a braços com uma crise de emprego, emprega

diretamente mais de um milhão de pessoas e que tem uma influência difusa, na medida em que recebe cana de produtores individuais que chegam à casa dos 50 mil aproximadamente, tem uma importância óbvia. O problema é que se trata esse setor dentro de uma redoma de preconceito. O industrial de açúcar e de álcool no Brasil não é industrial; ele se chama usineiro. Usineiro parece ser aquele de que falava Gilberto Freyre, na casa grande, olhando a senzala, de roupa de linho S-120 branco, chibata na mão, chapéu panamá, escravizando a Humanidade. Esse usineiro já morreu há muito tempo ou já faliu há não muito tempo. Mas, quando se trata dessa atividade, fala-se como se se estivesse conversando a respeito do usineiro de Gilberto Freyre. No mundo inteiro, a atividade agrícola tem um caráter que a natureza é que impõe: a sua sazonalidade. Por isso, na agricultura em geral, salvo naqueles segmentos especiais que adquiriram um caráter industrial, sobretudo a agricultura irrigada; na agricultura, em geral, o emprego é temporário. O trabalhador da agricultura, em todas as outras atividades, chama-se trabalhador temporário e o da cana-de-açúcar chama-se bôia fria. Na realidade, é um conjunto de preconceitos que paralisa o Governo; e se a autoridade está convencida que deve fazer alguma coisa, há constrangimento, acanhamento, medo, covardia de assumir o papel que interessa ao País. Que há usineiros em uma situação insustentável perante o Fisco, perante instituições financeiras, isso todo mundo sabe. Usineiro – estou eu repetindo a expressão – como há em todas as atividades. Há alguns anos atrás, quando era Ministro da Fazenda o Senhor Fernando Henrique Cardoso, propus que o Governo poderia lavar as mãos em relação ao setor açucareiro, esquecer, tratar esse setor como se trata a bodega da esquina e sair para uma solução definitiva para o setor que seria o governo cobrar à vista tudo o que tem a receber, mas pagar à vista também o que ele deve no setor. Na realidade, só essa dívida do governo com o setor é alguma coisa que comportaria um discurso inteiro de V. Ex^a e uma longa discussão. Mas, V. Ex^a sabe que ultrapassa a casa dos muitos bilhões a apropriação que o Governo fez de recursos que pertenciam ao setor e que, de acordo com a lei que ainda hoje está em vigor, deveriam ter sido entregues a ele. Na realidade, um grande encontro de contas permitiria que o Governo recuperasse completamente os seus créditos e resolvesse de uma vez a crise do setor, deixando que ele viva com as suas próprias pernas, devidamente saneado. E quem não tivesse crédito suficiente para

pagar o que deve que fechasse. Enquanto as decisões em relação a esse setor forem tomadas ou com a covardia tradicional, ou a partir da influência pegajosa, dominante, desse preconceito, inclusive os de natureza política, que se multiplicaram, se fortaleceram e se aprofundaram, sem levar em conta nunca um único pedaço de papel e um lápis para fazer uma conta, não tenho esperança nenhuma de que o óbvio seja feito: apoiar a produção de álcool no País para que, mesmo que o Brasil venha a nadar em petróleo, os nossos excedentes de petróleo, se um dia acontecerem, sejam mandados para o mercado internacional, que está disposto a pagar muito bem por eles. E não precisávamos estar, como estivemos recentemente, sobressaltados com a iminência de uma elevação maior ainda nos preços internacionais do petróleo, sobressaltados ante a ameaça de que uma nova crise do petróleo jogasse por terra o sacrifício que há anos a população brasileira vem fazendo dentro do Plano Real para garantir o tremendo sucesso que a economia nacional, seguramente, terá com o êxito desse programa.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Agradeço-lhe o aparte, Senador Geraldo Melo. Concordo com V. Ex^a em gênero, número e grau. É preciso, definitivamente, vencer os preconceitos. O Governo – claro –, também tem que se manifestar. Não dá para protelar mais. Sinceramente, é preciso que façamos coro, aqui da tribuna do Senado Federal, diuturnamente, para que sejam cobradas respostas ao Governo, tal como a definição clara de uma política correta para que o setor possa caminhar com as suas pernas.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concedo o aparte ao Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Senador, li, hoje, nos jornais do País, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse, na Venezuela, que o Brasil pretende entrar para a Opep – Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Concedo o aparte à Senadora Heloisa Helena, com muita satisfação.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Renan Calheiros, de fato, não tinha intenção de atrapalhar o pronunciamento de V. Ex^a, já que, na próxima semana, farei um pronunciamento em

relação ao tema. Mas não me contive, até porque partilhamos, embora nem sempre nos mesmos palanques, a representação do mesmo Estado, e esse tema sempre mexeu muito com os meus neurônios e com a minha luta no Estado de Alagoas. É evidente que existem muitos preconceitos em relação a todos os setores industriais. Lógico que também existem muitos conceitos estabelecidos em função da precarização das relações de trabalho, do trabalho infantil, de acordos imorais e ilegais que sempre foram feitos em alguns Estados – e, no caso de Alagoas, muito especialmente. Quando Collor fez o acordo dos usineiros desmontou toda a estrutura econômica do Estado, possibilitando que esse setor, que era, sem dúvida, extremamente importante na economia, significasse absolutamente nada. Collor fez um acordo imoral e ilegal, possibilitando aos usineiros de Alagoas fazerem desse acordo uma verdadeira moeda no mundo dos negócios, onde investiram em tudo para nada pagarem: não pagavam o imposto do parque industrial nem da butique da filha do usineiro, no **shopping**. Infelizmente, o atual Governo ainda não teve a coragem de fazer o encontro de contas desse acordo dos usineiros para que possamos resgatar uma dívida gigantesca que tem o Estado. Mas, como o assunto não é específico de Alagoas, compartilho inteiramente as preocupações de V. Ex^a em relação ao Proálcool. Não tenho dúvida da importância de aprimorarmos e estimularmos a tecnologia desenvolvida em relação a um combustível não poluente. É de fundamental importância, porque garante a nossa autonomia nessa área e significa a possibilidade do desenvolvimento de uma matriz energética através da biomassa. É igualmente importante que possamos discutir essa matéria corrigindo os erros, que, como bem disse o Senador Nabor Júnior, inclusive foram definidos e determinados pelo próprio setor. Entretanto, hoje, existe uma realidade que agrava a questão do Proálcool no que diz respeito à geração de emprego. Com o desenvolvimento tecnológico – até para garantir a possibilidade de competitividade do preço em função da abertura com o mercado internacional –, hoje, a geração de emprego tem caído em mais de 70%, nobres Senadores Geraldo Melo e Carlos Patrocínio, em função da mecanização. A mecanização da colheita praticamente já reduziu a geração de empregos em 82%, e a mecanização do plantio, com as várias experiências que estão sendo desenvolvidas em todo o Brasil, pode reduzir a

geração de emprego em 78%. Por isso, precisamos discutir a questão do Proálcool à luz de cláusulas sociais que devem ser definidas. Nesse debate precisaríamos discutir a reforma agrária em áreas que, efetivamente, não podem se submeter à mecanização, em áreas que a tecnologia avançada e a competitividade internacional exigem. Existem áreas onde a mecanização, tanto da colheita como do plantio, como é o caso da cana, não pode existir. Precisamos discutir a questão da reforma agrária e de uma política agrícola voltada para as áreas de reforma agrária, como também para essas áreas onde hoje existem pequenos e médios plantadores de cana, que certamente não conseguirão mais se inserir nessa nova cadeia produtiva em função da alta tecnologia necessária para disputar no mercado internacional e garantir a dinamização da economia local. Então, é de fundamental importância a discussão em torno do Proálcool, sim, como vem fazendo V. Ex^a em seu pronunciamento, assim como todos os aparteantes. Repito: temos que discutir reforma agrária, política agrícola, a situação do pequeno e do médio plantador de cana, assim como estabelecer cláusulas sociais que têm que ser estabelecidas em relação ao trabalhador rural. Sem dúvida alguma, muitos dos conceitos estabelecidos em relação ao setor é exatamente pela maldita precarização das relações de trabalho, especialmente desse trabalhador das usinas e do complexo industrial. Era apenas este o pequeno aparte que eu gostaria de fazer, atrapalhando o pronunciamento de V. Ex^a, Senador, em função de algumas motivações que têm mexido realmente com os meus neurônios. Espero que possamos fazer uma discussão acerca desse que é um setor extremamente importante, tendo em vista a complexidade que temos hoje no Brasil e no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Senador Renan Calheiros, a Mesa lembra a V. Ex^a que já ultrapassou o seu tempo em treze minutos.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Já vou encerrar, Sr. Presidente. Concordo inteiramente com a Senadora Heloisa Helena, tanto que defendi, no meu pronunciamento, a necessidade de o Governo autorizar um rápido estudo para que possamos, de uma só vez, discutir todas essas questões. Claro que, se houve desvio, se houve má conduta no passado, vamos punir o mais rapidamente possível, sob pena de não termos legitimidade para defender a reativação do programa. Houve ausência total do planejamento? Que façamos

um planejamento rigoroso. Há contradição no setor? Há. Vamos evitar que isso aconteça. Há trabalho infantil? Da mesma forma. É preciso que tenhamos programas para colocar essas crianças nas escolas – e tenho absolutamente defendido isso. Na minha cidade, Murici, que tem tradição na produção da cana-de-açúcar, a Prefeitura tem um Programa de Renda Mínima que tem colaborado para acabar com o trabalho infantil. Evidentemente que o Governo precisa ajudar, não com esse programa que está aí, mas com um programa mais consistente. Precisamos fazer a reforma agrária? Claro. Mas não podemos, de forma nenhuma, esquecer que deixar de defender o Proálcool é deixar de defender o interesse nacional; e, com relação ao nosso Estado, Alagoas, é deixar de defender o reaquecimento da nossa economia. Se isso não acontecer, lamentavelmente, Alagoas, a cada ano, continuará cada vez mais pobre.

Agradeço os apartes e o debate intenso em torno desse assunto, que tem sido bastante discutido aqui da tribuna do Senado Federal, e vamos continuar a discuti-lo. O Governo é que não pode mais ficar como está: ele anunciou a reativação do Proálcool e absolutamente nada fez. Agora o Presidente da República está anunciando que o Brasil entrará na Opep. Ótimo! Muito bom! Mas é preciso, primeiro, cuidar do interesse nacional: reativar o Proálcool, gerar empregos, gerar riqueza nacional, e, genuinamente, definir qual o papel do álcool na matriz energética nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Srs e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Renan Calheiros, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente e Nabor Júnior, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, por permuta com a Senadora Heloisa Helena.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, hoje, 07 de abril, é o Dia do Jornalista. Eu desejava, e para esse fim fiz um requerimento, que esta sessão fosse dedicada exclusivamente a homenagear e, ao mesmo tempo, a discutir as missões e a forma pela qual estão sendo desempenhadas. Infelizmente, por

uma razão regimental – já havia dois pedidos de sessão especial para este mês –, não foi possível. Porém, não queria que passasse em branco esta efeméride importantíssima na vida política deste País e de qualquer país do mundo. Faço, então, este pronunciamento com o objetivo de suscitar reflexões e discussões sobre a natureza da missão do jornalista e a forma como vem sendo desempenhada em nosso País.

Antes de tudo, quero homenagear essa classe de trabalhadores da informação, de trabalhadores que produzem um bem público essencial, um serviço público, que é a informação à opinião pública; trabalhadores que pertencem a um setor que hoje reconhecidamente constitui um quarto poder, desta e de qualquer república democrática, em qualquer país do mundo.

Trata-se, aliás, de um poder que muitos vêm mais forte do que os três poderes tradicionais, convencionais, instituídos numa democracia, na medida que esse quarto poder define a pauta de discussão dos assuntos políticos de uma nação, define as tendências da opinião pública, define as correntes de opinião pública e, por conseguinte, define todo o substrato onde se forjam os resultados eleitorais e, por conseguinte, a distribuição de poder.

São trabalhadores que merecem homenagem, porque são trabalhadores de tarefa muito árdua, pesada, tensa, submetidos a uma competição entre si muito grande, a uma instabilidade também muito grande, a uma rotatividade intensa e, sobretudo, trabalhadores sujeitos a pressões extremamente forte, às vezes irresistíveis; pressões que vêm dos seus empregadores que, naturalmente por serem empresas com objetivo de lucro, têm interesses econômicos e financeiros a defender, e pressões muitas vezes de pessoas, ou de quadrilhas que estão sendo investigadas e que transformam essas pressões em ameaças de natureza grave, com resultados às vezes funestos, Sr. Presidente.

Enfim, são trabalhadores de uma missão muito especial e que vivem uma vida estressante, uma vida de tensão no dia-a-dia que merece o reconhecimento e a homenagem daqueles que se valem do bem que eles produzem, que é a informação.

Mas, além dessas condições especiais que merecem a nossa homenagem, os trabalhadores da informação, os jornalistas da imprensa escrita, do rádio, da televisão, da mídia, dos meios de comunicação em geral têm algumas responsabilidades muito especiais, que nunca é

demais lembrar. Em primeiro lugar, são profissionais da palavra, pertencem a esse conjunto de trabalhadores que lidam com a língua, esse patrimônio inestimável de qualquer nação, isso que constitui a verdadeira alma da nação, a língua falada por esta Nação – no caso, a língua portuguesa. E têm a responsabilidade de, no dia-a-dia, desenvolver um trato desta língua capaz de preservá-la de deturpações, de influências deformadoras e de manter um padrão cultural elevado da população que lê ou escuta as informações por eles produzidas.

Registre-se, aliás, que essa preocupação com o cultivo da língua, que foi muito importante, que foi muito grande no passado, e que perdeu substância em décadas anteriores, de 20, 30 anos para cá, hoje passa por uma reafirmação. Há, hoje, um esforço de recuperação dessa missão de cultivo da língua, haja vista as numerosas colunas que têm agora aparecido nos grandes jornais do País dedicadas ao cultivo da língua, colunas dedicadas não só ao esclarecimento da população leitora dos jornais, com informações importantes e de valor para a cultura nacional, como também colunas que não deixam de exercer a crítica sobre a própria forma como a língua é tratada pelos jornais e pelos meios de comunicação em geral. Esse movimento é importante, particularmente neste momento em que, em consequência do processo de globalização econômica a que estamos todos submetidos, particularmente o Brasil, por decisão governamental, a nossa língua também se vê alvejada muitas vezes por influências externas que vão descaracterizando ou tendendo a descaracterizar a sua raiz legítima, a raiz que lhe dá substância, que lhe dá, enfim, a capacidade de florescer e de produzir textos de natureza artística e cultural da maior importância.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte, eminentíssimo Senador Roberto Saturnino?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Com muito prazer.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Eminentíssimo Senador Roberto Saturnino, quero associar-me a V. Ex^a nessa manifestação de apreço, nessa homenagem que presta a todos os jornalistas brasileiros por ocasião da data em que se comemora a sua importantíssima missão. V. Ex^a asseverou, com muito conhecimento, uma coisa que é verdadeira: não sabemos se, na realidade, a mídia, o jornalismo, nas suas diversas formas de expressão, é o quarto poder.

Tenho para mim que pelo menos mais importante do que o Legislativo ela é.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Seguramente.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Tive oportunidade, eminentíssimo Senador Roberto Saturnino, de fazer vários apelos nesta Casa quando a ponte sobre o rio Tocantins, na rodovia Belém-Brasília estava prestes a ruir. Na oportunidade, disse: atendam o nosso pedido, não deixem que o Jornal Nacional vá mostrar 30 quilômetros para lá e 30 quilômetros para cá de paralisação, porque, no outro dia, o Governo lá irá e consertará a ponte. Graças a Deus, essa ponte está prestes a ser reconstituída, porque é a única via de acesso do norte para o sul do País e vice-versa. Temos que ter em conta que deve sempre existir a liberdade total de imprensa, mas liberdade com muita responsabilidade. Penso que devemos acelerar o processo de tramitação do projeto que regula a Lei de Imprensa em nosso País. Estamos ouvindo muitos impropérios cometidos pela imprensa, por aqueles jornalistas, maus jornalistas – como há em todas as profissões –, que dizem meias verdades, gerando conturbações no meio social e tudo o mais. Mas, de qualquer maneira, a imprensa é um dos órgãos mais importantes, é um serviço hoje essencial, inclusive na formação da consciência do povo brasileiro. V. Ex^a sabe muito bem da influência que pode ter uma boa imprensa na formação da consciência, sobretudo por ocasião das eleições.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – É claro!

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – A influência exercida pela imprensa pode apresentar duas facetas: uma muito boa ou, se não houver ética na comunicação, uma muito má. Congratulo-me também com V. Ex^a quando vem em defesa do idioma pátrio, da língua portuguesa, assegurando que cabe à imprensa um papel fundamental na defesa do nosso idioma, talvez o símbolo mais importante da nacionalidade. A moeda, hoje, com a globalização da economia, pode "ir para o brejo" a qualquer hora, mas a língua tem de perdurar e ser o símbolo da nacionalidade. Proferi um discurso aqui defendendo a língua portuguesa, eminentíssimo Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Lembro-me bem, nobre Senador Carlos Patrocínio. Um discurso muito importante realmente.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – E tenho recebido até hoje as cartas mais lindas que já recebi,

comentando o tema que abordei naquela oportunidade.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – E recebidas merecidamente. É importante observar que a opinião pública está atenta a esse problema.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Exatamente. Era isso que eu gostaria de dizer a V. Ex^a. Tenho observado, em e-mails e em cartas manuscritas, quão grande é a preocupação da população brasileira com a preservação do nosso idioma. Gostaria, portanto, de associar-me a V. Ex^a nas manifestações de apreço à imprensa nacional nas suas mais diversas formas, e dizer que, cada vez mais, temos de propugnar pela ética, principalmente os jornalistas do nosso País.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Muito bem. Senador Carlos Patrocínio, agradeço muito a V. Ex^a pelo seu aparte, que reforça e enriquece o meu pronunciamento.

Eu estava a dizer, recapitulando a seqüência do meu discurso, que, além daquelas condições específicas e tensionantes da profissão, havia responsabilidades importantes a preservar e a destacar. A primeira era o cultivo da língua, e a segunda é exatamente o compromisso com a verdade. Não com a meia verdade, que, muitas vezes, é passada para a opinião pública, mas o compromisso com a verdade inteira, verdade que, muitas vezes, é obtida até de forma clandestina, é obtida na clandestinidade, mas que tem de ser preservada e veiculada na sua pureza, na sua inteireza, sem se poder revelar a fonte, o que faz parte da ética profissional e da condição de funcionamento e de obtenção dessas verdades inteiras.

Este é justamente o ponto da crítica mais freqüente. Eu disse que gostaria não só de homenagear a classe, mas também de veicular certas críticas importantes, que são úteis ao funcionamento do setor e da atividade de informação no País. As críticas que mais freqüentemente incidem sobre a profissão do jornalista são a leviandade no trato da verdade e o oportunismo no trato da informação, que efetivamente existem – todos sabem. É voz corrente, é até um aforismo da Ciência Política que mais importante do que a verdade é a versão, aquela que é veiculada pela imprensa, pela mídia, passando, então, para a informação, para o chamado boca a boca. Enfim, só a história é capaz – e nem sempre! – de recuperar a verdade.

O que passa no primeiro momento e fica durante muito tempo é a versão, é a manchete. Qual de

nós não tem um exemplo a citar no seu caso pessoal? Acho que se cada um fosse aqui lembrar um caso em que se sentiu atingido por um certo falseamento da verdade, teríamos uma sessão extremamente duradoura. Eu mesmo teria muitos episódios a relatar, não extremamente graves. Quero dizer que nunca me senti atingido tão duramente que pudesse ter uma queixa imperdoável. Acho que houve e continua a haver, muitas vezes, um certo tratamento menos ético da informação por jornalistas, mas nunca sabemos onde está a fonte da deturpação ou da deformação. Se está na atividade do jornalista profissional, na censura do redator-chefe, do empresário, ou do dono do jornal, que comanda a feitura do seu veículo. E esse conflito entre jornalistas e empresários dos meios de comunicação é latente na própria profissão e uma das razões da tensão a que estão submetidos os jornalistas no seu dia-a-dia.

Só para não dizer que não citei nenhum exemplo, relato um caso que ocorreu com uma pessoa muito próxima a mim e que nunca tive meios de divulgar. Aproveito-me desta tribuna e deste momento em que homenageio os jornalistas para relatar brevemente este caso, que se passou com Jó Resende, que foi vice-prefeito e secretário de Governo quando fui Prefeito do Rio de Janeiro. Ele é uma pessoa extremamente dedicada e ética, de posses modestas. Ao fim da nossa gestão na prefeitura, vendeu uma pequena propriedade em Teresópolis. Com esse recurso, juntamente com mais dois sócios, comprou uma pequena fazenda, uma propriedade agrícola de dez hectares, nada de extraordinariamente grande, e dedicou-se à pecuária leiteira nesse pequeno espaço. Um dia, foi surpreendido por uma manchete de primeira página, com fotografia, no jornal **O Globo**, que o apontava como um grande proprietário. Ele teria saído da Prefeitura, tendo se locupletado, e adquirido uma grande propriedade, um latifúndio, em Teresópolis. Foi divulgada a figura dele ao lado de uma vaca, na porteira – uma coisa inominável. Quer dizer, o tipo de informação da mais alta leviandade e que causou prejuízo à imagem, ao conceito de Jó Resende perante a opinião pública, que nunca mais foi refeito. Ele, evidentemente, foi à Justiça, conseguiu direito de resposta, mas ela saiu numa página do meio, na quinta ou na sexta página. Aquela manchete, com aquela foto, na primeira página, ficou para o resto da vida. Um prejuízo irreparável, por uma leviandade das maiores do profissional que fez a matéria, e, naturalmente, um ato oportunista, porque estimulado

por algum redator ou pelos donos do jornal, interessados em desfazer a imagem dele e, com isso, também atingir a minha própria imagem.

Relatei este caso para citar um exemplo. Cada um de nós certamente teria um exemplo. É preciso entrar nessa questão a que o Senador Carlos Patrocínio se referiu, que é a Lei de Imprensa, porque, afinal de contas, estamos hoje absolutamente convencidos de que nenhum poder pode deixar de ter um mecanismo de controle externo. Estamos lutando pelo controle externo do Judiciário, que até agora não o tem, assim como a mídia, os meios de comunicação e a imprensa. É necessário que o tenham.

A Constituição criou o Conselho de Comunicação Social; é nossa responsabilidade instituí-lo. Até agora, certamente também por pressões que vêm de todos os lados, esse conselho – que poderia funcionar como um mecanismo de controle externo sobre a imprensa – nunca foi constituído. Nenhum poder pode deixar de ter controle externo, e, evidentemente, a imprensa tem de ter responsabilidade com aquilo que faz, exatamente para evitar o abuso da informação colhida da forma mais leviana e tratada de maneira deformante, com o objetivo de atingir a imagem de determinadas pessoas, contrárias especialmente aos interesses econômicos dos meios para os quais os jornalistas trabalham.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço V. Exª com muito prazer.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Roberto Saturnino, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. É claro que nenhum de nós vai contar como já fomos vítimas de algum setor da imprensa. Aliás, em Alagoas, é como se eu estivesse exercendo o meu mandato em Marte, não por questões ideológicas – muitas vezes, as pessoas pensam que, ideologicamente, estamos na estratosfera –, mas por questões físicas mesmo. É como se eu estivesse cumprindo o meu mandato em Marte, em função das gigantescas disputas políticas que travamos com os donos dos meios de comunicação, que representam a elite política e econômica do meu Estado. No entanto, em nenhum momento, isso me motivaria a não saudar os jornalistas deste País e do meu Estado. Não tenho dúvida de que 99% dos jornalistas de Alagoas são pessoas do bem, que lutam e que, muitas vezes, são

amordaçadas por causa das verdades que sabem. São verdades contidas, porque os donos dos meios de comunicação impedem que elas sejam divulgadas. Portanto, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento. Eu tinha certeza de que V. Exª, no dia de hoje, estaria homenageando os jornalistas. Todos nós sabemos da necessidade do controle dos meios de comunicação, da promiscuidade que, muitas vezes, existe entre políticos, empresários, donos dos meios de comunicação e a estrutura do próprio aparato de Estado. No entanto, em nenhum momento, isso pode minimizar a emoção que temos em saudar as muitas pessoas espalhadas por este País que foram humilhadas, demitidas, torturadas e assassinadas por dizerem a verdade. Aqui em Brasília, o jornalista Ricardo Noblat e vários outros jornalistas, por cumprirem a sua obrigação de mostrar a verdade para a opinião pública, em muitos momentos, passaram por situações extremamente humilhantes, como, por exemplo, a de ver seu filho espancado na rua e seus parentes humilhados em decorrência de determinadas posições que tinham a obrigação de defender. Portanto, mesmo fazendo uma crítica à estrutura dos meios de comunicação – se as pessoas de bem não conseguem se defender de mazelas que são feitas pelo aparato de comunicação, essa é uma responsabilidade nossa; se não existe controle social, essa é também nossa responsabilidade, porque não fiscalizamos as ações do Executivo e deixamos que os meios de comunicação, muitas vezes, sejam manobrados e conduzidos pelos interesses da elite política e econômica deste País –, aproveito o pronunciamento de V. Exª para homenagear todas as pessoas que estão, no dia-a-dia, arrancando a mordaça que é imposta pela estrutura da elite política e econômica. Essas pessoas, realmente, merecem ser homenageadas. Imagino o que é ter o conhecimento da verdade e ter que mantê-la contida, não poder expressar para mentes e corações espalhados por este País as verdades que conhecem, pois, muitas vezes, são amordaçados pela própria estrutura do jornal ou dos meios de comunicação. Portanto, parabéns a todos os humilhados e perseguidos, mas que estão de cabeça erguida, defendendo a profissão de jornalista. Meus parabéns também a todos que atuam junto aos jornalistas: o câmera, o fotógrafo, o que auxilia na condução do texto. Todos devem se sentir homenageados neste momento. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Senadora Heloisa Helena, agradeço seu aparte extremamente lúcido e revelador dessas características e peculiaridades que atingem a profissão de jornalista. Nós, que nunca exercemos a atividade jornalística, não temos idéia do que é o conflito entre a intenção do jornalista, do profissional que produz a informação, e o interesse da empresa, que lhe está a cobrar posições, a mutilar a matéria feita e a distorcê-la e, muitas vezes, até a fazer-lhe ameaças das formas as mais diversas. Como eu já disse no início do meu pronunciamento, o profissional dessa área é submetido a uma tensão permanente no seu dia-a-dia. Agradeço muito a V. Ex^a pelo seu aparte.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Roberto Saturnino, neste aparte a V. Ex^a, gostaria de fazer duas colocações. Em primeiro lugar, quero fazer o que todos já fizeram: ressaltar o papel do jornalista e dizer que, independente dos problemas que pontualmente possam existir, é fundamental – e vivemos isso na pele na História do País – que a liberdade de imprensa seja preservada e buscada a todo o custo. Portanto, quero também saudar, como faz V. Ex^a muito bem, o papel do jornalista independente, profissional, corajoso, que se expõe. A Senadora Heloisa Helena falou de Alagoas; quero falar de Roraima, do norte do País. Muitas vezes é difícil o jornalista ser isento e desempenhar o seu papel transformador e investigador, quer seja por limitações econômicas, quer seja por conta das pressões ou de ameaças, quer seja devido à realidade de cada localidade. E o norte do País é profícuo em demonstrar assassinatos de jornalistas. Na minha terra, vários jornalistas já foram assassinados exatamente por enfrentarem o poder que achava que podia tudo. Mas quero também, da forma como todos fizeram, registrar que é fundamental buscarmos caminhos para que também não haja os excessos. E gostaria de lembrar novamente, assim como fez a Senadora Heloisa Helena, que, no meu Estado, por exemplo, tenho sido vítima diária de uma má imprensa, de uma imprensa marrom, de uma imprensa que deturpa. Tenho procurado a Justiça. Tenho mais de 100 processos movidos contra determinado jornal do Estado, mas, nem por isso, deixo de acreditar no processo de liberdade. Penso

que não podemos nos apegar ao que é ruim. Temos, sim, que procurar caminhos para remediar o que é ruim e reforçar o que é bom.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Muito bem! É isso mesmo.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Dou este depoimento e aplaudo o discurso de V. Ex^a. Talvez possamos não tentar calar a imprensa, mas apenas procurar ritos mais rápidos, para que, efetivamente, na Justiça, não se posterguem direitos de resposta, não se posterguem ações judiciais, inclusive pecuniárias, porque essas ações, quando a Justiça quer – infelizmente uma parte da Justiça do meu Estado quer atrasar os processos –, levam dois, três, quatro ou até cinco anos para serem analisadas, e, quando vem o desmentido ou a condenação, na verdade, não há mais ligação entre causa e efeito. Devemos apressar os procedimentos, nunca a condição e a liberdade de se divulgar qualquer fato. Portanto, saudando os jornalistas do País, especialmente os do meu Estado, quero louvar a intenção e a voz de V. Ex^a nessa tribuna.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Nobre Senador Romero Jucá, agradeço a colaboração de V. Ex^a. Estamos plenamente de acordo com a necessidade da elaboração de uma legislação específica e capaz de preservar plenamente a independência e a liberdade de imprensa, sem atingi-la nem da forma mais leve possível, e de, ao mesmo tempo, preservar as pessoas atingidas por noticiários, para que não haja deturpações ou deformações nas notícias a seu respeito. Também essa legislação deve ser capaz de preservar o próprio direito dos jornalistas de não serem obrigados a aceitar pressões e ordens que contrariem as suas consciências, que contrariem a visão que eles têm da verdade e do País, por força de interesses econômicos a que estão submetidos.

É preciso preservar a liberdade de imprensa, a liberdade de ação das pessoas contra calúnias e deturpações da verdade. É preciso preservar também a pureza ética, o compromisso com a verdade por parte dos profissionais, dos jornalistas submetidos às pressões dos seus empregadores.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – (Faz soar a campainha)

O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ) – Sr. Presidente, vou concluir meu pronunciamento fazendo menção apenas a uma terceira responsabilidade. Eu havia falado sobre o cultivo da língua e sobre o compromisso com a verdade. Agora

gostaria de falar do compromisso com o desenvolvimento político, com a democracia do País. Essa é uma responsabilidade que vai além do compromisso com a verdade. Não basta ter compromisso com a verdade; é preciso também tratá-la de forma a que ela não destrua o processo democrático e a cultura política do País.

Há formas edificantes de apresentar a verdade. A verdade, por si só, é sempre útil e positiva, na medida em que contribui para a formação da cultura política. Porém, a escandalização da verdade, o tratamento da verdade de uma forma escandalosa, para produzir o efeito de chamamento de interesse em detrimento da solidez das instituições políticas e democráticas, não corresponde ao compromisso com a construção da democracia e do desenvolvimento político e cultural do País, bem como à necessidade de isenção perante as correntes de opinião. O tratamento da verdade deve ser isento, isto é, não pode ocultar certas partes e mostrar outras, deformando, por conseguinte, o quadro, na sua totalidade, por uma razão de natureza política ou econômica.

É preciso que esse compromisso, que transcende o compromisso fundamental com a verdade, também seja respeitado, porque essa categoria tem um papel tão importante quanto o nosso, de representantes políticos da sociedade, na construção da democracia e da cultura política no Brasil.

Gostaria de fazer uma referência especial aos jornalistas que trabalham no Jornal do Senado, na Rádio Senado ou na TV Senado – umas das novidades mais auspiciosas e promissoras na vida política do País –, porque têm sido exemplares, sob o ponto de vista da isenção. Nenhum Senador fez qualquer queixa quanto a ter seu trabalho ocultado de uma forma ou de outra. Ao contrário, o nosso trabalho tem sido apresentado de uma forma isenta, acima de quaisquer posições partidárias, políticas ou pessoais.

Quero encerrar, Sr. Presidente, pedindo a V. Ex^a permissão para ler a nota que o Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal emitiu hoje. É um texto curto, de apenas uma página. Diz a nota:

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal aproveita a passagem do Dia do Jornalista para se manifestar contra a crescente onda de arbitrariedades, verificada nos últimos tempos, que atentam contra a dignidade profissional e o exercício democrático da

profissão. No Brasil, hoje, a impunidade está se ampliando, no compasso do enxugamento drástico do Estado, para atender aos interesses externos que dominam a nossa economia.

E, diante das imposições que lhe são feitas por organismos internacionais, o Estado perde a capacidade financeira de atender às demandas mais urgentes da população: digna oferta de emprego, saúde, educação e segurança. Com isso, cada vez mais o Estado fica vulnerável às críticas dos segmentos organizados da sociedade, no exercício da sua liberdade democrática.

A imprensa existe para dar vazão a esse sentimento geral de cobrança do povo brasileiro e precisa, por isso mesmo, responder às suas demandas, de forma ampla e irrestrita, como requer um legítimo Estado de Direito.

Contudo, ao buscar exercitar esse direito, que é de todos, o jornalista – diante de poderes constituídos, mantidos no Brasil em obediência irrestrita a determinações estrangeiras –, vê-se impossibilitado de fazê-lo, pois passa a sofrer restrições daqueles que se incomodam com a divulgação da verdade. O jornalista é alvo de retaliações sempre que identifica e torna pública a disputa por recursos públicos entre grupos organizados dentro do Estado, especialmente, quando dá margem à expansão da corrupção nas altas esferas do poder, nos níveis federal, estadual e municipal.

A divulgação desses fatos, que é dever do jornalista, torna-se, então, um trabalho cada vez mais difícil de ser exercido, dada a grande quantidade de interesses contrariados, cujos agentes buscam cercear as informações e a liberdade de imprensa, para não se verem processados nos tribunais.

A identificação da informação como um bem social e o compromisso de dar transparência à sociedade sobre as obscuras transações são as causas fundamentais da violência contra jornalistas. Muitos deles perderam a vida sem que os responsáveis tenham sido punidos, conforme incansáveis denúncias de

entidades reconhecidas nacional e internacionalmente.

Além disso, não bastasse o arrocho salarial em vigor, provocado por uma economia dilacerada pelos endividamentos interno e externo, que subordinam a todos ao capital estrangeiro, é exigida do jornalista uma jornada exaustiva, além do horário normal de trabalho, sem ganhar horas extras, e a riscos crescentes, sem um seguro de vida compatível com o desafios que enfrentam. Sem falar nas arbitrariedades cometidas por determinados empresários da Comunicação.

Esses empresários oferecem claros indícios de uma caminhada rumo à oligopolização, como se vê nas fusões e incorporações em marcha, dentro do tão propalado contexto da globalização, que sacrifica a pluralidade, a diversidade e a independência informativas. Eis aí, também, a razão de nosso compromisso com a democratização da informação, como parte indissociável da democratização da economia e da sociedade.

A categoria deve deixar claro à sociedade brasileira que a liberdade da informação corre o mesmo risco que o setor produtivo nacional, diante da avalanche de um modelo econômico superconcentrador de renda e totalmente dominado pelas forças financeiras, responsáveis pela produção de cidadãos de 3^a e 4^a categorias, excluídos do progresso material construído por todos.

Evidente que a concentração de riqueza, que traz implícita a corrupção, alvo permanente da investigação do jornalista, é, como já demonstrou a História, a parteira do nazismo.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, encerro o meu pronunciamento com a leitura desse documento, que explicita verdades dificilmente publicadas pelos órgãos de imprensa, pela mídia em geral. E felicito os jornalistas pelo dia de hoje, desejando que suas atividades possam ser desenvolvidas, daqui para frente, sempre com um grau maior de liberdade, para que se amenize esse clima de tensões, ameaças e perseguições que pesa sobre eles. No entanto, exijo deles e dos seus empregadores compromissos mais eficazes, mais

efetivos: primeiro, com o cultivo da língua; segundo, com a verdade; e terceiro, o mais importante, com o desenvolvimento político e cultural da nossa democracia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) – Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio por vinte minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, terminamos a nossa semana de trabalho de maneira auspiciosa. Sexta-feira é sempre um dia muito bom, porque tratamos efetivamente de assuntos importantes para a construção da dignidade no nosso País, de forma a que ele cresça com responsabilidade. Gostaria de me congratular com os nobres Pares desta Casa, porque, após uma semana de alguma turbulência, estamos encerrando os trabalhos de maneira amena e agradável.

Sr. Presidente, quero tratar de um assunto que, há muito tempo, chama-me a atenção. O Senado Federal está na iminência de votar projeto de lei, já aprovado na Câmara dos Deputados, que proíbe a venda de armas de fogo e munição em todo o território nacional.

Embora preocupado com a disseminação de tais armas entre a população e com os riscos de seu uso inadequado, afigue-me a forma um tanto atabalhoadas com que esse projeto foi concebido e está tramitando no Congresso Nacional. Pressionado por chacinas ocorridas em escolas, com a morte de vários alunos, a forma de ação escolhida pelo Governo para enfrentar o problema foi a de encaminhar ao Legislativo projeto de lei, drástico, proibindo a venda de armas e munições em todo o território nacional.

Seria essa a solução mais adequada a esse problema? Tenho minhas dúvidas. E as tenho, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, por ainda ter na memória alguns fatos marcantes, que também provocaram reações assim drásticas. Vejamos alguns deles: em decorrência da grande incidência de queimadas e da prática de outros crimes ambientais, julgou-se que a melhor solução era fazer uma nova lei ambiental, mais impositiva e severa. Em pouco tempo foi redigida, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada. No princípio, os resultados foram visíveis porque o País foi invadido pela febre legalista e algumas vítimas foram punidas e mostradas à

execração pelo simples abate de um animal silvestre. Com o tempo, a poeira foi baixando e reconheceu-se que não estava correto tratar um crime ambiental com mais rigor do que um crime contra a pessoa humana. Na realidade penal brasileira em vigor é isto que ocorre: quem mata um passarinho é preso, sem direito à fiança, e quem tira a vida de uma pessoa humana pode ficar em liberdade. Como a lei não foi revogada, na prática relaxou-se a fiscalização do seu cumprimento.

Um outro exemplo pode ser visto no Código de Trânsito. Quando entrou em vigor, o País foi novamente invadido pela onda legalista. A polícia armou barreiras, veículos foram apreendidos, muitos motoristas multados. O trânsito melhorou, reduziu-se o número de acidentes e mortes. Hoje, o ímpeto passou, os departamentos estaduais de trânsito nem sequer sabem como suspender as carteiras dos motoristas com mais de vinte pontos em infrações, multas estão sendo anistiadas, o respeito à faixa de pedestres – com raras exceções, cito Brasília como um exemplo digno – não existe; as lombadas continuam a exercer a sua função de quebra-molas; a imprudência e alta velocidade voam livres pelas estradas e, como consequência, o índice de acidentes e mortes é praticamente idêntico ao dos anos anteriores.

Tudo isso ocorre por continuarmos a achar que uma nova lei é o melhor remédio para combater os ilícitos. Na verdade, de que vale termos leis duras e severas se não existem meios para fiscalizar a sua execução? Se a polícia com que se vai contar para as novas missões é malformada, mal paga, insuficiente em número; a mesma polícia que já não é capaz de dar um mínimo de segurança aos cidadãos no dia-a-dia.

Caso o projeto que veda totalmente a venda de armas e munições ao cidadão se transforme em lei, já é possível prever o que irá acontecer em nosso País. No início, seremos mais uma vez atacados pela febre legalista, até mesmo alguns bandidos poderão ser presos, mas o objetivo principal da lei, a diminuição da criminalidade, não será alcançado por uma razão muito simples: ela está sendo feita com a finalidade de atingir apenas aqueles que já estão imbuídos do espírito de cidadania e são cumpridores de suas obrigações legais. Os bandidos, ao contrário, continuarão soltos, obtendo suas armas da forma como sempre conseguiram: por roubos, assaltos a delegacias e quartéis e por contrabando, porque os criminosos não são fregueses das lojas de armas

legalmente estabelecidas. E mais, contarão com um incentivo legal suplementar: a certeza de que suas vítimas estarão desarmadas. É tudo o que eles querem, Sr. Presidente.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Meu caro Senador Carlos Patrocínio, V. Ex^a aborda um tema extremamente polêmico, que tem presidido a ordem do dia internacional. Não é só no Brasil que se discute a questão do controle do armamento. V. Ex^a mesmo mencionou os Estados Unidos, país que busca incessantemente o controle tendo em vista que se prolifera a venda de armas e que essa é uma indústria extremamente forte naquele país. Esse é um tema que precisa realmente ser discutido no plenário do Senado e do Congresso Nacional. Há uma expectativa da sociedade para que se busquem caminhos capazes de evitar a banalização da violência e do crime, como acontece hoje. Trata-se de um assunto para o qual, com toda a sinceridade, não há receita definida. Essa questão muda de Estado para Estado. Apenas para dar um exemplo, no meu Estado de Roraima, uma última pesquisa realizada na semana passada demonstra que mais de 50% da população espera pelo controle de armas. Vê-se, então, que a população está dividida e anseia por caminhos que minorem a violência. Sem dúvida alguma, o controle de armamentos é um caminho para conter a violência. Espero que esse projeto – foi bastante discutido e de repente saiu de pauta – volte à tona, ao debate. É importante que o debate continue, para que sejam tomadas medidas que alcancem desde um melhor aparelhamento da polícia até ações mais concretas no combate ao porte da arma. Nos **shoppings center**, por exemplo, entra-se armado, não há nenhum tipo de controle. Nunca presenciei ação policial no sentido de verificar quem anda armado. Assim, a arma passou a ser um instrumento banal. A tendência de quem está armado, e não está preparado para isso, é entrar num processo de violência e utilizar aquela arma. Quero saudar V. Ex^a pelo seu pronunciamento. Aproveito para pedir aos Relatores, tanto ao Senador Pedro Piva quanto ao Senador Renan Calheiros, que se retome o debate dos dois projetos que estão tramitando na Casa. Isso porque a sociedade brasileira espera do Congresso um debate, uma

postura e um posicionamento a respeito de tema tão importante como esse.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –
Agradeço a V. Ex^a pelo seu aparte. Estou plenamente de acordo com o que acaba de dizer. É por isso exatamente, eminente Senador Jucá, que estamos trazendo esse assunto novamente ao debate. Temos uma posição a respeito e ainda não havíamos tido a oportunidade ainda de exprimi-la. Acho que ela é importante. É evidente que medidas têm que ser tomadas o mais rapidamente possível, porque a criminalidade deve ser banida de nosso País. O que condeno são métodos radicais que acabam não dando o resultado esperado.

A impressão que tenho, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, é de que essa lei está sendo elaborada para garantir o trabalho dos bandidos, não para proteger o cidadão, pois, de forma indireta, atribui às vítimas da violência a causa do aumento da criminalidade, numa total inversão dos fatos. Ou será, como conjectura o Coronel do Exército Carlos Antônio Poli, que o Governo está "partindo do princípio de que, desarmando a vítima, o criminoso não atuará"? Há que se considerar ainda a constatação do advogado Walter Ceneviva, em artigo publicado na **Folha de S.Paulo**, no dia 6 de julho último: "só um arrematado tolo pode acreditar que a lei projetada retirará o armamento pesado das mãos dos verdadeiros criminosos".

É, ainda pertinente, Srs. Senadores, que se leve em conta um fato muito relevante levantado pelo jornalista Antônio Carlos Fon, na revista **Jornal dos Jornais**, de agosto de 1999. Segundo ele, "todos os dados e argumentos publicados (na imprensa) em defesa da proibição (da venda de armas e munições) são totalmente falsos, distorcidos ou, no mínimo, discutíveis". Cita como exemplo uma pesquisa atribuída à OAB e que foi citada pelo Secretário de Comunicação da Presidência da República, Ministro Andrea Matarazzo, como um dos principais fatos que levaram o Presidente da República a encaminhar tal projeto de lei ao Congresso. De acordo com os seus resultados, 96% das pessoas armadas que reagem a um assalto são mortas pelos ladrões. Interpelada judicialmente pela Associação Nacional dos Proprietários e Comerciantes de Armas, a OAB informou que a tal "pesquisa" havia sido feita por um grupo de estudantes de Direito, com base na leitura das páginas policiais dos jornais, num período de quatro semanas. Era, pois, desprovida de qualquer credibilidade.

Outro episódio relatado por esse jornalista se refere a números atribuídos à Organização das Nações Unidas, que indicam o nosso País como aquele em que há mais homicídios no mundo. Segundo ele, esses dados são duvidosos, pois se baseiam em números preliminares e parciais e são contestados por um estudo mais consistente e abrangente, elaborado pelo Banco Mundial, no mesmo período, e apresentado na Conferência sobre Crime e Violência Urbana, realizada no Rio de Janeiro em 1997. De acordo com esse estudo, nosso País é o terceiro colocado entre os países da América Latina e do Caribe, com um índice de 19,7 assassinatos/ano por grupo de 100 mil habitantes, vindo bem depois da Jamaica e da Colômbia.

O Banco Mundial, entretanto, não relaciona índices de homicídios com número de armas em poder da população. "Em vez disso, para reduzir os índices de violência, sugere reformar o sistema penitenciário, aumentar a capacidade de o Estado combater a criminalidade e, principalmente reduzir a pobreza nas áreas urbanas – com especial atenção para jovens, pobres e desempregados, mais suscetíveis de se envolverem em episódios de violência –, por meio de uma melhor distribuição de renda e investimentos em educação e previdência social."

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Carlos Patrocínio, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) –
Concedo, com muito prazer, um aparte ao eminente Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Carlos Patrocínio, quero me somar ao pronunciamento de V. Ex^a. Creio que o projeto que está tramitando no Senado – aliás são três projetos, que tramitam conjuntamente, sobre desarmamento – não tem o menor fundamento e a menor razão de ser. Sou radicalmente contrário a ele, até porque a legislação brasileira já é bastante dura para o portador ilegal de arma. E quem, na verdade, anda com arma na mão para fazer o mal, para assaltar, não tem arma legalizada; anda com arma irregular, sem registro. Por outro lado, não se cumpre a lei em vigor, que prescreve pena de prisão para o cidadão – mesmo que seja de bem, que tenha patrimônio ou que esteja no seu carro – que for pego com uma arma que não esteja devidamente legalizada, com porte federal – que, aliás, tem um custo altíssimo. A obrigação de quem pega um cidadão com arma ilegal, pela legislação de hoje, é levá-lo para a cadeia, tomar a

arma e prendê-lo. E eu pergunto: quem a polícia brasileira prende? Os bandidos estão todos aí, com armas absolutamente ilegais. E são presos? Não. Eu nunca ouvi dizer que um marginal tenha assaltado alguém com arma legalizada.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Senador Ademir Andrade, ontem prenderam a maior traficante do Brasil, ao sofrer um acidente de carro, estava machucada e não podia se locomover.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Essa é a situação. Deveríamos desarmar todos aqueles que possuem armas ilegais, mas há um erro grave nessa lei. Há o caso do homem que vive no campo e tem o seu armamento de caça. O que o Governo deveria fazer é cumprir a lei que já existe, por intermédio das suas polícias, federal, estadual, municipal, civil e militar e não criar uma lei para desarmar aqueles que precisam, de certa forma, proteger-se. É uma ilusão achar que vivemos em uma sociedade, com as diferenças sociais que existem, onde pode haver uma paz absoluta. É uma ilusão isso! Temos que melhorar o nível de justiça social em nosso País; temos que dar oportunidade aos que precisam, já que muitos se tornam bandidos porque não aceitam submeter-se à vida degradante de um salário miserável ou não encontram emprego, ficando sem ter como sustentar sua família, acabam caindo na rede do narcotráfico, onde o dinheiro é fácil. A sociedade inteira é culpada por este processo: o Congresso Nacional, principalmente; o Poder Executivo e o Poder Judiciário, que não coloca os grandes criminosos na cadeia, mormente os do colarinho branco. A nossa sociedade é completamente cheia de defeitos, porque o Brasil é um País que vive uma inaceitável desigualdade social. E só vamos diminuir o crime quando diminuirmos essa desigualdade, quando nos tornarmos um País mais justo, que dê oportunidades àqueles que não a têm e que, muitas vezes, caminham para a marginalidade porque a vida não lhes concedeu nenhuma oportunidade. É isso que precisa ser feito, e não esta lei demagógica, ridícula, que está tramitando no Senado sobre desarmamento total e absoluto.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Ainda bem que ainda é um projeto de lei, Senador. Agradeço a V. Exª pelo aparte, apesar de não concordar exatamente com sua posição. Estou trazendo esse assunto a debate para mostrar as deficiências e as impropriedades da lei. Creio que temos que fazer alguma coisa para diminuir a criminalidade, evitar, por exemplo, o porte de arma

desmesurado. Mas, de qualquer maneira, como está sendo proposta, Senador Ademir Andrade, a lei tem que ser modificada.

Aliás, V. Exª tem razão em relação ao fato de que, há poucos anos, o Congresso Nacional votou a Lei nº 9.437 – que foi sancionada –, que trata dos Sinarm – Sistema Nacional de Armas, que ainda não foi implementado. Eu mesmo apresentei proposta modificando esta lei, porque ela traz no seu bojo penas mais duras para crimes mais brandos. Então, teríamos ainda que tentar colocar em prática a Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997. E já estamos fazendo uma outra lei muito mais rigorosa.

Concordo com V. Exª que uma das formas de se reduzir a criminalidade é uma melhor distribuição de renda, investimento em educação, saúde e previdência.

Residem aí, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, as verdadeiras causas do aumento da violência em nosso País. Reduzir os índices de violência por meios da reforma do sistema penitenciário, de um Estado mais eficiente no combate à criminalidade e da redução da pobreza, com investimentos prioritários em educação, saúde e previdência, embora saibamos que não é uma tarefa fácil. Reconheço que é muito mais simples e dá a sensação de que se está agindo prontamente fazendo aprovar uma lei proibindo o comércio de armas.

O que se tem a fazer, reconhecem militares e até mesmo policiais empenhados no combate ao crime, é impedir que pessoas despreparadas possam portar uma arma. Está muito correto o Sr. Laércio Gavinhato, editor geral da revista **Magnum**, ao afirmar que "nenhuma arma deveria ser vendida sem que o comprador apresentasse, além do atestado de bons antecedentes, certificado de conclusão de curso de tiro e manejo de arma de fogo e exame psicotécnico, comprovando que tem estabilidade emocional para possuir uma arma". Se exigências semelhantes são requeridas a um candidato a motorista, com mais razão deveriam ser exigidas do portador de uma arma. Também penso assim, eminente Senador Romero Jucá. Sou totalmente contra a banalização do porte de arma, o que permitiria o cidadão andar armado, mas creio que alguns direitos ele tem que ter.

Por fim, Sr. Presidente, Srs Srs. Senadores, quero relembrar a experiência de outros países, também relatada pelo Jornalista Antônio Carlos Fon:

proibição total das armas. Nos dois casos, como reação a massacre de pessoas inocentes por psicopatas... Os resultados, entretanto, foram exatamente contrários aos esperados: os roubos aumentaram em 39% na Austrália e 117% na Grã-Bretanha, após à proibição.

E a Grã-Bretanha é a terra da Scotland Yard!

Como exemplo oposto, da redução da criminalidade pela disseminação das armas de fogo, um caso clássico é o da cidade de Keennasaw, no Estado americano da Geórgia. A experiência acabou se transformando no filme *The People's Right*, traduzido no Brasil como *O Poder do Povo*. Com a liberação do porte de armas para todos os moradores sem antecedentes criminais, em 1986, o número de crimes violentos despencou em 86% em apenas seis meses.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não creio que, no momento, seja necessária uma nova lei coibindo o comércio de armas em nosso País. O de que precisamos é cumprir as leis que já existem. Se o Poder Público não foi sequer capaz de recadastrar as armas de fogo existentes no País, após a sanção da Lei nº 9.437, de 20 de fevereiro de 1997, de que adiantará agora a proibição pura e simples da venda e do porte de arma? De uma hora para outra, será a Polícia Federal capaz de vedar todo e qualquer ingresso de armas no Território nacional pelas fronteiras, portos e aeroportos? Como num passe de mágica, conseguirão os policiais civis arrecadar as armas que estão em poder dos bandidos? Se a resposta é "não", essa é mais uma lei com destinação certa: não ser cumprida. Se de antemão sabemos que não será cumprida, dois caminhos temos a seguir: o primeiro, mais radical, seria não aprová-la; o segundo me parece mais aceitável, principalmente depois de todas as discussões ocorridas nesta Casa: torná-la mais coerente e passível de ser cumprida. Como isso será possível? Elaborando uma lei que crie normas rígidas para a venda e concessão de porte de armas, exigindo-se do candidato, dentre outras coisas, a sua aprovação em curso de tiro e manuseio de armas e a sua aprovação em exame psicotécnico. Ao estabelecer as pessoas que poderão portar uma arma, a lei não poderá deixar de fora aqueles que dependem da caça para a sua sobrevivência, os moradores das áreas rurais e aqueles que apresentarem motivos que justifiquem a necessidade de portá-la. Além disso, todo cidadão que ilegalmente portar uma arma deverá ser rigorosamente punido.

Assim agindo, Sr. Presidente, creio estarmos trilhando os caminhos do bom-senso e da coerência, essencialmente por elaborarmos uma lei que poderá ser efetivamente cumprida. Além disso, estaremos proporcionando aos cidadãos condições para utilizarem uma arma com eficiência. Não estaremos deixando desprotegidos e à mercê dos bandidos muitos brasileiros que habitam áreas rurais ou lugares realmente perigosos e, sobretudo, não estaremos deixando os cidadãos de bem reféns dos malfeiteiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Carlos Patrocínio, o Sr. Nabor Júnior, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Mozarildo Cavalcanti e Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra à Senadora Heloisa Helena.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, depois do dia em que o sepulcro caiado do Senado Federal rompeu-se, efetivamente, a população brasileira, estarrecida, conseguiu ver, além do belíssimo patrimônio arquitetônico, além do luxo dos corredores, além da vaidade de muitos, uma fissura. Mas esse tema já foi muito debatido e, com certeza, na próxima terça-feira, infelizmente, será repetido nesta Casa.

O assunto que me traz hoje à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um problema que acontece no meu Estado. Senador Carlos Patrocínio, o tema teria tudo para transformar-se num debate maravilhoso, não fosse o inadmissível desrespeito à natureza e à vida. Falo sobre as lagoas da minha querida Alagoas.

O meu Estado, justamente em virtude da enorme massa d'água de suas lagoas, o que lhe confere não apenas um belíssimo toque especial da natureza, exatamente por isso chama-se Alagoas, em função de um gigantesco complexo estuarino-lagunar. Não é à toa que a nossa Capital é Maceió, justamente maçaiok, que, na linguagem indígena, significa alagadiço.

Ao todo, são 48 lagoas, sendo 18 vertentes do Oceano Atlântico, 8 interiores e vinte e duas vertentes do rio São Francisco. As mais conhecidas são: Lagoa Mundaú, Lagoa Manguaba, Lagoa da Anta, Lagoa

do rio São Francisco. As mais conhecidas são: Lagoa Mundaú, Lagoa Manguaba, Lagoa da Anta, Lagoa Azeda, Lagoa Jacarecica, Lagoa Jequiá, Lagoa do Niquim, Lagoa Escura, Lagoa Roteiro, Lagoa Tabuleiro, Lagoa Pacas, Lagoa Guaxuma, Lagoa Doce, Lagoa Vermelha, Lagoa Comprida, Lagoa dos Patos, Lagoa Mangues, Lagoa do Pau e Lagoa do Taboabo.

As lagoas, além de uma beleza espetacular, são fonte de renda direta para mais de 250 mil pessoas que vivem nas comunidades ribeirinhas, às suas margens. As principais, Mundaú, Manguaba, Roteiro e Jequiá, oferecem uma gigantesca fartura de alimentos, de produção direta; produzem as mais diversas espécies de peixe, como camurim, bagre, tainha; crustáceos os mais diversos, inclusive diversidades de espécies em produção específicas e típicas da nossa querida Alagoas.

Além da renda direta dos pescadores e marisqueiras, as lagoas, em suas surpreendentes belezas, representam forte atrativo turístico e geram renda para milhares de outros alagoanos que desenvolvem atividades das mais diversas relacionadas ao turismo e à diversão.

O complexo estuarino-lagunar Mundaú/Manguaba é o mais importante de Alagoas não só pela proximidade de Maceió, mas também por serem as duas lagoas de maior extensão. A Mundaú, Senador Romero Jucá, tem 34km², e a Manguaba, 23km². As duas se unem por canais, permitindo passeios belos, espetaculares em suas ilhas e seus manguezais.

O complexo estuarino-lagunar Mundaú/Manguaba já foi reconhecido como o de maior produtividade por hectare do Planeta. O complexo estuarino-lagunar Mundaú/Manguaba, da minha Alagoas, já foi reconhecido como o de maior produtividade por hectare do Planeta e já foi conhecido como o maior produtor mundial de sururu, que é um molusco reconhecidamente saboroso, que significa a possibilidade concreta de alimento de milhares de pessoas e uma das especialidades da cozinha alagoana.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, toda a beleza e riqueza das nossas lagoas está constantemente ameaçada. São décadas de agressão, décadas de ausência de uma política ambiental e de fiscalização permanente. Governos federais e estaduais se sucedem sem uma mudança efetiva na política pública ambiental do nosso Estado.

As lagoas do São Francisco, desde a construção das barragens das usinas hidrelétricas, especialmente após Sobradinho, que regula a vazão do rio a jusante, deixaram de receber a revitalização das cheias do São Francisco, ameaçando espécies inteiras que as utilizam como habitat natural para a reprodução.

As lagoas do litoral alagoano sofrem de muitos males e, num intervalo de apenas quatro meses, sofreram cinco sucessivos acidentes que destruíram fauna e flora do complexo estuarino lagunar Mundaú/Maguaba.

Os dois últimos acidentes foram, sem dúvida, os mais graves: a lagoa Mundaú amanheceu coberta por milhares de peixes mortos, num espetáculo assustador, o maior acidente já registrado na lagoa e que teve como consequência imediata a destruição do sustento de milhares de pessoas, não apenas agora, mas pelos próximos meses também. Após quinze dias desse acidente gravíssimo que aconteceu na lagoa Mundaú, ocorreu outro, na lagoa Manguaba, com cerca de três toneladas de pescado morto. Com certeza, a Quaresma deste ano será marcada por uma significativa redução na oferta de pescado.

A população, atônita com a gravidade da situação, já não aceita mais as explicações dos órgãos ambientais responsáveis pelas fiscalização no Estado. As causas da degradação das lagoas são conhecidas e já bastantes divulgadas:

- todas as matas ciliares das bacias hidrográficas dos Rios Mundaú, Paraíba e Sumaúma, afluentes do complexo Mundaú/Maguaba, foram destruídas, ocasionando o assoreamento nesses rios e a diminuição da força de suas correntezas;

- todas as cidades das bacias desses três rios, além das cidades localizadas nas margens das lagoas, principalmente Maceió, jogam lixo, inclusive hospitalar, e esgoto *in natura* nesses corpos de água;

- as indústrias químicas e usinas lançam constantemente poluentes nas lagoas e em seus afluentes;

- agrotóxicos e fertilizantes, principalmente das plantações de cana, têm sido carreados para as lagoas após as chuvas;

- há, ainda, a contaminação gravíssima das nossas lagoas por organoclorados das indústrias químicas, por meio do lençol freático e do solo, já poluídos por acidentes no processo industrial, pela

indústria química de Alagoas, e no transporte de produtos químicos;

– os loteamentos clandestinos provocam aterros irregulares nos estuários;

– os lixões das cidades poluem o solo e o lençol freático;

– a vegetação do mangue vem sendo cortada para produzir carvão;

– as dunas e restingas vêm sendo destruídas progressivamente;

– os matadouros e a favelização nas margens desses corpos d'água são outros importantes poluidores.

Portanto, as lagoas têm funcionado, hoje, como imensos decantadores, receptáculos de resíduos e poluentes de toda a natureza dos rios tributários. Há, no entanto, que se denunciar a omissão de décadas dos órgãos governamentais, estaduais e federais, décadas de processos, de pareceres técnicos para licenciamento de emissão de efluentes das usinas quando as descargas já foram efetuadas, após o período da moagem.

As instituições que têm poder para interditar e multar as indústrias infratoras, o que se fosse efetivamente realizado serviria para coibir os abusos cometidos por essas indústrias, infelizmente não têm atuado nem cumprido com a sua obrigação de agir com rigor, de utilizar os instrumentos que a legislação ambiental já oferece para coibir abusos, multando e interditando, quando necessário, os infratores. Uma das ações possíveis é impedirem-se as descargas das usinas, obrigando-as a reutilizar as águas do processo da lavagem da moagem, até porque as usinas já receberam financiamento público para tratar seus efluentes, mas continuam tratando os rios como esgotos.

Necessita-se de amplo investimento e saneamento básico em todas as cidades da bacia do complexo Mundaú/Maguaba. No caso de Maceió, há ainda a necessidade de se instalarem estações compactas de tratamento de esgoto nas saídas dos canais de determinados bairros, onde moram milhares de pessoas, como no Dique Estrada, Bebedouro, Fernão Velho e Rio Novo, e a dragagem desses canais. E, especialmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso garantir ações fundamentais para se recuperar o complexo estuarino lagunar, como a recomposição das matas ciliares de toda a bacia e dos rios afluentes; o estabelecimento de mecanismos de fiscalização que possam impedir a ação imoral e ilegal das usinas e outros complexos

industriais; o desenvolvimento de ações de educação ambiental; a garantia do saneamento básico dos municípios ribeirinhos; a garantia de moradia digna a milhares de favelados às margens da lagoas; o ordenamento da utilização da água e do solo de todo o complexo estuarino, para que assim possamos garantir que as nossas lagoas possam dinamizar a economia local, gerar emprego, renda e garantir alimento, diretamente, a milhares de pessoas no nosso Estado.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Carlos Patrocínio.

O Sr. Carlos Patrocínio (PFL – TO) – Nobre Senadora Heloisa Helena, esse magnífico pronunciamento de V. Ex^a, como tem sido a tônica dos seus discursos nesta Casa, tem dois momentos distintos. Por um lado, V. Ex^a enaltece a exuberância, a beleza do seu Estado, que leva o nome de querida Alagoas justamente devido às suas lagoas naturais, de encantos maravilhosos. Tive a oportunidade de conhecer algumas delas e, sobretudo, a orla marítima, que é muito linda. Passei a minha lua-de-mel na Praia do Francês – e há mais de vinte anos não a vejo – a praia do litoral brasileiro mais bonita que já vi, com águas totalmente cristalinas e peixes maravilhosos. V. Ex^a faz muito bem em decantar as belezas da sua terra e, principalmente, eminente Senadora, em assumir o seu segundo posicionamento, deplorando o que vem acontecendo com a fauna e a flora dessas magníficas lagoas alagoanas. O desastre ecológico da lagoa Rodrigo de Freitas ocorreu por absoluta falta de oxigênio na água, mas em Alagoas eu jamais poderia acreditar que estivesse acontecendo a devastação total das matas ciliares pela utilização de venenos organoclorados. E já existe legislação ambiental, inclusive acabei de falar sobre o seu rigor. Matar um passarinho, hoje, é um crime inafiançável, enquanto matar um homem nem sempre o é, mas é preciso que se cumpra essa legislação. V. Ex^a também cita o que deve ser feito para que possamos ressuscitar a maravilha dos estuários daquelas lagoas e daqueles mananciais existentes no seu Estado. Devemos, portanto, introduzir uma legislação rigorosa, se houver falhas. Gostaria de citar apenas que tive a felicidade, depois de dois anos de luta na Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, de ver aprovado um projeto de lei de minha autoria sobre a

obrigatoriedade de se construírem eclusas nos rios comprovadamente navegáveis, de se construírem escadas para peixes, para facilitar a piracema, e, sobretudo, sobre a necessidade de se estabelecer a revitalização dos lagos marginais. Passei alguns anos elaborando um projeto, e ouvi as autoridades maiores de nosso País, que, agora, foi aprovado pela Comissão de Minas e Energia. Também apresentarei um projeto de lei, atualmente em fase de correção, que aumenta a largura das matas ciliares. A Medida Provisória nº 18 pune o Norte e o Nordeste, sobretudo a Região Norte do País, quando estabelece a cobertura florestal mínima de 80% nas áreas de floresta tropical e 50% na região de cerrado. Quero dizer que existe um projeto de lei de conversão, o qual tenho trabalhado, para aumentar a largura das matas ciliares, tendo em vista que os nossos mananciais, estão secando, principalmente os da Região Norte. Cumprimento V. Ex^a pelo maravilhoso discurso e pelas sugestões aqui apresentas com o intuito de, efetivamente, erradicarmos essas agressões ao meio ambiente. Afinal de contas, essas agressões são contra a subsistência do homem na terra.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço a V. Ex^a o aparte. V. Ex^a, nesta Casa, tem mostrado uma gigantesca preocupação em relação a um bem que a natureza nos concedeu, e que sem dúvida será motivo de grandes disputas políticas, de guerras entre nações. Refiro-me ao recursos naturais e, de forma especial, à água do nosso planeta.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senadora Heloisa Helena, quem conhece as lagoas de Alagoas, quem já comeu sururu à beira da Lagoa de Mundaú, quem ama aquela terra, fica triste ao ouvir o pronunciamento de V. Ex^a ao ver o quadro de abandono, de degradação, de problemas ambientais e do sistema hídrico do Estado de Alagoas. Lembrou-nos bem o Senador Carlos Patrocínio, há alguns dias – e aí sim a mídia deu destaque – o desastre ecológico da Lagoa Rodrigo de Freitas, das lagoas que compõem o sistema de drenagem da Barra da Tijuca, o mesmo problema ocorrido com a questão do vazamento de óleo no Rio de Janeiro. Vê-se, então, que essa questão não é um problema

localizado. Infelizmente, a mídia não deu destaque ao que V. Ex^a denuncia hoje neste Plenário – seria bom que tivesse dado o mesmo destaque, porque mostraria que o problema é sistêmico. Na verdade, trata-se da ausência de política voltada para a questão ambiental do controle hídrico para o problema da relação das águas com o meio ambiente, com o saneamento e com a condição de vida das pessoas. É importante que o Governo de Alagoas provoque essa discussão com proposições técnicas. Quero registrar – e vamos discutir essa questão na Comissão de Assuntos Sociais – que, na verdade, o Rio de Janeiro começa a se mobilizar para discutir com o Senado, com a Câmara dos Deputados, com o Tribunal de Contas, com o Ministério do Meio Ambiente, com diversos segmentos, inclusive de ações não-governamentais, a questão do meio ambiente e do ocorrido nas lagoas do Rio de Janeiro. É importante que o Estado de Alagoas siga o mesmo caminho. As lagoas são patrimônio da sociedade alagoana e não podem ser comprometidas. Portanto, até pela admiração e pelo carinho que tenho com o seu Estado e pelo trabalho dos seus parlamentares aqui no Senado, sugiro que, ao se discutir a questão do Rio de Janeiro, se busque caminhos para também desdobrar essa ação até Alagoas. Se pudéssemos fazer uma comparação – é claro que não há comparação, já que o meio ambiente é importante em todos os lugares –, as lagoas de Alagoas, para as questões cultural, ambiental, turística e de sustentação da população de Maceió, talvez sejam mais importantes do que a Lagoa Rodrigo de Freitas. Portanto, é uma questão grave que V. Ex^a denuncia hoje. Quero prestar a minha solidariedade, e dizer que estamos à disposição para buscarmos caminhos para a solução desse grave problema.

A SRA. HELOISA HELENA (Bloco/PT – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Romero Jucá.

Temos feito um esforço grande, tanto a Bancada do Senado como a da Câmara, juntamente com a comunidade ribeirinha, com os pescadores, com as autoridades, com os técnicos do IMA – a sua presidente esteve aqui nesta semana –, com a Secretaria Nacional de Pesca – porque é de fundamental importância que possamos ter, inclusive, um projeto alternativo para o aproveitamento dessa gigantesca potencialidade na produção de alimentos –, com a Secretaria Nacional de Recursos Hídricos, para que possamos, definitivamente, garantir ações

fundamentais para recuperar o complexo estuarino, com a recomposição das matas ciliares de toda a bacia e dos rios afluentes; desenvolver os mecanismos de fiscalização que possam impedir a ação imoral e ilegal das usinas e de outros complexos industriais, desenvolver ações de educação ambiental para garantir a população ribeirinha, no sentido de proteger os seus mananciais, garantir o saneamento básico aos municípios ribeirinhos, garantir moradia digna a milhares de favelados, ordenar a utilização da água e do solo em todo o complexo estuarino para que possamos, assim, com todos esses mecanismos concretos, que protejam nosso complexo estuarino lagunar, garantir que as nossas lagoas possam dinamizar a economia local, gerar emprego, renda e garantir alimento diretamente para mais de 200 mil pessoas na nossa querida Alagoas e, portanto, que possamos continuar permitindo que a beleza e a vitalidade já cantadas e registradas pelos poetas alagoanos perdurem e sejam usufruídas por esta e pelas próximas gerações.

Não tenho dúvida de que as lagoas da nossa querida Alagoas significam um instrumento fundamental para dinamizar a economia local, gerar emprego e renda e produzir alimento diretamente para mais de 200 mil pessoas. Para isso, precisamos garantir todos esses mecanismos que foram sugeridos, para que os Governos Estadual, Municipal e o Governo Federal possam, efetivamente, garantir a sobrevivência do nosso complexo lagunar.

É só, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, como Líder.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR) – Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela Liderança do PSDB para registrar a importância da viagem do Presidente Fernando Henrique Cardoso à América Central, à Venezuela, e o resultado positivo de importantes questões.

Em primeiro lugar, foi solucionada a pendência que havia no país vizinho, a Venezuela, para a

continuidade da construção da linha de transmissão de Guri. A obra estava paralisada por questões ambientais e por disputa com comunidades indígenas venezuelanas. Entretanto, o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Chaves assinaram um acordo que dá desdobramento aos entendimentos entre Venezuela e Brasil para que tanto a Petrobras quanto a PDVSA possam atuar conjuntamente na exploração de petróleo em determinadas regiões da América Latina. Segundo os especialistas, esse acordo é um caminho a mais para que atuemos conjuntamente, a Petrobras e da PDVSA. Esse acordo, inclusive, já é denominado por alguns de "Petroamérica", uma empresa de prospecção de petróleo que seria uma das maiores do mundo, que contaria com a experiência brasileira da exploração em águas profundas e a da Venezuela, que hoje é o maior exportador de petróleo para o Brasil. Ampliando a compra de petróleo de US\$1bilhão, em 1998, para US\$1,7, em 1999. Portanto, a ação conjunta dos dois Presidentes deve ser saudada. Por isso, em nome da Liderança do PSDB, registro essa ação importante para o meu Estado, Roraima, e para o País, no intuito de buscar uma maior integração da América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, por permuta com o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, creio que um dos graves problemas que, inclusive, geraram todo o processo de discussão nesta Casa entre as lideranças do PMDB e do PFL – que, na verdade, têm, sozinhas ou junto ao PSDB, o poder absoluto no Congresso Nacional para decidir tanto sobre a questão do salário mínimo quanto sobre o teto simples, o duplex, porque a base do Governo tem maioria absoluta no Congresso Nacional –, era que o PFL, independentemente de qualquer estudo, entendia que o salário mínimo deveria ser de US\$100, o que contrariou, evidentemente, o Governo Fernando Henrique. E o PMDB afirmava: "Bom, eu só aceito um salário mínimo maior, de US\$100, US\$200 ou US\$300, se o Ministro Waldeck Ornelas disser que isso é possível, sem criar problemas para a Previdência". Essa posição do PMDB colocava, portanto, o PFL em uma contradição. Ou seja, de um lado, as suas lideranças maiores defendiam o salário mínimo de R\$177 e, por outro lado, dava a impressão

de que o Ministro estava teimando e considerando absolutamente impossível um salário maior do que os R\$151 estabelecidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Creio que temos novidade, Sr. Presidente, porque, ontem, o Ministro Waldeck Ornelas veio ao Congresso Nacional falar à Comissão Mista que estuda a medida provisória que estabeleceu o novo salário mínimo no Brasil e que possibilitou também que pudesse ser colocado diferentemente em cada Estado, dentro das suas condições.

Ora, o Ministro Waldeck Ornelas afirmou ontem claramente que o problema não é o da Previdência, porque esse já existe; a Previdência tem um déficit permanente, tem um déficit basicamente ligado ao setor da previdência dos funcionários públicos federais. A Previdência já possui um déficit de R\$10 bilhões anualmente, que é pago pelo Tesouro, pela sociedade brasileira. O problema do aumento do salário mínimo, segundo interpretação do Ministro Waldeck Ornelas, não é da Previdência.

Segundo suas informações, a cada real de aumento no salário mínimo haveria um aumento, na despesa, de R\$99 milhões por ano. Então, o que ocorreria no Brasil? Se o salário mínimo viesse a ser R\$180, que já é um valor ridículo, o que representaria um aumento de R\$29 a mais do que o Presidente Fernando Henrique deseja dar, o déficit da Previdência aumentaria em R\$2,8 bilhões num ano inteiro. E aí o Ministro afirma claramente: "Mas o problema não é da Previdência. O problema é do Tesouro, é do caixa, é do Orçamento, o problema é geral, porque o déficit da Previdência já está aí, já vem de muito tempo. Um aumento de R\$2,8 bilhões não representaria grande coisa se nós considerarmos outros fatores que o Governo normalmente se nega a discutir.

Também ontem, a Comissão contou com a presença dos representantes das Centrais Sindicais do nosso País, de representantes de aposentados, inclusive representantes do Setor de Fiscalização de Cobrança da Previdência Social no nosso Brasil.

Srs. Senadores, reafirmo hoje o que eu disse aqui recentemente, porque ontem foi colocada de maneira bastante clara nos debates da Comissão que trata do salário mínimo: a dívida interna que o Brasil tem hoje já chega aos R\$487 bilhões, estamos próximos aos R\$500 bilhões – já ultrapassamos a casa dos 50% do Produto Interno Bruto. E de quem é a culpa dessa dívida interna que o Brasil possui? É da

política econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Quando Sua Excelência assumiu o Governo, a dívida era de R\$60 bilhões. Hoje, ela chega à casa dos R\$480 bilhões. Quer dizer, ela praticamente aumentou oito vezes; ela aumentou 800%, salvo algum erro de matemática, enquanto a inflação, nesse período de todo o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, está em torno de 70%. Ora, a dívida interna, a dívida pública brasileira aumentou oito vezes, enquanto a inflação aumentou apenas 70%; e o salário mínimo, também no seu período, passou de R\$70 para R\$136 – não chegou a 100%.

O que se coloca hoje é que essa dívida interna já variou juros de uma maneira extraordinária, já teve até na faixa de se pagar juros de 49,5% ao ano. O Banco Central, dois anos e meio atrás, chegou a colocar o pagamento dessa dívida a 49,5% ao ano. Hoje esses juros, que chegaram a 19%, estão em torno de 18,5% ao ano, o que significa um pagamento de juros reais de quase 12% ao ano. Se a inflação está em torno de 6% ao ano, os juros reais que se pagam aos especuladores do sistema financeiro, àqueles que não investem na produção mas que colocam o seu dinheiro no sistema financeiro para ganhar com os juros desse dinheiro, o que o Governo está pagando é em torno de 11% de juros reais. Ora, diz-se claramente que se diminuirmos 1%, se baixarmos o pagamento de 18,5% ao ano para 17,5% ao ano, o que ainda significará um pagamento de juros reais da ordem de 10,5% ao ano, teríamos uma economia de pagamentos com juros do serviço da dívida de R\$5 bilhões. O que estou colocando são dados claros, dados incontestáveis. Estou apresentando a solução. E agora o PMDB não tem mais a desculpa que tinha.

Pois bem, ontem, o Ministro Waldeck Ornelas admitiu o seguinte – e vou repetir para que fique bem claro, Senadora Heloisa Helena:

O problema do aumento do salário mínimo não é um problema da Previdência, é um problema do Tesouro, porque quem assume o déficit da Previdência é o Tesouro, é a sociedade brasileira, que já cobre anualmente um déficit de R\$10,8 bilhões/ano.

Se aumentar o salário para R\$180 – essas contas quem está fazendo sou eu – vamos ter um aumento do déficit da Previdência de R\$2,8 bilhões. Aí o Ministro afirmou:

Por mim não há problema algum. Por mim, pode dar o aumento de quanto for, porque tendo recursos do Tesouro, não é da Previdência o problema.

Portanto, o PMDB não tem mais desculpas para ficar na sua posição, o PMDB pode agora assumir um salário de R\$180, sem nenhuma dificuldade, porque o problema é do Tesouro, e estou apresentando a solução para o Tesouro resolver a questão. Qual é a solução? São "n" soluções, mas a mais simples seria o Governo brasileiro reduzir a taxa de juros que o Banco Central paga na captação de recursos em de todo o País, de 18% ao ano. Se baixar para 17,5% ao ano, se diminuir 1% dos juros do pagamento da dívida pública brasileira, economizam-se R\$5 bilhões; portanto, vão sobrar R\$2,2 bilhões para o Governo colocar em outros investimentos, aumentar o salário mínimo para R\$180,00, sem nenhuma dificuldade, e resolver definitivamente o problema.

Além disso, outras formas foram apresentadas. Por exemplo, se o Governo conseguisse receber a dívida que existe com a Previdência, das grandes empresas brasileiras, até de setores do Governo e prefeituras, etc., daria para conceder um aumento de mais R\$40,00 no salário mínimo. Soluções existem, e os partidos que são base de sustentação do Governo nesta Casa têm de parar com essa briga falsa que travaram aqui no Congresso Nacional e assumir a realidade. Eles têm poder de definir. Estamos discutindo aqui com base em dados, com base em números, apresentando soluções claras e evidentes para se resolver o problema. Portanto, o Governo Fernando Henrique pode dar não apenas um aumento de R\$180. Se sobram R\$ 2,2 bilhões, com a diminuição de 1% dos juros, Sua Excelência ainda pode dar um aumento de quase R\$200 para o salário mínimo, sem nenhuma dificuldade. O Ministro Waldeck Ornelas já disse que isso não é um problema da Previdência, mas do Tesouro. E eu estou mostrando como se resolve o problema do Tesouro.

Agora, se o PMDB quer ser um Partido apenas obediente às ordens e às imposições do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e vai obedecer às ordens e manter o salário de R\$151, tem de assumir isso perante a opinião pública. Tem que dizer: olha, eu estou assumindo um salário de R\$151, porque sou obediente ao meu Presidente, porque eu tenho o Ministério dos Transportes, que é do PMDB, porque eu tenho tais e tais ministérios, que são do PMDB; então, eu tenho de obedecer às ordens do meu chefe. Não é porque a lógica manda, não é porque é certo;

mas é porque recebi ordens e tenho que obedecê-las. Então, eu não tenho que atender a lógica, mas obedecer às ordens.

E o próprio PFL, baseado nesses dados, pode muito bem impor ao Governo uma mudança na sua política econômica, da redução de 1% do pagamento dos juros da nossa dívida pública, e defender, ao invés de um salário de R\$177, um salário de R\$200.

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me permite um aparte, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) Com satisfação, ouço a Senadora Heloisa Helena

A Srª Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Ademir Andrade, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e dizer que tive a oportunidade de participar dos dois debates na Comissão do Salário Mínimo, juntamente com os Senadores Sebastião Rocha e Eduardo Suplicy, além dos outros parlamentares de outros partidos. Tive a oportunidade de participar do debate tanto com o Ministro Malan como com o Ministro Waldeck Ornelas. É evidente que o debate feito com os dois representantes do Governo Federal tratam de uma "racionalidade" estabelecida pelos representantes do Governo Federal, que é de fato uma irracionalidade perante a sociedade e a gigantesca dívida social e moral que o Congresso Nacional e o Governo Federal têm. São milhões de pessoas que vivem diretamente do salário mínimo, ou se cercam da dinamização da economia vigente, recebendo salário mínimo, seguro desemprego, auxílio ao idoso, ao deficiente e ao programa de renda mínima, ou sendo aposentado propriamente dito. Fizemos o debate, com o Ministro Malan, na sua "racionalidade" de um projeto econômico. A rationalidade que eles entendem como objetiva eu entendo como profundamente irracional, porque nosso País, só no ano passado, pagou R\$151 bilhões de juros e serviço da dívida, comprometendo, com isso, mais de 60% do dinheiro do País. Isso é absolutamente irracional. Mas nem dentro da rationalidade dele, Senador Ademir Andrade, não há nenhuma proposta concreta para o futuro. Quais os ajustes sugeridos, a médio e a longo prazo, dentro da rationalidade objetiva dos seus tecnocratas? Não têm nenhuma proposta. Do mesmo jeito, o Ministro Waldeck Ornelas não tem proposta alguma. Ontem, eu dizia ao Ministro que realmente é difícil discutir com ele, porque já fizemos esse debate na Comissão de Assuntos Sociais e já fizemos o debate sobre todos os dados apresentados em relação à Previdência. Portanto, o Governo Federal não tem

autoridade moral de fazer cantilena em relação à quebra da Previdência. São R\$60 bilhões de dívida com os sonegadores da Previdência, conforme a Associação Nacional dos Fiscais da Previdência, e o próprio Ministro disse ontem que eram os seus assessores e que os dados eram confiáveis. Os governos fizeram R\$70 bilhões de saques na Previdência, desde o seu início. O DRU foi aprovado neste ano, aqui no Senado, e tirou R\$41 bilhões, inclusive R\$20 bilhões da Previdência. No ano passado, o Governo Federal tinha a obrigação legal de colocar a sua cota previdenciária, mais R\$12 bilhões, e o Governo Federal não colocou. Só no ano passado, pelos dados da própria Secretaria Nacional da Execução Orçamentária do Tesouro, portanto do Ministro da Fazenda, portanto órgãos oficiais, foram desviados mais R\$22 bilhões dos cofres da Previdência, para manter o ajuste fiscal imposto pelo Fundo Monetário Internacional. Isso, fora a política econômica estabelecida pelo Governo Federal, que joga 60% da população economicamente ativa na informalidade e, assim, há menos contribuição e menos recursos para a Previdência. Desse modo, o Governo Federal não tem qualquer autoridade moral de fazer cantilena em relação à Previdência. Agora, eu concordo inteiramente com o que V. Ex^a diz. Eu quero só ver como a base de sustentação do Governo vai agir na votação. Essa realmente eu quero ver. Inclusive, Senador Carlos Patrocínio, na próxima terça-feira, quando o Presidente do Congresso Nacional estará presidindo a sessão, vamos, por meio de instrumento regimental, solicitar seja colocado na pauta do Congresso Nacional da próxima quarta-feira o debate sobre a questão do salário mínimo. O Senador Iris Rezende, que está na presidência da comissão que analisa a medida provisória, tem agido tenho obrigação de dizer com rigor, de forma democrática, cumprindo o Regimento. No entanto, sabemos que isso cabe à Presidência da Casa. Faço um apelo também a V. Ex^a, como membro da Mesa, no sentido de que se coloque na pauta do Congresso Nacional da próxima semana o debate sobre o salário mínimo. A outra semana será a semana santa, e, embora seja santa, muitos pecadores não vêm cumprir o seu horário de trabalho aqui, emendando os feriados que acontecem. E aí vem, mais uma vez, a reedição da medida provisória. O Congresso, e especialmente a base parlamentar do Governo, diz querer aumento do salário mínimo. Ontem, como V. Ex^a diz, Senador Ademir Andrade, acabou a desculpa dos dois lados. Vários setores do PFL, inclusive da comissão, disseram que iam

sustentar os R\$177. Acabou a desculpa do PFL, acabou a desculpa do PMDB. E, certamente, vamos avaliar se existe demagogia ou não entre o que certas personalidades políticas fazem e efetivamente como elas vão votar. E estamos querendo que seja na próxima quarta-feira, juntamente com a votação do Orçamento. Portanto, quero parabenizar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) –
Agradeço a V. Ex^a, Senadora Heloisa Helena.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) –
Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pedindo uma certa brevidade, considerando que o meu tempo já se está esgotando.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) – Serei breve, Senador Ademir Andrade, até porque permutei com V. Ex^a, tendo em vista que V. Ex^a vai viajar.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) –
Agradeço a V. Ex^a pela gentileza.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PFL – RR) –
Quero só falar sobre dois pontos. Em primeiro lugar, quero dizer que o PFL tem uma posição muito clara a esse respeito e o seu comportamento tem sido muito nítido. Portanto, vamos manter essa posição de defesa do salário mínimo, a qual já foi claramente publicada. Em segundo lugar, quero dizer que apoio o posicionamento de V. Ex^a e da Senadora Heloisa Helena, no sentido de que todos os argumentos contrários à elevação do salário mínimo para R\$177 – mais ou menos o equivalente a US\$100 –, no meu entender, não podem ter nenhum tipo de concordância de nossa parte. Como se encontra dinheiro para tanta coisa e não se encontra dinheiro para elevar um pouquinho sequer o salário mínimo de milhões de brasileiros que hoje vivem na penúria e na miséria? Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) –
Finalizo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, chaman a atenção para a reportagem de ontem do Jornal Nacional, da TV Globo, às 20h15min.

Senadora Heloisa Helena, ontem, o Jornal Nacional divulgou dois blocos muito interessantes, contando a história de brasileiros que vão trabalhar em outros países do mundo, como os da Europa, os Estados Unidos, o Japão, o Canadá. Nessa reportagem, percebemos que brasileiros que estão indo para a Inglaterra, para trabalharem como operários em uma fábrica, estão sendo, de certa forma, ludibriados por agentes brasileiros, que,

mediante a cobrança de um valor absurdo, encaminham essas pessoas para aqueles países. Mas o salário que os brasileiros iriam receber na Inglaterra para serem operários, ou seja, para executarem um serviço sem nenhuma qualificação, era da ordem de R\$3 mil a R\$4 mil por mês.

Em seguida, o Jornal Nacional apresentou uma reportagem sobre os trabalhadores do Triângulo Mineiro, de Uberlândia, principalmente, cujos cidadãos tem a tradição de se deslocar para os Estados Unidos para buscar uma vida melhor. Mostrava-se que, hoje, mudaram até as estatísticas dos bancos de Uberlândia: o dinheiro que vem do exterior para as famílias que ficaram na cidade é maior que o valor que circula na própria cidade. E os trabalhadores de Uberlândia agora mudaram de rota: ao invés de irem para os Estados Unidos, que é a maior potência do mundo, estão indo para Portugal e estão ganhando da mesma forma. A maior parte do dinheiro, atualmente, já vem dos bancos de Portugal. Os brasileiros estão indo para lá para assumirem funções de pedreiro, carpinteiro, arrumador de hotel. Embora sejam formados, com instrução de segundo grau ou até de terceiro grau, preferem ser arrumadores de hotel, lavadores de pratos, garçons, pedreiros, carpinteiros e pintores em Portugal – que não é um país muito desenvolvido –, pois lá ganham 10 vezes mais que o trabalhador brasileiro.

Fica, então, a pergunta para a nossa sociedade: como países tão pequenos, com grande densidade demográfica e, portanto, com uma disputa elevada, conseguem dar ao seu povo um salário digno, um salário mínimo que nunca é menor do que pelo menos dez vezes o maior salário? A diferença máxima é de 1 para 10. Por que esses países conseguem dar ao seu povo esse nível elevado de justiça social e o nosso País, uma potência fantástica, um país privilegiado, um país de uma riqueza incomensurável, um país jovem, um país de pouca gente – 156 milhões de brasileiros para 8,5 milhões de quilômetros quadrados –, não consegue fazer isso? A nossa densidade demográfica é insignificante diante da de qualquer país europeu e diante da China, por exemplo. No entanto, aqui há uma verdadeira luta para se conseguir pelo menos que haja uma diferença não de 100 vezes entre o maior e o menor salário, mas pelo menos de 50 vezes. Nem isso se consegue obter aqui.

Portanto, Sr. Presidente, parabenizo a Rede Globo pela reportagem que fez. É uma demonstração para a sociedade brasileira de que países muito mais

pobres do que o nosso podem dar ao seu povo uma condição digna de vida, um salário decente – para que o cidadão possa trabalhar e sustentar a sua família – e garantia de saúde e de educação para seus filhos gratuitamente. No entanto, em nosso País, com todas essas vantagens que temos, não podemos dar isso ao nosso povo.

A discussão está posta. As desculpas do PMDB e do PFL não podem existir mais. Espero que a base do Governo não seja obediente às determinações do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso apenas porque possuem cargos no Governo Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, tenho reiteradamente ocupado esta tribuna para denunciar a ação de organizações não-governamentais em vários setores, mas, principalmente, na questão indígena e, mais especificamente, na questão indígena na Amazônia.

Tenho citado vários exemplos, vários casos. Pode parecer à opinião pública – na verdade, já existe uma certa mística em relação a isso – que ONGs são sinônimos de defensoras das minorias, são sinônimos de defensoras do meio ambiente e, portanto, são uma espécie de entidades santas que estão aí porque o Governo não atua, porque os órgãos oficiais não atuam, porque a sociedade não está tomando conhecimento do que ocorre com essas minorias.

Tenho dito que a política indigenista do País, a cada dia que passa, já há algum tempo, está sendo gradualmente comandada por essas organizações não-governamentais. Tenho certeza de que a grande maioria da mídia brasileira já está, talvez muito inocentemente, convencida por essa preparação feita de fora para dentro por essas organizações não-governamentais: inicialmente, por meio da mídia internacional; depois, por meio da conquista da mídia nacional. Tanto isso é verdade que se pode notar, em qualquer jornal respeitável deste País, que existe quase que uma uniformidade de pensamento, de ponta a ponta, dos seus editorialistas, dos seus repórteres. Por quê? Porque houve realmente um preparo.

É evidente que a causa é bonita e até sentimental. Quem não quer defender as minorias? Quem não

quer defender o meio ambiente? Mas vamos ver quem efetivamente está defendendo, qual é o método utilizado e até onde a soberania do Brasil não está sendo atingida.

Portanto, para que não fique o que penso ou o que já concluí como uma reiteração do que venho dizendo, quero ler, para ilustrar, um documento que consegui extrair da Internet, acessível a qualquer cidadão brasileiro. Este documento foi obtido no seguinte endereço, no seguinte e-mail: . Este documento público, que está na Internet, diz o seguinte:

Indígena

Ação Relâmpago

Terra indígena Raposa/Serra do Sol
(Roraima/Brasil)

Campanha para homologação e demarcação em área única e contínua.

Roma, 20 de março de 2000."

Portanto, corrobora o que venho dizendo: a política indigenista do País está sendo comandada de fora para dentro, dos níveis de entidades internacionais para os nossos órgãos brasileiros.

Lerei o teor do documento, para que faça parte integral do meu pronunciamento:

Estimados amigos e amigas,

O grupo Pro Índios de Roraima (Brasil) está comprometido na colaboração com várias associações e ONGs européias a apoiar as organizações indígenas de Roraima (Brasil), que há anos pedem a demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol. Para isso, organizou a difusão de abaixo-assinados, encontros, conferências, para informar sobre a realidade dos índios do Brasil e para denunciar violências e discriminações das quais são vítimas.

No dia 20 de dezembro, tivemos encontro com o Sr. Embaixador do Brasil em Roma e entregamos-lhe um dossier com 9.600 assinaturas de pessoas de vários países da Europa, para solicitar a homologação e demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol dos índios Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingaricó.

Infelizmente, a situação em Roraima não mudou, e o Conselho Indígena de Roraima (CIR) – vejam bem, chamo a atenção para essa ONG, que está "sediada" em Roraima – "pede que a campanha de apoio continue. Aumentaram, nos últimos dias, os atos de violência e intimidação contra os índios e contra as entidades que os apóiam. Todos os dias chegam notícias do CIR e de outras organizações (Cimi, ISA) denunciando ilegalidades e violências. Até hoje, o decreto de homologação não foi assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Portanto, a campanha precisa continuar.

No dia 22 de abril, ocorre a comemoração dos 500 anos da "descoberta" do Brasil e essa data poderia ser a ocasião para completar a homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol e para rever toda a política indigenista do Governo brasileiro. O Presidente Cardoso poderia aproveitar essa ocasião para passar das palavras aos fatos e, finalmente, assinar esse decreto de homologação.

Sabe-se que o Presidente recebe pressões por parte de políticos, fazendeiros, empresas de mineração que se opõem à demarcação das terras indígenas. Esses poderes fortes estão provocando uma ação de divisão das mesmas comunidades indígenas, convencendo, com presentes, alguns índios a opor-se aos pedidos da maioria das comunidades.

Uma minoria desses ocupou, há alguns dias, a sede da Funai, em Boa Vista, capital de Roraima, pedindo a demarcação de pequenas ilhas da área Raposa/Serra do Sol e a demissão do delegado local da Funai. Foi a resposta à ação que o CIR fez bloqueando a estrada para impedir o transporte de mercadoria aos garimpos ilegais dentro da área indígena".

Nesse ponto, quero esclarecer que não existe garimpo algum funcionando nessa área indígena. Portanto, é uma mentira que se faz contra a imagem do País, publicamente, no exterior e no Brasil.

Atualmente, o bloqueio da estrada foi suspenso e a polícia militar está realizando controle unicamente para os índios que transitam pelas estradas da região.

Em seguida, vem uma sugestão de e-mail que deve ser remetido a diversas autoridades:

Tem-se a impressão de estar chegando à conclusão do processo: a vitória dos índios em Roraima em ter a própria área demarcada e homologada seria um precedente importante para todos os índios do Brasil na defesa dos próprios direitos.

Por isso, amigos e amigas, pedimos a vossa ajuda e solicitamos que este apelo seja enviado às autoridades brasileiras. Rogamos confirmar a sua adesão, enviando uma "cópia oculta" (Cc) ao nosso e-mail: .

Agradecemos pela atenção e enviamos cordiais saudações.

Pro Índios de Roraima (Brasil)

Ingeborg Zoppritz (Coordenadora)

Via Cimone 12 – 00141 Roma/Itália – tel/fax 0039.06.86899734.

E são elencadas as autoridades para as quais deve ser remetido esse e-mail: o Presidente da República, com cópia para o Ministro da Justiça, José Carlos Dias, e para o Governador de Roraima, Neudo Campos.

Não lerei tudo, mas peço que sejam transcritos na íntegra, como parte integrante do meu pronunciamento, os documentos do CIR, do Cimi, da Diocese de Roraima, e do Secretário Executivo do Cimi, de Manaus.

Sr. Presidente, esse e-mail vem comprovar a interligação internacional da ação dessas ONGs, financiadas por instituições internacionais, para atuar numa causa da mais alta importância à soberania do nosso País: as questões ambiental e indígena, que estão intimamente relacionadas.

É preciso, inclusive, desmascarar muitas coisas que foram ditas. Primeiro, parece que os índios de Roraima só existem no CIR. Estiveram aqui, até ontem, 15 lideranças indígenas de Roraima, representadas por três entidades indígenas, que representam 70% da população da Raposa/Serra do Sol, área que essa entidade internacional quer defender. Pode parecer que o nome Raposa/Serra do Sol represente uma coisa só, mas, na realidade, são um milhão e seiscentos mil hectares de área, onde

existem cinco etnias de índios, que pensam diferentes, que são aculturados – são vereadores, vice-prefeitos, professores, funcionários públicos –, portanto, não são índios recém contatados no Amazonas, são índios que estão integrados à comunidade. E, no entanto, o Cimi quer, de fora para dentro, impor uma mentira à opinião pública brasileira.

Sr. Presidente, peço que esse documento seja integralmente transscrito como meu pronunciamento e que seja encaminhado aos órgãos responsáveis pela segurança do País, como o Ministério da Defesa e a Abin, para que, como esse grupo mesmo pede, se faça uma revisão na política indigenista do País. Não é possível que continuemos a assistir calados a essa situação. Há uma frase, cujo autor não me lembro, que representa muito o que estamos vivendo: no primeiro dia, eles chegam e pisam a grama do nosso jardim, e nós não dizemos nada; no segundo dia, eles chegam e roubam a rosa do nosso jardim, e nós não dizemos nada; no terceiro dia, eles vêm e matam o nosso cão, e nós não dizemos nada e, no último dia, eles chegam e estrelam a nossa garganta, e nós já não poderemos mais dizer nada.

Por isso, Sr. Presidente, enquanto eu for Senador da República, quero denunciar essa verdadeira ação nefasta contra o nosso País, um colonialismo moderno, porque, hoje, os europeus, o G-7 mais amplamente, não podem fazer o que fizeram durante décadas no Brasil. Eles roubavam o pau-brasil, levavam onças, papagaio, ouro, minérios, enfim, tudo o que era possível. Agora, por não poderem mais fazer isso escancaradamente, fazem-no desta forma: impedindo que a Amazônia progrida, sujando a imagem do País no exterior.

Só para ilustrar, o meu Estado, hoje, tem 57% da sua área pretendida pela Funai para reservas indígenas. Então, é, de longe, o Estado que mais tem área destinada a reservas indígenas. O Amazonas, que é o segundo, tem 21%, apesar de ser o Estado com maior população indígena: 89 mil indígenas, enquanto Roraima tem 37 mil. Na verdade, há que se fazer uma revisão da política indigenista do País: é preciso tirar da mão das ONGs e colocar na mão dos brasileiros o seu comando.

Muito obrigado.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

Criança

Indígena

Ação Relâmpago

Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (Roraima/Brasil)

Campanha para a homologação e demarcação em área única e contínua

Roma, 20 de março de 2000

Estimados amigos e amigas,

O grupo **PRO INDIOS DE RORAIMA (BRASIL)** está comprometido, na colaboração com várias associações e ONG européias a apoiar as organizações indígenas de Roraima (Brasil) que há anos pedem a demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol. Para isto organizou a difusão de abaixo-assinados, encontros, conferências para informar sobre a realidade dos Índios do Brasil e para denunciar violências e discriminações das quais são vítimas.

No dia 20 de dezembro tivemos um encontro com o Sr. Embaixador do Brasil em Roma e entregamo-lhe um dossiê com 9.600 assinaturas de pessoas de vários países da Europa para solicitar a homologação e demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, dos índios Macuxi, Wapixana, Taurepang e Ingaricó.

Infelizmente a situação em Roraima não mudou e o Conselho Indígena de Roraima (CIR) pede que a campanha de apoio continue. Aumentaram nos últimos dias os atos de violência e intimidação contra os índios e contra as entidades que os apoiam. Todos os dias chegam notícias do CIR e de outras organizações (CIMI, ISA) denunciando ilegalidades e violências. Até hoje o decreto de homologação não foi assinado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Portanto a campanha precisa continuar.

No dia 22 de abril ocorre a comemoração dos 500 anos da "descoberta" do Brasil e esta data poderia ser a ocasião para completar a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol e para rever toda a política indigenista do governo brasileiro. O presidente Cardoso poderia aproveitar desta ocasião para passar das palavras aos fatos e finalmente assinar este decreto de homologação.

Sabe-se que o Presidente recebe pressões por parte de políticos, fazendeiros, empresas de mineração que se opõem à demarcação das terras indígenas. Estes poderes fortes estão levando provocando uma ação de divisão das mesmas comunidades indígenas convencendo, com presentes, alguns índios a opor-se aos pedidos da maioria das comunidades.

Uma minoria destes ocupou, há alguns dias, a sede da FUNAI de Boa Vista, capital de Roraima, pedindo a demarcação de pequenas ilhas da área Raposa/Serra do Sol e a demissão do delegado local da FUNAI. Foi a resposta à ação que o CIR fez bloqueando a estrada para impedir o transporte de mercadoria aos garimpos ilegais dentro da área indígena. Atualmente o bloqueio da estrada foi suspenso e a Polícia Militar está realizando controles unicamente para os índios que transitam pelas estradas da região.

Tem-
impressão
de
à
conclusão
do
processo:
vitória
dos
índios
de
área
própria
área
demarcada e homologada seria um precedente importante para todos os
índios do Brasil na defesa dos próprios direitos.

Por isso, amigos e amigas, pedimos a vossa ajuda e solicitamos que este apelo seja enviado às autoridades brasileiras. Rogamos confirmar a sua adesão, enviando uma "cópia oculta" (Cc) ao nosso e-mail: indiosdiroraima@pelagus.it.

Agradecemos pela atenção e enviamos cordiais saudações

PRO ÍNDIOS DE RORAIMA (BRASIL)
Ingeborg Zoppritz (Coordenadora)
Via Cimone 12 – 00141 Roma/Itália – tel/fax 0039.06.86899734

Os e-mails devem ser dirigidos a:

Sr. Fernando Henrique Cardoso - Presidente da República
e-mail: pr@planalto.gov.br e fax 0055.61.411.2222

Com cópia para:

José Carlos Dias - Ministro da Justica

E-mail: jcdias@mi.gov.br - Fax 0055.61.224.2448

Carlos Frederico Marés - Presidente da FUNAI

E-mail: carlosmares@funai.gov.br - Fax: 0055.61.226.7480

Neudo Campos - Governador de Roraima

e-mail: gim@mandic.com.br - Fax 0055.95.623.0440

Sugestão de mensagem:

"Homologação e demarcação em área única e contínua da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (Roraima)

Exmo. Senhor Presidente,

A assinatura do Decreto 820/98 havia suscitado nos índios Makuxi, Wapixana, Taurepang e Ingarió a esperança de que alcançarem dentro de breve tempo a tão desejada homologação de seu território, pondo fim à sua luta demorada e dramática pela demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol.

Nada disso aconteceu, apesar do decreto ter sido assinado há mais de um ano. Ao contrário, estamos recebendo de Roraima preocupantes notícias de violências e atitudes racistas para com os índios e a FUNAI. Para evitar o agravamento da situação já muito tensa, pedimos à Vossa Excelência que assine o decreto de homologação para que assim volte a paz a Roraima.

Ao se aproximar a magna data dos 500 anos do descobrimento do Brasil por Pedro Álvares Cabral, este grande País tem a oportunidade de demonstrar ao mundo inteiro que o racismo e toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos são apenas história passada e que todos os povos indígenas existentes no seu seio podem encarar os próximos 500 anos gozando de seus direitos em paz e prosperidade.

Com os melhores votos mui respeitosamente,"

Conselho Indígena de Roraima (CIR):

**Governo do Estado de Roraima e fazendeiros fazem
terrorismo contra Comunidades Indígenas**

No dia 02/03/2000, o Governo do Estado de Roraima enviou ilegalmente uma tropa de 90 policiais militares, todos fortemente armados, para montar barreira na comunidade Urucuri (São Mateus). Os policiais estão abordando os indígenas que ali passam e ameaçando prender o coordenado geral do CIR, Sr. Jerônimo Pereira da Silva, e o líder da região das serras, Sr. Jacir José de Souza, que vêm trabalhando pela homologação integral da T. I. Raposa Serra do Sol.

No dia 03/03/2000, uma comissão de lideranças indígenas da comunidade Ponta da Serra, acompanhadas por seus familiares, dirigia-se para a comunidade Anaro, onde iria tratar de projeto de autosustentação, quando foi surpreendida por um grupo de trinta não índios liderados pelos fazendeiros Hugo Cabral e Luis Cabral que impediu os mesmos de prosseguirem a viagem e tomou o carro que os conduzia. Os fazendeiros diziam que os indígenas não poderiam continuar a viagem para comunidade Anaro, porque estariam indo tratar de questões de terra naquela comunidade.

As lideranças e seus familiares, incluindo crianças, foram obrigadas a fazer o caminho de volta a pé, tendo caminhado 30 km para alcançar a maloca Cajueiro onde receberam apoio dos indígenas que ali vivem. Enquanto os indígenas caminhavam às margens da estrada, os fazendeiros passavam em alta velocidade jogando seus carros na direção dos mesmos e dirigindo-lhes palavrões. A comunidade Ponta da Serra encontra-se assustada com o ocorrido e temendo quanto a sua própria segurança e sem saber como está a situação dos indígenas da comunidade Anaro, uma vez que o acesso até lá foi obstruído.

Esses acontecimentos fazem parte da estratégia do governo do Estado de Roraima e fazendeiros que pretendem intimidar os índios para impedir a regularização das terras indígenas de Roraima, principalmente no que se refere a Raposa Serra do Sol. Em 18/02/2000 o Governador Neudo Campos ameaçou fechar as 138 escolas da mencionada terra, caso o governo federal procedesse a sua homologação. No dia 21/02/2000, um grupo de indígenas manipulados e financiados pelo governador do Estado e fazendeiros invadiu o prédio da Administração Regional da Funai em Boa Vista-RR, manifestando-se contra a homologação Raposa Serra do Sol. Em Brasília, os políticos de Roraima estão pressionando o Presidente da República para que o mesmo não assine o decreto de homologação da mencionada terra.

Porém, a maioria dos ocupantes não índios da Raposa Serra do Sol aguarda o pagamento de

indenizações de suas benfeitorias para devolverem as terras que ocupam aos índios. Apenas o governo do Estado, seus políticos e um pequeno grupo de fazendeiros e rizicultores invasores da Raposa Serra do Sol pretendem manter os conflitos na terra.

É necessário que o Presidente da República proceda imediatamente a homologação integral da terra e o pagamento de indenizações dos ocupantes não índios conforme determina a Constituição Federal, para resolver esta situação.

Boa Vista-RR, 05 de março de 2000.

CONSELHO INDÍGENA DE RORAIMA - CIR

Ação Urgente

As comunidades indígenas Makuxi, Ingarkó, Wapixana e Taurepang da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol iniciaram ontem o bloqueio da única estrada de acesso aos garimpos e à sede do município do Uiramutá, que estão localizados dentro da Região das Serras, no extremo norte de sua terra. O bloqueio está sendo feito em duas localidades: na maloca de São Mateus e na maloca de Pedra Branca (veja mapa ao lado).

Os índios declararam, em documento feito pelas comunidades das Serras em 09/01/2000, que estão decididos a continuar a ação até que o Presidente da República assine a homologação e a Funai faça o registro em cartório da Raposa/Serra do Sol. A terra está demarcada há mais de uma ano, desde dezembro de 1998, mas a homologação não foi assinada até o presente devido a pressões dos políticos de Roraima.

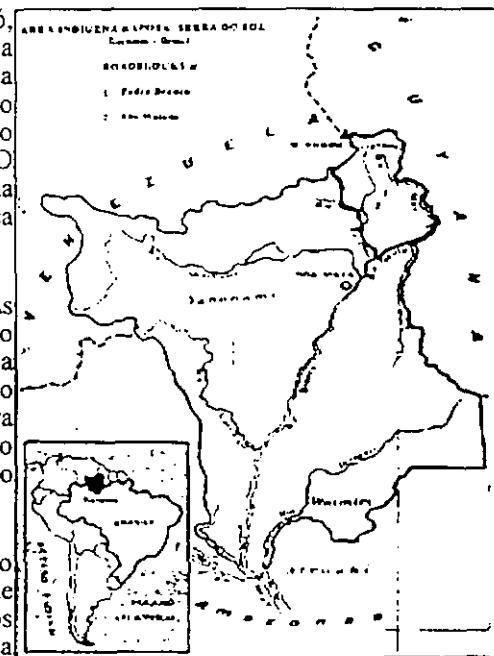
O bloqueio consiste em impedir a entrada na região de mercadorias, combustíveis, equipamentos de garimpo e cachaça que abastecem os poucos moradores não-índios que estão dentro da Raposa/Serra do Sol. A ação tem também o objetivo de solucionar o problema de roubo de gado das comunidades indígenas por parte de não-índios através do controle de pessoas e veículos.

As lideranças indígenas estão preocupadas que o governo do estado reaja de maneira violenta ao bloqueio como já aconteceu em outras ocasiões. A Polícia Militar e a polícia civil de Roraima já foram autores de inúmeros casos de agressões graves às comunidades e lideranças indígenas. A violência institucionalizada em Roraima contra as populações indígenas já foi objeto de pesquisa e relatório da Human Rights Watch/América.

Os Povos Indígenas da Raposa/Serra do Sol já experimentaram muitas vezes a eficácia do apoio de tantos amigos no Brasil e no exterior e lhes pedem que intervêm rapidamente junto às autoridades de Roraima e Brasília para apoiar o bloqueio e resguardar os índios de investidas violentas por parte da polícia local.

Boa Vista, Roraima, 18 de janeiro de 2000.

Cimi - Equipe da Diocese de Roraima



- Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso:
E-mail: pr@planalto.gov.br - Fax: 0XX-61-266-7566

- Ministro da Justiça, José Carlos Dias:
E-mail: jcdias@mj.gov.br - Fax: 0XX-61-224-2448

- Presidente da Funai, Carlos Frederico Marés:
E-mail: luiz.otavio@funai.gov.br - Fax: 0XX-61-226-8782

- Governador de Roraima, Neudo Campos:
Fax: 0XX-95-623-2440

Raposa/Serra do Sol: mais uma promessa descumprida

"Dentro de 10 dias sairá a homologação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol". Esta afirmação categórica do presidente da Funai, Carlos Frederico Marés, às lideranças daquela área, aos coordenadores do Conselho Indígena de Roraima (CIR) e assessores, criou nova expectativa de que, finalmente, o governo cumpriria a determinação constitucional, garantindo aquela terra indígena. A promessa deu-se no Centro Cultural Guarani, no centro de Manaus (AM), no dia 13 de novembro de 1999.

O tuxaua Jaci de Souza ouviu e apenas comentou "Vamos ver!", num tom de desconfiança, porém sem perder a esperança. Vinha-lhe à memória a promessa semelhante feita pelo então ministro da Justiça Nelson Jobim, em outubro de 1996, que por sinal a cumpriu, ou melhor, enganou os índios editando o Despacho nº 80/96. Lembrou também da Portaria nº 820, do também ex-ministro da Justiça Renan Calheiros, que delimitou a área em forma contínua, conforme a luta dos índios. Era 08 de dezembro de 1998.

Festa na área. Até o filho do tuxaua, que nasceu naquele dia, recebeu o nome de Renan, em reconhecimento ao ministro. O mesmo ministro, que antes de deixar o cargo assinou a alteração da referida portaria. Tudo isso passava-lhe na cabeça como uma revoada de pesadelos, lutas e sofrimentos. Tinha razões de sobra para descrever. Porém não deixou de pendurar mais essa promessa no ténue fiozinho de esperança, do qual não abre mão. Até um tímido sorriso acompanhou o anúncio. "Será desta vez?"

Não foi. Passaram-se os 10 dias e nada. Outros 10 e nem sinal. Entrou o ano 2.000 amargando mais uma promessa descumprida, com a redobrada disposição de chegarem até a vitória final, quem sabe neste ou nos próximos anos. Continuará a pressão pela retirada de todos os invasores e pela anulação dos municípios criados dentro da área. Teme que a forte e continuada interferência dos políticos e governo do Estado possa acirrar os ânimos internamente, resultando em conflitos entre os próprios índios. Responsabiliza a Funai e o governo federal por eventuais mortes e violências que vierem a ocorrer em função da demora na conclusão do processo de regularização fundiária da Raposa/Serra do Sol.

Carlos Frederico Marés, agendou uma visita ao Estado de Roraima ainda em janeiro. Irá, mais uma vez, ouvir todas as partes, para nada decidir, uma vez que cabe a ele cumprir a decisão que partirá de outras instâncias e interesses. Será apenas mais um capítulo da novela que se arrasta há mais de 20 anos. O presidente da Funai, que chegou a colocar a demarcação de Raposa/Serra do Sol, como condição para que assumisse o cargo e que fez a promessa da solução em dez dias, certamente estará consultando os oráculos para saber qual deverá ser seu próximo lance. Quantas vidas, sangue e sofrimento serão ainda necessários para que os Macuxi, Ingaricó e Wapixana possam viver em paz em sua terra? Quantas promessas de Natal ainda cabem na paciência desse povo?

Manaus-AM. 05 de janeiro de 2.000.

Egon Heck
Secretário-Executivo do Cimi

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Mesa esclarece ao eminente Senador Mozarildo Cavalcanti que S. Ex^a terá atendido, na forma regimental, quanto ao seu pedido de transcrição de documento nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 6, de 2000, cujo primeiro signatário é o Senador Hugo Napoleão, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que *dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, c, do Regimento Interno.

É o seguinte o recurso recebido:

RECURSO Nº 6, DE 2000

Nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o Projeto de Lei do Senado nº 620, de 1999, de autoria do Senador Roberto Requião, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de transmissão, pelas prestadoras de serviço de televisão por assinatura, da TV Senado e da TV Câmara", aprovado pela Comissão de Educação, em decisão terminativa, seja apreciado pelo Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2000. – Hugo Napoleão – Tião Viana – Antonio Carlos Valladares – Francelino Pereira – Carlos Wilson – Mozarildo Cavalcante – Geraldo Althoff – Romeu Tuma – Maria do Carmo Alves.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu a Mensagem nº 97, de 2000 (nº 469/2000, na origem), de 6 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do § 1º do inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao segundo trimestre 2000.

matéria vai à Comissão de Assuntos Fiscais, em regime de urgência, tendo em vista o art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que "O Congresso Nacional poderá, a requerimento da Comissão de Assuntos Fiscais do Senado Federal, rejeitar a proposta a que se refere o caput deste

artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento."

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, pela ordem.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Senado vive hoje quase que em tempo de comunicação real com a sociedade. Quero usar da palavra para fazer uma retificação no meu pronunciamento, porque um cidadão de Uberlândia, no Triângulo Mineiro, ligou-me desesperado para informar que a cidade de Minas Gerais que manda muita gente para o exterior é Governador Valadares e não Uberlândia.

Peço desculpas ao cidadão e ao povo do Triângulo Mineiro. Entretanto, não é uma atitude errada ou uma humilhação o cidadão deixar o seu País para buscar trabalho em outro lugar. Lamentavelmente, isso ocorre com pessoas no Brasil inteiro. Não tanto, talvez, quanto em Governador Valadares, mas conheço muitas pessoas, inclusive no meu Estado, o Pará, e aqui em Brasília, que deixaram o País para ir trabalhar em países chamados desenvolvidos, do Primeiro Mundo, porque lá ganham dez, vinte, trinta, quarenta vezes mais do que poderiam ganhar em sua terra natal. Não representa isso nenhuma desonra para o cidadão brasileiro que procura uma oportunidade de vida e que, lamentavelmente, não a encontrando em seu próprio País, desloca-se para outros países do mundo em busca de melhores condições de vida para si e para sua família.

De forma que, apesar de ter cometido um engano, eu sei que essa procura dos brasileiros não ocorre apenas em Governador Valadares, mas em todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – A Presidência lembra ao Plenário que a sessão de segunda-feira, dia 10, será não deliberativa.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 13 minutos.)

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 4^a REUNIÃO DO CONSELHO DE
ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR, REALIZADA EM 5 DE
ABRIL DE 2000, ÀS 9:00 HORAS, NA SALA N^o 6 DA ALA
SENADOR NILO COELHO.**

Presentes os Senhores Senadores:

Ramez Tebet	Osmar Dias
Nabor Júnior	Lauro Campos
Ney Suassuna	Heloísa Helena
Amir Lando	Jefferson Péres
Geraldo Althoff	Djalma Bessa
Francelino Pereira	Antero Paes de Barros
Paulo Souto	José Eduardo Dutra
Juvêncio da Fonseca	Romeu Tuma (Membro nato)
Lúcio Alcântara	

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr^ss e Srs. Senadores, declaro aberta a 4^a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com a finalidade de ouvir as seguintes testemunhas, arroladas pela defesa nos autos da Representação n^o 2, de 1999: Sr^a Dulcídia Ramos Calhao, Sr. Francisco Naurides Barros e Sr. Luiz Cláudio de Brito, servidores do Senado Federal, matrículas 4104, 3763 e 2121, respectivamente.

Feito isso, quero dar conhecimento ao Conselho de expediente do Sr. Relator, ilustre Senador Jefferson Péres, recebido em 23 de março do corrente, que passo a ler. Foi o requerimento formulado pela Relatoria assim que a Presidência, tendo recebido a peça de defesa do ilustre Senador Luiz Estevão, concedeu vista da mesma ao ilustre Relator Senador Jefferson Péres.

Recebemos de S. Ex^a o seguinte requerimento:

Requeiro à Presidência do Conselho a adoção das seguintes providências:

1º - oitiva das testemunhas arroladas pela defesa dividida em dois grupos, em audiências marcadas para horários ou dias diferentes;

2º - periciamento, por órgão público habilitado ou por entidade privada de reconhecida idoneidade, dos documentos que foram objeto dos laudos periciais de folhas, documentos 45 e 46;

3º - requisição das notas taquigráficas do discurso pronunciado pelo Senador Luiz Estevão em plenário, no dia 27 de maio de 1999, e do seu depoimento voluntário à Comissão Parlamentar de Inquérito em 30 de junho de 1999.

Em cumprimento a essas solicitações-diligências do eminente Relator, a Presidência proferiu o seguinte despacho:

1 - Designo o próximo dia 5 de abril, às 9h, para serem ouvidas as três primeiras testemunhas arroladas pela defesa, ou seja, os servidores do Senado Federal, Sr^a Dulcídia F. Ramos Callhao, Sr. Francisco Naurides Barros e Sr. Luiz Cláudio de Brito;

2 - defiro a juntada das notas taquigráficas do discurso pronunciado pelo Senador Luiz Estevão em plenário, no dia 27 de maio de 1999, e do pronunciado voluntariamente perante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário, em 30 de junho de 1999, consoante requerimento do eminente Relator;

3 - também defiro o periciamento requerido pelo eminente Relator no item II do seu despacho de fls. 1.776. Nesse sentido, cumpre-nos diligenciar perante a Presidência da Casa;

4 - quanto ao requerimento da defesa, no sentido de ouvir as dez testemunhas mencionadas em seu requerimento de fls. 1.778 a 1.780, por ofício, decidiremos oportunamente.

Então, para resumir, do despacho das providências solicitadas pelo eminente Relator temos: quanto às testemunhas não serem ouvidas no mesmo dia, mas em dias alternados, por isso mesmo, estamos ouvindo, hoje, as primeiras testemunhas.

O pedido do periciamento merece uma explicação. Requeremos o mesmo e, até agora, não designamos ainda perito. O requerimento fala em periciamento por órgão público habilitado ou por entidade privada de reconhecida idoneidade. Deferimos e dissemos que iríamos diligenciar perante a Presidência da Casa porque isso requer operacionalização. Estamos conversando com a Presidência da Casa e nos informando bem para atender a essa exigência do eminente Relator.

Quanto ao requerimento da defesa, no sentido de ouvir as dez testemunhas mencionadas em seu requerimento, por ofício, decidiremos oportunamente. E quero fazê-lo agora. Por quê? Porque entendo que o Plenário da Comissão de Ética tem o direito de também formular perguntas, e a praxe realmente é de se ouvir testemunhas que compareçam perante o Conselho de Ética. É importante que compareçam perante o Plenário.

Há exceções previstas no Código de Processo Penal para algumas autoridades, como o Presidente da República, o Presidente das duas Casas do Congresso e o Vice-Presidente da República. Mas há precedentes que autorizam que também se decida assim. Prefiro decidir nesse sentido, porque essas 10 testemunhas arroladas pela defesa são de Parlamentares e de Ministros do Tribunal de Contas.

Creio também que abreviariamos o tempo na medida em que satisfaríamos todas as partes se concedêssemos, como pretendemos conceder, ao Plenário o prazo de 48 horas para também formular perguntas.

A defesa, ao fazer esse requerimento, já formulou a única pergunta que pede para as 10 testemunhas responderem. A defesa só quer saber se o Senador Luiz Estevão, de algum modo, fez qualquer solicitação quanto à destinação de recursos para o Tribunal do Trabalho de São Paulo. Consulto o Plenário se podemos adotar essa via.

Antes, eu gostaria de ouvir, sobre esse tópico, a opinião do eminente Relator.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Nenhuma objeção a que as testemunhas respondam por escrito, conquanto que se fixe prazo às mesmas para responderem, se quiserem, no prazo “x”. Não há nenhum desrespeito, porque não se estará impondo nada a elas. Se quiserem se pronunciar, que o façam, mas que se fixe um prazo para que haja brevidade na resposta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Ex^a pela condução

dos trabalhos, e o Relator, com as cautelas que tem realmente apresentado nos seus requerimentos, pela condução do processo, pelo zelo, pelo cuidado para não cometer injustiças.

Eu gostaria que, na medida em que aqueles que forem convocados ou convidados a virem aqui, os membros do Colegiado saibam qual é o objetivo da presença dessas testemunhas, para que vêm e por que foram indicadas como testemunhas. E aquelas que forem consultadas e responderem por escrito também gostaríamos de saber quais são os motivos, a razão por que foram apontadas como testemunhas, porque senão só na hora vamos tomar conhecimento. Não dá para formular perguntas e nem raciocinar em cima daquilo que é o objetivo da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se há mais algum Senador que deseja a palavra.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma consulta. Uma vez que as testemunhas arroladas são testemunhas de defesa e como não há uma instituição, uma pessoa, a não ser o nobre Corregedor da Casa, que poderia assumir o polo oposto - quer dizer, quando se trata de um julgamento na Justiça comum, existe advogado de defesa e advogado de acusação: o advogado de defesa apresenta as suas testemunhas, e o advogado de acusação também o faz. Como não há essa figura, e talvez o mais próximo seja o eminente Senador Romeu Tuma, eu gostaria de perguntar se é possível apresentar testemunhas que contraditem as testemunhas de defesa e qual seria o prazo para isso.

O SR. ROMEU TUMA – Penso que qualquer Senador membro desta Comissão tem a obrigação de apresentar testemunhas que possam facilitar e indicar um melhor esclarecimento ao Relator. Creio que não é impeditivo que haja um requerimento e que seja aprovado pela Comissão.

A Corregedoria poderia, caso houvesse necessidade, a pedido do Relator e do Presidente, fazer uma investigação preliminar para facilitar e não haver perda de tempo dos membros da Comissão. Mas penso que qualquer Senador pode requerer a apresentação de testemunhas que possam ajudar o Relator no esclarecimento dos fatos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acredito, Senador Romeu Tuma, que o Senador Lauro Campos quis manifestar a sua tranqüilidade com a presença de V. Exª nesta Casa e fazer uma lembrança que ele aufera realmente da sua experiência de homem já calejado na vida, de que, na Justiça comum, realmente há acusação e defesa. Aqui, os partidos de Oposição apresentaram uma denúncia, uma representação à Mesa, que depois foi encaminhada ao Conselho. Esses partidos de Oposição ainda não apresentaram nenhuma testemunha arrolada. Acredito que para isso também haja um prazo razoável.

Creio que só vamos ouvir testemunhas fora das arroladas aqui se houver realmente necessidade. Aí não vou tolher isso. Mas, vejam, não posso inverter as coisas. Primeiro é a acusação; depois, a defesa. Não posso fazer e nem estamos sujeitos, de última hora, a ouvir. O processo tem que ter forma; e essa forma é a do nosso Regimento, que ainda está incompleta, subsidiada pelos códigos processuais que temos.

Então, vamos esclarecer direito. Vou dar, portanto, a decisão referente ao pleito da defesa, no sentido de que as testemunhas, que são em número de 10, Parlamentares, Ministros e ex-Ministros do Tribunal de Contas da União, que sejam ouvidas, por ofício. A pergunta da defesa está formulada. Vou conceder o prazo de 48 horas, até sexta-feira, para que qualquer membro do Conselho de Ética apresente à Secretaria da Casa a sua pergunta, caso queira formular, a fim de que, no ofício a ser encaminhado a essas testemunhas, todas elas autoridades, conste a pergunta da defesa e o esclarecimento que cada Senador da Comissão queira formular. E concederei, sim, o prazo razoável. Acredito que, a partir da data do recebimento, vamos conceder um prazo de 10 dias para que chegue aqui. Não haverá atrasos. Sei que pode ser respondido em 48 horas, mas vamos depender da perícia, que levará 15 ou 20 dias naturalmente, não sei. Portanto, não haverá atraso nenhum. Estaremos dando prosseguimento e garantindo a ampla defesa.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, sobre o questionamento a essas testemunhas que vão ser ouvidas, por ofício, seria bom, já que existe a pergunta da defesa, que tomássemos conhecimento para saber se há ou não necessidade de formularmos outra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A única pergunta formulada pela defesa é se o Senador Luiz Estevão, a qualquer tempo ou de algum modo, interveio nessa questão de liberação de recursos para a construção do prédio do Tribunal do Trabalho em São Paulo. Essa foi a pergunta formulada pela defesa. Mais precisamente nos seguintes termos: “se pode o consultado informar, para efeitos de prova em procedimento que tramita neste Conselho, se a qualquer tempo foi procurado pelo Senador Luiz Estevão com qualquer pleito que dissesse respeito a obras de construção do prédio do TRT de São Paulo”.

Convido a defesa a retomar assento à mesa.

O SR. ROMEU TUMA – A relação das testemunhas apontadas e se exerceram atividades.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, sim. Por gentileza, a relação das perguntas adotadas está na peça de defesa. A pergunta tem pertinência.

O SR. ROMEU TUMA – Inclusive, se exerceram atividade no Tribunal de Contas durante o período de investigação da construção do seu prédio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A pergunta tem pertinência. Vou informar a V. Ex^a.

S. Ex^a pede Presidentes e Relatores Gerais da Comissão Mista de Orçamento dos anos de 1995 a 1998.

As pessoas ouvidas serão as seguintes: Ministro Marcos Vilaça. Ministro Paulo Afonso, Senador Renan Calheiros, Senador Ney Suassuna, Senador Carlos Bezerra, Senador Gilberto Miranda, Deputado Iberê Ferreira, Deputada Araceli de Paula, Deputado Humberto Souto, hoje Ministro também, parece-me, do Tribunal de Contas, e Ministro Sarney Filho.

Determino à Secretaria que apresente a relação das dez pessoas mencionadas, entregando-a a todos os membros da Comissão.

Atendendo à oportuna sugestão do Senador Romeu Tuma, vou precisar a razão de as três testemunhas, hoje, serem ouvidas, porque a defesa deixou claro isso na petição que fez. Há uma acusação no sentido de que o Senador Luiz Estevão haveria ameaçado serventuários do Senado da República que trabalharam na Comissão Parlamentar de Inquérito que objetivou apurar irregularidades no Poder Judiciário. E S. Ex^a arrola três servidores que trabalharam nessa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Peço licença aos Srs. Senadores para convocar o primeiro deles.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Três dos doze.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Que S. Ex^a arrolou. S. Ex^a arrolou três e ninguém pediu mais coisa alguma.

Convidei a defesa para fazer parte da Mesa caso deseje. São os advogados: Felipe Amodeo e Rogério Marcolino.

O SR. FELIPE AMODEO – Sr. Presidente, eu preferiria ficar ao lado do Senador Luiz Estevão, para trocarmos impressões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, fique à vontade.

Bom, encontra-se sentado à minha esquerda e ao lado do Vice-Presidente, Senador Juvêncio César da Fonseca, o Sr. Francisco Naurides Barros, servidor do Senado da República, matrícula nº 3763.

Eu peço que a Secretaria me envie cópia do Termo de Compromisso. A testemunha será compromissada, na forma da lei.

Vou fazer uma pergunta ao senhor. O senhor se compromete, nos termos do art. 213 do Código de Processo Penal, sob a penas da lei, de dizer a verdade no que souber e lhe for

perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, Inciso LXIII, da Constituição Federal?

O senhor se encontra aqui – e é preciso deixar claro – como testemunha. Sendo testemunha arrolada pela defesa, tenho que adotar um critério: eu vou conceder a palavra e indago do Relator se S. Ex^a quer ser o primeiro ou passo a palavra à defesa e, depois, ao Relator e aos demais membros. Permitirei, como se trata da defesa, lhe devolver a palavra ao final.

V. Ex^a, portanto, tem a palavra para a sua primeira indagação.

O SR. FELIPE AMODEO - Exm^o Sr. Presidente, Exm^o Sr. Senador Relator, Exm^os Senadores, repisando os agradecimentos à Defesa pela convocação feita para a presença física à Mesa, mas exclusivamente por conveniência física, a proximidade com o Sr. Senador Luiz Estevão é mais proveitosa neste momento.

Com relação ao depoente, há uma única indagação desdobrada em duas, não sendo exaustivo sempre registrar que o que se busca com o testemunho é a declaração sobre fato e não juízo de valor e nem opinião, mas fato. E, Sr. Presidente, a indagação a ser levado a testemunho é no sentido se, em algum momento, foi ameaçado pelo Sr. Senador Luiz Estevão, a qualquer título e, se o foi, em que circunstâncias e com que frases ou com que detalhes isto poderia ser comunicado a esse egrégio Colegiado?

Eu esclareceria somente à testemunha que esta indagação e o testemunho se convocam porque faz parte das acusações trazidas contra o Senador Luiz Estevão ter ameaçado, ter proferido ameaças a servidores da Casa.

Sr. Presidente, é esta, então, a indagação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, queira respondê-la.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Iniciando o nosso depoimento, nós queremos esclarecer o seguinte: nós trabalhamos na Comissão e eu sou um dos Secretários da Subcomissão da Subsecretaria de Comissões do Senado e nós trabalhávamos com o apoio de toda a nossa equipe, sempre dando as informações que eram solicitadas por todos os Srs. Senadores e a equipe que trabalhava era uma equipe composta de vários assessores, inclusive os de fora do Senado, que foram convocados e, em momento algum, eu, pessoalmente, fui ameaçado pelo Sr. Senador Luiz Estevão ou por qualquer outro membro da Comissão, ou por qualquer coisa que houvesse sobre informações. A única coisa que nós tínhamos era que nós guardávamos os documentos; os documentos sigilosos eram passados para os assessores que trabalhavam naquilo e as informações que nós dívamos para a imprensa eram mínimas, porque qualquer informação que nos pediam nós consultávamos ao Presidente da Comissão para saber se nós poderíamos fornecer. Então, pessoalmente, ao que saiba – também, se o outro colega foi ameaçado pelo Sr. Senador Luiz Estevão, essa ameaça não existiu de maneira alguma.

O SR. FELIPE AMODEO – Sr. Presidente, a Defesa está satisfeita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem dos trabalhos, concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, na qualidade de Relator.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Dr. Francisco Naurides Barros, alguma vez o senhor foi procurado, pessoalmente ou por telefone, pelo Sr. Senador Luiz Estevão para tratar de assunto relacionado com os trabalhos da CPI?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Não. O Senador, às vezes, ligava para nós, mas procurando o Luiz Cláudio de Brito e quando o Luiz Cláudio de Brito não estava, S. Ex^a me procurava para pedir informações sobre a chegada de documentos...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Portanto, a resposta é sim.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS - Ele telefonou para nós.

O SR. JEFFERSON PÉRES – A resposta é sim?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Ele telefonou umas duas ou três vezes.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Em algum momento, em algumas dessas conversas o Senador Luiz Estevão mencionou ao senhor que poderia mover ação judicial, criminal contra servidores que estariam deixando vazar informações de alguma forma?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Não. Ele nunca falou isso conosco. De maneira alguma, que eu saiba, eu tenho certeza que não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Na conversa que teve com o senhor, ele sequer deu a entender que poderia processar criminalmente... o senhor está sob juramento.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Sim, senhor. Eu falo com certeza que não... Ele não falou pessoalmente que ia processar...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Eu não estou dizendo falou explicitamente. Estou lhe perguntando se na conversa o senhor ouviu do Senador de alguma forma que ele poderia mover ação contra...

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – De maneira alguma. Com certeza...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ele mencionou que estaria inconformado ou insatisfeito com...um momento, o senhor nem ouviu a minha pergunta e já está balançando a cabeça. Ouça a minha pergunta até o fim, por favor.

Numa dessas conversas que o Senador Luiz Estevão teve com o senhor, ele mencionou a sua inconformação, a sua insatisfação com o vazamento de informações, que teria sido feito por alguns servidores da Casa?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Não, senhor. Ele nunca manifestou a sua inconformação. A mim, pessoalmente, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Estou satisfeito, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria à Secretaria que passasse a folha de inscrição para os Srs. Senadores e a colocasse sobre a mesa, para que eu possa saber a ordem de chamada dos Srs. Senadores.

Concedo a palavra, para fazer as suas perguntas, ao Corregedor, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Apenas para que o assunto fique um pouco mais esclarecido, visto que o Senador Jefferson Péres fez suas perguntas objetivamente, e o senhor, na sua preliminar, expôs que teve umas três ou quatro conversas com o Senador, por telefone, nunca pessoalmente.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Não, pessoalmente.

O SR. ROMEU TUMA – Teria alguma reserva em relatar pelo menos o texto da conversa que o Senador teve com o senhor?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Ele ligava geralmente perguntando pelo Luís Cláudio, que é o nosso chefe, nosso coordenador. Quando o Luís Cláudio não estava, ele pedia para falar comigo. Ele só perguntava: como é que eu posso falar com ele, onde ele estava ...

O SR. ROMEU TUMA – Sobre o problema do processo, nenhuma pergunta?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Não, para mim, não. Eu trabalhava não diretamente...

O SR. ROMEU TUMA – O senhor disse que ele teria perguntado sobre a chegada de documentos ou de algum outro fato.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – É. Às vezes ele perguntava, ...

O SR. ROMEU TUMA – Eu sei que o senhor é sincero. Nós trabalhamos juntos. Apenas para esclarecer, que tipo de documento foi consultado?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Eram certamente aquelas relações que chegavam do Banco Central e das telefônicas, sobre sigilo. Essa documentação chegava para nós e nós as passávamos imediatamente para os assessores, pessoal do Tribunal de Contas e da Receita Federal.

O SR. ROMEU TUMA – O desejo do Senador era acompanhar a evolução...

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Ele só perguntava: chegou?

O SR. ROMEU TUMA – Nada mais do que isso. Cópias de documentos ele nunca pediu ao senhor?

O SR. FRANCISCO NAURIDES DE BARROS - A mim, pessoalmente, não. Ele, uma vez, pediu documentos, aí, eu consultei o Presidente, que pediu que ele fizesse um requerimento por escrito, que nos foi passado, aí, eu passei para...

O SR. ROMEU TUMA – Acho bom o senhor ter liberdade de vir. Não há constrangimento, mas falar a conta-gotas para facilitarmos...

O SR. FRANCISCO NAURIDES DE BARROS - Ele pediu a mim uns documentos, e eu falei: olhe, Senador, eu não tenho, tenho que consultar o Presidente. Consultei o Presidente, e o Presidente falou: desde que ele faça por escrito, pode fornecer. E ele fez por escrito e foi fornecido lá pela Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Lauro Campos, por gentileza, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. LAURO CAMPOS – Pergunto à testemunha se durante o longo período em que o processo se desdobrou, se ele percebeu a existência de pessoas mais simpáticas ao Senador Luiz Estevão e de grupos que eram considerados ou tinham atitudes consideradas como adversas ou pouco simpáticas ou um tanto críticas ao Senador Luiz Estevão.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS - Não, Sr. Senador, nós não notávamos grupos ou qualquer pessoa que pudesse influenciar nosso trabalho, porque nós trabalhávamos numa equipe grande, onde cada um tinha uma função. Eu, por exemplo, tinha função pequena dentro da Comissão. Minha função era mais ajudar a coordenar os trabalhos. Então, não vi grupo ameaçando ou grupo que pudesse influenciar ou trazer algum empecilho aos nossos trabalhos, não houve isso, nem pessoas que fizessem isso.

O SR. LAURO CAMPOS – Quer dizer que, devido a sua inserção neste grupo, o senhor poderia ficar mais imune a qualquer tipo de assédio ou de agressão ou de ameaça, inclusive de perda de funções, perda do cargo do que outros colegas seus.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS - Perfeitamente.

O SR. LAURO CAMPOS – Era só isso que eu queria saber. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, infelizmente, não vi o início da interpelação.

Senador Jefferson Péres, se eu fizer alguma pergunta que já tenha sido feita, V. Ex^a pode desconsiderá-la.

Eu gostaria que o senhor descrevesse exatamente qual é a função que o senhor teve na CPI.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS - Eu sou um dos Secretários das CPIs do Senado, das Comissões Especiais também. Então, quando foram instaladas as duas Comissões, as duas CPIs, ano passado, nós dividimos em dois grupos para trabalhar, um para a dos Banco, outro, para a do Poder Judiciário. O Luiz Cláudio, eu e a Dulcídia, que era a Secretária da Comissão, trabalhávamos numa equipe, nós resolvemos trabalhar em equipe, e a Dr^a Cleide ficou com a outra equipe dos Bancos. Então, no começo sentimos um pouco de peso nas duas Comissões, por isso, houve essa separação. E nós passamos a trabalhar, praticamente, em equipe, nós não tínhamos um função assim específica. A Dulcídia era a Secretária mas com o apoio do Luiz Cláudio e meu.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Como o senhor tomou conhecimento de que estava sendo arrolado como testemunha?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS - Eu até estranhei, porque estávamos

trabalhando, houve a criação da Comissão de Ética e, quando nos chamaram para prestar o testemunho, nós estamos aqui sem nenhuma restrição.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O senhor foi contatado previamente por alguém?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS - De jeito nenhum. Eu fiquei sabendo quando a Secretaria da Comissão já nos convocou, avisando que seríamos testemunhas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O senhor, durante os trabalhos da CPI, ouviu de algum funcionário, seja do Senado, seja de outras repartições que estavam prestando serviço à CPI, algum tipo de reclamação, algum tipo de comentário sobre pressões ou ameaças que o Senador Luiz Estevão teria feito a essas pessoas?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Não. Víamos alguma coisa que a imprensa escrevia. Mas a nós mesmos, assim, nós não notávamos nada, não. O que sabíamos era mais pela imprensa, não é?, se havia ameaça, mas nós não sentíamos, assim, certas ameaças lá dentro do ambiente nosso de trabalho, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O senhor teve conhecimento de duas reuniões que foram solicitadas por servidores que trabalhavam na CPI, solicitadas ao Presidente e ao Relator, para tratar exatamente de problemas dessa natureza, de que servidores estariam se sentindo inseguros em continuar o seu trabalho em função dessas possíveis ameaças?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – É, eu não participei das duas reuniões. Tive conhecimento delas depois que voltei, porque justamente nas duas ocasiões que elas foram feitas, eu não tenho, eu não participei, eu estava em diligência para a Comissão em Manaus e, outra vez, na Paraíba.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas teve conhecimento.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Tive conhecimento depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Teve conhecimento de...

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS - Assim, não sei nem quem foi à Comissão, nem quem foram os assessores que...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Teve conhecimento de que houve as duas reuniões com esse motivo?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – É.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto se mais algum Sr. Senador deseja formular perguntas à testemunha. (Pausa)

Como não há mais perguntas a serem formuladas por nenhum dos Srs. Senadores, eu devolvo, conforme estipulamos, a palavra à defesa para saber se quer reperguntar a testemunha.

O SR. FELIPE AMODEO – Absolutamente satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem.

Então, Sr. Francisco Naurides Barros, agradeço a presença de V. S^a aqui. Muito obrigado e V. S^a está dispensado. Pediria a V. S^a apenas que não se esquecesse de assinar o compromisso que prestou e as informações necessárias.

Convoco agora a Sr^a Dulcídia Ramos Calhao.

As testemunhas estão em salas separadas, de forma que nenhuma testemunha tome conhecimento ou ouça o depoimento que está sendo prestado pela outra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, seria possível fazer uma última pergunta à testemunha?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Se fizer terá que devolver a palavra à defesa depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mesmo devolvendo. É uma pergunta rápida e objetiva, cuja resposta é sim ou não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu não vou tolher isto, não. V. Ex^a retorne à testemunha.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Desculpe, é apenas uma pergunta. V. S^a recebeu algum telefonema em sua residência dado do exterior pelo Senador Luiz Estevão?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Nunca. Acho que ele nem tem o meu telefone ou não tinha da minha residência.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Era só essa a pergunta.

O SR. FELIPE AMODEO – Nada mais, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr^a Dulcídia Ramos Calhao, não é?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. S^a é servidora do Senado e quero lhe informar que V. S^a está aqui sob o juramento de dizer a verdade no que lhe for perguntado, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal. Todavia, a senhora não está obrigada a depor nada que a senhora, por acaso, julgue possa prejudicá-la. A senhora se compromete?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A testemunha está compromissada, na forma da lei, e tem a palavra, então, a defesa.

O SR. FELIPE AMODEO – Sr. Presidente, faço uma rápida e breve explanação à testemunha de que ela está sendo convocada pela defesa, porque pesam acusações de que o Senador Luiz Estevão teria ameaçado os servidores no curso da CPI do Judiciário. E o que se busca com a testemunha é a declaração sobre fatos, não juízos de valor, não opinião, fatos. E a indagação é simples e objetiva: se a depoente, em algum momento, foi ameaçada pelo Senador Luiz Estevão? Foi ameaçada ou intimidada? E, se o foi, em que circunstâncias e com que frases?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pode responder, Sr^a Dulcídia.

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Não senhor, de forma nenhuma.

O SR. FELIPE AMODEO – Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A defesa encerra as suas perguntas, razão pela qual concedemos a palavra ao eminentíssimo Relator, Senador Jefferson Péres, por gentileza.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, diante do depoimento da primeira testemunha, tenho motivos, que direi no relatório, para não arguir mais nem esta testemunha nem a próxima. Não tenho perguntas a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Jefferson Péres, na qualidade de Relator, declara não ter perguntas a formular.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, não me inscrevi, porque a folha não passou aqui.

Então, Sr^a Dulcídia, a senhora sabe que aqui não há nenhum desejo de pressionar a testemunha, até por que a senhora vem esclarecer se foi ou não pressionada. A senhora já respondeu que nenhuma vez foi pressionada no sentido de tomar alguma medida que pudesse favorecer o Senador Luiz Estevão.

Só queria perguntar se a senhora recebeu algum telefonema, foi abordada alguma vez pelo Senador com algum questionamento referente ao processo em andamento, sobre as apurações da construção do tribunal trabalhista de São Paulo. Se alguma vez a senhora conversou, recebeu questionamento, alguma pergunta, algum pedido? Gostaria que a senhora esclarecesse e desse alguns detalhes.

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – V. Ex^a está perguntando com relação ao Senador Luiz Estevão?

O SR. ROMEU TUMA – Só sobre S. Ex^a.

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Sim, Excelência. Recebi vários telefonemas, sim, tanto na Comissão, o Senador Luiz Estevão perguntando dias de reuniões, se

chegou determinado documento sigiloso. Enfim, sempre tínhamos telefonemas, não é? Inclusive aqui também, durante a reunião, mas mais nesse teor.

O SR. ROMEU TUMA – Perfeito. E, agora, algum detalhe sobre os documentos? A senhora respondeu ou passou ao Presidente o questionamento?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Não, sempre levávamos isso ao conhecimento do Senador Ramez Tebet, porque, como secretária da Comissão, não manipulamos documentos sigilosos, apenas os recebemos e repassamos aos assessores, que realmente estudam, trabalham e manipulam a documentação.

O SR. ROMEU TUMA – Está bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pergunto se algum Senador deseja formular alguma pergunta a mais? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Só gostaria de esclarecer um aspecto: tendo em vista a atividade de V. S^a como secretária da Comissão, realmente não haveria qualquer motivo – parece-me –, para que V. S^a recebesse qualquer tipo de intimidação, porque a sua função, como V. S^a esclareceu, era a de dar encaminhamento aos documentos sigilosos ou outros documentos que chegassem.

Mas, quer dizer que, então, os assessores é que tinham realmente um papel ativo no processo. Não é isso?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – É, quanto à documentação sigilosa, sim, Excelência.

O SR. LAURO CAMPOS – Então, nesse caso, já não tenho mais nenhuma pergunta a fazer à senhora. Apenas lamento que nenhum dos assessores, que realmente tiveram esse papel ativo, tenham sido convocados como testemunha.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esclareço ao Senador Lauro Campos que qualquer um poderia ter arrolado testemunha.

Concedo a palavra à Senadora Heiloisa Helena.

A SR^a HELOISA HELENA – Dona Dulcídia, em algum momento, a senhora escutou comentários ou ouviu de algum assessor ou de alguma pessoa que, de alguma forma, participava dos trabalhos da Comissão que estavam sendo ameaçados ou agredidos ou amedrontados, em função do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Eu soube comentários por meio de notícias que saíram em jornais; fora isso, não.

A SR^a HELOISA HELENA – Em nenhum momento, nenhuma pessoa dentro da Comissão perguntou alguma coisa ou comentou alguma coisa?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Não, Excelência.

A SR^a HELOISA HELENA – A senhora teve conhecimento de uma reunião que aconteceu, solicitada por alguns assessores, para tratar do assunto?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Sim. Na época, como a dinâmica do trabalho de uma CPI é muito grande, eu soube da reunião; não pude participar; quem compareceu foi o nosso chefe, o Sr. Luiz Cláudio, que esteve presente.

A SR^a HELOISA HELENA – Então, o Sr. Luiz Cláudio participou. A senhora sabe de outros assessores ou funcionários que tenham participado da reunião?

A SR^a DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Soube, mas relacioná-los... Eu acho que me lembro que a Denise Zoghbi estava, nosso chefe, mas, assim, detalhes de outras pessoas não estou lembrada, não.

A SR^a HELOISA HELENA – Está bem, Dona Dulcídia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A palavra continua com os Srs.^{os} Senadores. (Pausa.)

Retorno a palavra ao ilustre patrono do Senador Luiz Estevão, Dr. Felipe Amodeo.

O DR. FELIPE AMODEO – Nenhuma pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nenhuma pergunta também a ser formulada.

Em razão disso, Srª Dulcídia, a Mesa agradece a sua presença e a dispensa, pedindo, todavia, que a senhora permaneça na sala onde se encontrava até o término dos trabalhos.

A SRª DULCÍDIA RAMOS CALHAO – Sim, Exceléncia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço à Secretaria que chame o servidor Luiz Cláudio de Brito. (Pausa.)

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA – V. Exª disse poderia. Não se pode mais convocar testemunhas? V. Exª disse que poderiam apresentar, no passado... Só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, temos de trabalhar dentro de alguma forma. Se isso ficar muito aberto, não vamos terminar os nossos trabalhos. Todavia, estamos aqui em busca da verdade. Com qualquer justificativa, a Mesa decidirá. Agora mesmo, vimos que retornou uma testemunha aqui. Em razão disso, pedi até que a atual permanecesse até o término dos nossos trabalhos, porque pode ocorrer de ela mesma voltar depois.

O SR. ROMEU TUMA – Perfeito. É só para ficar claro que V. Exª está conduzindo na busca da verdade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, quem é parte para requerer oitiva de testemunha? Qualquer Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esclareci, no início deste trabalho, Senador Lúcio Alcântara, que, infelizmente, o nosso Regimento não é detalhado. Ele estabelece princípios, mas, em todas as comissões e CPIs em que temos trabalhado, temos visto aqui, na Casa, que servem de subsídios os códigos processuais que temos: o Código de Processo Penal e o Código de Processo Civil. E, naturalmente, antes deles todos, o que a Constituição garante a todos, que é o princípio da ampla defesa. Mas não acredito que seja só os representantes, aqueles que apresentaram a denúncia, porque acredito que qualquer Senador pode fazer esse requerimento.

Essa é a opinião minha e pretendo decidir assim, se tiver fundamento.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, V. Exª invocou a isonomia com o funcionamento das CPIs e, na CPI, é exatamente assim: alguém membro da comissão propõe e o Plenário delibera se aceita ou não. Então, se V. Exª tem esse entendimento, nós temos que funcionar nessa mesma sistemática.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª fica satisfeita assim?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Perfeitamente.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. AMIR LANDO – Tenho uma preocupação quanto ao funcionamento do nosso Conselho de Ética. A nossa preocupação é muito singela e simples, no sentido de que o processo até agora ficou muito solto, realmente a instrução, aquele que diz: a deliberação nº 20. Ela tipifica os procedimentos indecorosos, os atos indecorosos, mas em matéria de processo fica, absolutamente, aberto.

Se vamos para o nosso Regimento, vamos ver que isso estabelece uma conduta, por exemplo, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, estabelece uma conduta processual também no Plenário, mas quanto ao Conselho de Ética ficou totalmente em aberto.

Entenderia que, em uma reunião oportuna, poderíamos estabelecer alguns princípios, até comentei isso com o Corregedor Geral da Casa, Senador Romeu Tuma, da necessidade de estabelecer algumas normas de procedimento. Quer dizer, não é que seja um regimento, mas até

para que se possa ter os momentos oportunos de tomar as providências, porque hoje, a rigor, está a cargo do relator. Hoje o relator tem uma certa hegemonia.

E não estou contra o relator, nem a pessoa do Senador Jefferson Péres. A figura do relator, a função do relator é que teria quase que uma hegemonia para conduzir as diligências que ele entender. Creio que tem que ser alguém que realmente está com o processo trabalhando, que tem um conhecimento maior. E ninguém mais do que ele tem legitimidade para tomar todas as providências, diligências, enfim, os procedimento que julgar necessário.

Agora, realmente, precisaríamos estabelecer algumas normas, não vou dizer que seja uma resolução futura, mas mesmo no proceder aqui algum princípio e sobretudo disposições para que se possa chegar a um desiderato. Primeira, da verdade e, segunda, que também é importante - sem ofensa, como disse bem V. Ex^a -, do sagrado direito da defesa.

Então, no momento oportuno, se V. Ex^a assim entender, poderemos fazer uma reunião administrativa, com um caráter reservado, para tomarmos algumas deliberações de como vamos nos conduzir. Devo ressaltar que já apreciamos dois casos em que eu tinha fundadas dúvidas, mas que me vi diante de uma circunstância na qual não tive chance de fazer diligência ou indagações ao Relator, porque não havia outro procedimento. Portanto, aquelas duas apreciações anteriores ficaram num vazio absoluto - e eu lamento por isso. Sei que não foi o desejo de V. Ex^a nem o da Comissão. A falta de normas de procedimento, às vezes, criam embaraços e dificultam a verificação da verdade. Faço essa observação para chamar a atenção da Comissão.

Se V. Ex^a e os demais membros da Comissão julgarem necessário, poderemos, numa sessão administrativa, estabelecer alguns passos processuais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Amir Lando, diante das duas resoluções que temos, fui o primeiro Senador a procurar o Presidente da Casa, para buscar um entendimento. Disse ao Senador Antonio Carlos Magalhães que entendia que havia procedimentos incompatíveis, quer a matéria se dirigisse diretamente ao Conselho de Ética, quer se dirigisse à Mesa.

Houve uma reunião com os Líderes das duas Casas do Congresso, convocadas pelo Sr. Presidente - isso foi pedido meu - onde constatamos que, infelizmente, estávamos trabalhando com um Regimento ou com normas que deixavam muito a desejar. Decidiu-se, portanto, que seriam feitas alterações ou modificações nessas normas. Parece-me que há um entendimento - digo parece, porque é o que sinto e não estou dando isto como verdade objetiva - de que qualquer alteração, no momento, parecerá casuismo.

Temos essas duas resoluções, mas, basicamente, a que cuida do Conselho de Ética. Entendo que como subsidiária a ela está a maneira como trabalham as Comissões. Aliás, a resolução contém dispositivos que se aplicam àquilo que se estabelece nas comissões.

Evidentemente que, num caso de muita dificuldade, a Mesa consultará o Plenário, como sempre o fez.

Não obstante, se os Srs. Senadores desejarem trabalhar em modificações com relação ao procedimento, nada tenho a opor, mas não posso escolher alguém de surpresa. Estamos com processos em andamento e temos que dar seqüência a eles, de acordo com a legislação atual.

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, neste momento, não ouso querer alterar nada do que existe. Penso, apenas, que precisamos de um entendimento da Comissão de como proceder. Esse ponto, evidentemente, chama a atenção, porque há um vazio de procedimentos. Como bem disse V. Ex^a, aplica-se, em princípios gerais, às comissões, mas aqui não é uma CPI e nem tampouco poderemos pensar naquele procedimento específico estabelecido na conduta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que também disciplina o processo, no caso de denúncia contra a conduta ética de parlamentar.

Gostaria de estabelecer algum procedimento. É evidente que não seria definitivo, mas

seria um entendimento sobre como apreciariam os casos em andamento e os casos futuros até que viesse a disciplina geral, por meio de modificação ou alteração ou complementação daquilo que, até agora, as resoluções estabelecem.

Era nesse sentido, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a não imagina o quanto a Presidência se sentiria aliviada. Agora mesmo estamos às voltas e tenho de dar uma decisão com relação a uma pericia que já está deferida. Estou consultando até ao Anais da Câmara para ver os procedimentos; em suma, deferido está o requerimento do Relator e até agora isso não representou nenhum prejuízo, porque temos testemunhas para ouvir, e assim por diante, mas em verdade tudo isso é por causa de procedimentos até em matéria operacional. V. Ex^a imagina então a dificuldade com que estamos trabalhando, o que demonstra que a preocupação de V. Ex^a tem procedência.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Vice-Presidente Juvêncio da Fonseca.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, apenas para esclarecer que, desde o início dos trabalhos do Conselho de Ética, sempre houve essa dificuldade de saber o procedimento dos trabalhos da desta Comissão; a preocupação primeira foi essa. Inclusive naquela reunião que tivemos na Presidência do Senado Federal, com o Senador Antonio Carlos Magalhães, ficou decidido que se elaborará de imediato, e já está sendo trabalhado na assessoria da Presidência do Senado, essa formulação disciplinar do andamento da Comissão de Ética.

Tem um assunto que acho que desde aquele dia está superado, esperando que esta Comissão possa oferecer seu trabalho. Até lá, o nosso trabalho será sempre dentro do princípio da melhor justiça possível, sabendo que não temos uma disciplina rígida, boa, completa, mas que vai pelo senso de justiça da própria Presidência da Casa e da decisão do Plenário.

Essa questão está praticamente superada em razão, justamente, da definição da Casa de que está em elaboração um novo regimento para disciplinar esses trabalhos.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Presidente, só para um esclarecimento ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para uma questão de ordem nosso eminente Relator Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador, realmente esses procedimentos são indispensáveis. Devem ser definidos o quanto antes, porque, por exemplo, no processo judicial o relator comanda o processo, aqui o relator tem que pedir qualquer providência à Presidência. Não há autonomia do relator, então é preciso realmente que se estabeleçam regras com urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aliás, em processo comum não existe relator, não é?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Nos tribunais?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, o relator designado aí, mas não é ...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Procedimento judicial nos tribunais, o relator comanda o processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É, ele dá o relatório.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, enquanto não tivermos esse regimento - e espero que esse trabalho, do qual nos dá notícias o Senador Juvêncio da Fonseca, prospere -, o que acontece, principalmente nessa matéria que envolve conduta de Parlamentares, é que se fala muito quando há processo e depois que termina não se fala mais nada, até que surja um outro e volta toda a confusão. Então, precisamos realmente estabelecer normas, inclusive processuais. Espero que nunca precisemos dela, mas se viermos a precisar que elas existam, para evitar que fiquemos aqui ao sabor de tomar decisões, às vezes, que competem somente ao Presidente, se ele quer compartilhar com o colegiado. Bem, então espero que isso vá adiante.

Eu queria perguntar ao Presidente quantos processos estão sob exame do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou pedir socorro à Mesa, mas...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – São tantos assim?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São sim, não posso cometer equívoco nas minhas respostas.

São três processos que estão em andamento, dois contra o Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães, que já tem Relator designado na pessoa do ~~nossa~~ companheiro Senador Osmar Dias. Um já foi arquivado, contra os Senadores Geraldo Lessa e Teotônio Vilela.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Eu digo sob exame.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sob exame mais um contra os mesmos Senadores, também com a mesma parte.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – A Resolução nº 20 prevê prazos para a conclusão desses processos?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, fala em prazo para conclusão desses processos?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, fala em prazo que a defesa tem, fala em outros prazos, mas não fala em prazo de conclusão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não fala em prazo de conclusão.

Bom, eu acho que, enquanto não tivermos esse Regimento que discipline o procedimento, temos de agir como V. Ex^a vem fazendo, com clareza e transparência, obedecendo àqueles princípios gerais, como o da ampla defesa, decisões democráticas do colegiado. Há muitos meios de concluirmos o nosso trabalho.

Agora, espero que realmente possamos, no momento oportuno,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas não é isso.

Acho que podemos ter reuniões administrativas para resolvemos questões que digam respeito aos casos em andamento. Para isso, todo Senador e todas as comissões que quiserem podem apresentar modificações e elaboração de Regimento. Isso não compete positivamente, porque, não fosse a clareza com que os Senadores estão colocando, pode-se ter a impressão de que o Presidente do Conselho é que tem essa responsabilidade. Eu não tenho essa responsabilidade, embora esteja disposto a colaborar, porque sou o primeiro a reconhecer que nada é melhor do que ter leis claras e que objetivem precisamente as coisas.

Concedo a palavra à Senadora ...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Senadora Heloisa Helena havia requerido, Senador Francelino Pereira.

A SR^a HELOISA HELENA – Só quero usar da palavra na hora do depoimento. Essa é uma reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É questão de ordem?

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Não, queria apenas pedir à Casa e a V. Ex^a, em particular, que não nos detivéssemos nessas digressões, que são interessantes e até importantes para o procedimento da Casa, mas já estamos há quase uma hora falando de Regimento, e os trabalhos da Comissão não estão tendo andamento. E os que Senadores precisam é de prova. Prova! A prova é que vai conduzir a decisão e o voto de cada Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Atendo V. Ex^a e digo ao Sr. Luiz Cláudio de Brito que ele se encontra presente aqui sob juramento. Daí eu ter de formular-lhe aquilo que está estabelecido no art. 203 do Código de Processo Penal: se ele se compromete a dizer a verdade e somente a verdade, nos termos da lei, do que souber e do que lhe for perguntado, ficando-lhe naturalmente reservado o direito de não responder qualquer pergunta que por acaso V. S^a entenda que possa prejudicá-lo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Prestado o juramento legal, concedo a palavra à defesa, na pessoa do ilustre patrono do Senador Luiz Estevão.

O SR. FELIPE AMODEO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de registrar, enfim, especialmente junto ao depoente, Dr. Luiz Cláudio de Brito, de que não foi por descortesia ou deseducação que eu não o saudei num passado recente, valoroso e servidor desta Casa que é. Esta Defesa, no exercício da advocacia, fala em nome próprio e talvez em nome da advocacia brasileira, pela competência do servidor, que hoje tem a posição de depoente.

Registro somente que não foi descortesia ou deseducação não tê-lo cumprimentado antes, mas, sabedor de que iria convocá-lo como testemunha, evitei fazê-lo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Pois não.

O SR. FELIPE AMODEO – Sr. Presidente, a indagação é no sentido de, buscando novamente informações sobre fatos, fugindo de opiniões ou juízos de valor, recolher junto à testemunha alguns subsídios, para enfrentar a acusação que sofre o Senador Luiz Estevão, de que teria feito ameaças a servidores desta Casa. Essa é a imputação, e é isso que se busca. Para isso, farei mais algumas perguntas pontuais ao depoente.

A primeira indagação, Excelência, é se o depoente poderia esclarecer, em brevíssimas palavras, qual a sua atuação, função e amplitude de responsabilidades na CPI do Judiciário?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Pois não. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. e Srs Senadores, a minha atuação na CPI é de total responsabilidade, porque sou o coordenador da área, e a minha Diretora, Dr^a Cleide, me incumbiu de ficar especificamente responsável pela Comissão do Judiciário. Simultaneamente, tínhamos a Comissão do Sistema Financeiro, para a qual ela veio a meu socorro para nos ajudar nesse serviço, acompanhando a Comissão dos Bancos. Bom, e com relação a essa responsabilidade, eu assumi desde o inicio. Eu nomeei a Secretaria Dulcídia para os assuntos administrativos e de convocações, a parte burocrática; e, a parte regimentalista, eu fazia questão de estar sempre presente para ajudar c Sr. Presidente, o Sr. Relator e os demais Senadores. Então, eu tinha a total responsabilidade do trabalho da Comissão.

O SR. FELIPE AMODEO - Pode prosseguir, Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro.

O SR. FELIPE AMODEO – Se o depoente pode informar se é verdade que, ao curso dos trabalhos da Comissão, depois de ter peregrinado por vários servidores, o Senador Luiz Estevão teria se dirigido ao Presidente da Comissão que teria designado especificamente o depoente para que fosse o interlocutor, a interface da Comissão junto aos pleitos que devesse trazer à Comissão o Senador Luiz Estevão, para conhecimento de documentos, de datas, etc.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Pois não. Essa designação do Sr. Presidente foi no final da reunião que nós tivemos, especificamente, no dia 16 de junho, no gabinete de S. Ex^a, onde tivemos essa reunião a pedido da assessoria. Eu, como coordenador, os assessores me pediram que marcassem essa audiência com o Presidente, Senador Ramez Tebet, e lá nós estivemos, também com a presença do Senador Luiz Estevão, que foi convidado a participar dessa reunião... E porque havia um certo constrangimento com relação a um telefonema que o Senador Luiz Estevão teria dado na sexta-feira, no dia 11, a minha procura. Eu não estava mais no Senado Federal e, então, o Senador Luiz Estevão conversou com o nosso funcionário Naurides. E o Senador, bastante preocupado - isso, o servidor Naurides me relatando -, porque ele tinha uma informação de que uma repórter estava de posse de um documento sigiloso da CPI e que teria ligado para o Senador dizendo que aquele documento, a cópia do cheque, seria publicado no dia posterior àquela conversa. Ele, preocupado, ligou para saber se esse cheque tinha chegado na CPI. E o Naurides, me relatando, me reportou a mim, no meu celular - eu já estava chegando na minha casa -, que o Senador estava realmente nervoso porque era um fato de extrema gravidade, um documento sigiloso vazar, no âmbito do Senado Federal. E, em decorrência dessa conversa, a assessoria achou por bem marcar uma audiência com o Sr.

Presidente. E, nessa audiência com o Sr. Presidente... O Senador Luiz Estevão, inclusive, tinha entrado no dia 16 de junho com um requerimento solicitando o nome, matrícula e as funções de cada servidor que estava à disposição da Comissão, para que ele tivesse em mãos e em conhecimento quais as pessoas realmente que tinham acesso aos documentos sigilosos, para que ele pudesse fazer a sua análise com relação aos vazamentos que estavam ocorrendo.

Eu passo à mão de V. Ex^a, Sr. Presidente, uma cópia desse requerimento que, no mesmo dia, no dia 16, depois daquela reunião no gabinete do senhor, foi retirado pelo Senador Luiz Estevão, porque, depois da reunião, ficou constatado que nada mais do que um mal-entendido haveria ocorrido, e, sendo assim, não haveria por que ele manter esse requerimento. E ele solicitou a retirada desse documento.

Nessa mesma reunião, após o Sr. Presidente Ramez Tebet me designar para que eu ficasse incumbido de atender a toda e qualquer solicitação, além dos Senadores, em particular do Senador Luiz Estevão, ele se reportaria a mim para obter qualquer informação da Comissão.

E outra determinação do Sr. Presidente foi a de designar o Senador Geraldo Althoff para que, a partir daquele momento, tomasse a frente da fiscalização dessa documentação sigilosa. S. Ex^a pediu a minha opinião, na época. Eu dei a minha opinião: para terminar, para acabar de vez com os vazamentos S. Ex^a teria que tomar algumas atitudes, como, por exemplo, botar um segurança durante 24 horas à frente da sala de sigilo e se registrasse toda entrada e toda a saída de qualquer pessoa e de qualquer documento. Tomar a atitude de deixar somente os funcionários, assessores, especificamente à disposição da Comissão, a partir daquela data só aqueles servidores teriam acesso àquela sala e logicamente os Senadores, membros da Comissão. Até àquela época, existiam servidores como o de S. Ex^a, o servidor Davi, que era funcionário do Gabinete do Senador Althoff e que estava ajudando nos trabalhos da Comissão. Eu alertei S. Ex^a de que se daquele momento em diante ele tomasse essa atitude o servidor Davi também estaria impossibilitado de entrar na sala. Foi tomada essa determinação por S. Ex^a e foi informado o Sr. Presidente. Depois dessa data não tivemos mais nenhum problema de vazamento de documentos.

O SR. FELIPE AMODEO - O depoente então tendo esclarecido que passou a ser a pessoa designada para dar satisfações ou responder ou atender a questões levadas pelo Senador Luiz Estevão, classificou que houve efetivamente um encontro que superou um mal-entendido. A indagação é no sentido de se em algum momento o depoente se sentiu ou foi ameaçado pelo Senador Luiz Estevão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - De forma nenhuma. Se isso tivesse ocorrido, eu pediria demissão do meu cargo. Tenho os meus cabelos brancos, vinte e cinco anos de trabalho, nunca levei desaforo para casa e não vai ser agora que iria levar.

O SR. FELIPE AMODEO - O depoente pode esclarecer ainda mais se tem notícia de que outro servidor tenha sido ameaçado, no sentido da expressão “ameaça”, constrangido a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em razão de frases proferidas pelo Senador Luiz Estevão ou se essa reunião havida com o Sr. Presidente da Comissão, V. Ex^a, o depoente e os demais membros superou qualquer mal-entendido?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Bom, com relação ao Senado Federal, aos servidores do Senado Federal, eu dei como encerrado para a minha pessoa essa designação do Presidente. Com relação a esse caso específico, eu dei como encerrada a questão desse mal-entendido; ou seja, que S. Ex^a tirou o requerimento, o documento que ele teria dado entrada na Comissão e no mesmo dia retirou. Acho que isso ficou bem claro.

Tenho ciência de um servidor que estava à disposição da gente, também do Banco Central, Sr. Pereira – não me recordo do sobrenome dele –, o Dr. Pereira estava participando dos trabalhos conosco e, atendendo a uma solicitação do Senador José Eduardo Dutra, passou um fax da sala de sigilo da CPI para os funcionários do Banco Central solicitando algumas providências com relação a alguns documentos da empresa do Sr. Senador Luiz Estevão. O

Senador Luiz Estevão me ligou estranhando aquela atitude porque eram atribuições que não tinham sido discutidas no plenário da Comissão ainda. Levei ao conhecimento do Sr. Presidente o ocorrido; chamei a atenção do Sr. Pereira, atenção no bom sentido; ou seja, ele deveria ter-se dirigido ao Sr. Presidente para tomar essa atitude. O Sr. Pereira, no outro dia, veio nos dizer, no decorrer do trabalho, que o Senador Luiz Estevão teria ligado para a chefe dele no Banco Central pedindo explicações por que um servidor do Banco estava tomando uma atitude com relação a um fato que nem tinha sido objeto ainda de deliberação da Comissão. Acredito que essa questão ficou sanada, porque ele me reportou depois e falou que se tivesse se sentido ameaçado em algum momento ele teria saído, teria voltado para o Banco Central como aconteceu – pelo que me lembro. Após a reunião, o Dr. Marcion, que é da Polícia Federal, estava à disposição da comissão. Ele participou dessa reunião no gabinete de S. Ex^a e, logo após esse fato, o chefe dele, da Polícia Federal, achou por bem retirá-lo, deixá-lo à disposição na comissão, porque ele achava que a Polícia Federal não ia entrar em questões políticas. Ele achava melhor que ele se reportasse, que ele voltasse para a Polícia Federal e ficasse a nossa disposição lá. Foi o que aconteceu.

O SR. FELIPE AMODEO – O Sr. depoente pode informar se foram efetivamente incontáveis - e antecipando perguntas que certamente viriam - os telefonemas que teria recebido do Senador Luiz Estevão, perguntando sobre a rotina da comissão: data, dados, etc., e se pôde identificar algum desses telefonemas como tendo sido feito do exterior?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Do exterior, não posso dizer a V. Ex^a. Mas ele ligou várias vezes para minha casa, para o meu celular, como vários Senadores, membros da comissão se reportavam a mim também, por ser coordenador da comissão.

O SR. FELIPE AMODEO – Não tenho mais nada a indagar.

Agradeço a contribuição para esclarecimento da verdade, trazida pelo depoente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres, como Relator, por gentileza.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não vou ouvir a testemunha, como já disse, mas desde já, Sr. Presidente, requeiro verbalmente, farei por escrito, primeiro, que sejam ouvidas as duas pessoas citadas pelo depoente e, segundo, que ainda hoje me sejam remetidas as notas taquigráficas de todos os depoimentos feitos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Peço ao eminentíssimo Relator... ele falou em várias pessoas.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Ele mencionou um funcionário da Polícia Federal, Marcion, e mencionou um funcionário do Banco Central. Correto?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Dr. Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sabe o nome todo?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não sei. Mas tenho o registro na comissão. Posso passar para V. Ex^a depois.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Defiro o pedido do eminentíssimo Relator, no sentido de que, oportunamente, será designado dia e hora para serem ouvidas essas duas testemunhas.

A Mesa diligenciará junto ao depoente o nome completo das testemunhas e diligenciará para que elas sejam ouvidas.

Quanto à cópia dos requerimentos, é mais do que óbvio que, com a maior brevidade possível, a cópia de todos os depoimentos sejam remetidos ao Senador Jefferson Péres.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, na qualidade de corregedor.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, conheço o trabalho do Luiz Cláudio...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, antes de V. Ex^a fazer perguntas – eu deveria tê-lo feito antes –, eu havia despachado aqui, porque o depoente entregou

um documento que determinei fosse juntado aos autos. Eu ia pedir apenas que passasse de mão em mão, mas acho mais prático, atendendo à solicitação da própria Mesa... Trata-se de um Ofício de nº 551/99, datado de 16 de junho de 1999, assinado pelo Senador Luiz Estevão e dirigido a mim, como Presidente, nos seguintes termos:

“Solicito a V. Ex^a que nos sejam informados os nomes, matrículas e relação funcional dos servidores responsáveis pelo recebimento, guarde e análise dos documentos encaminhados pelo Banco Central do Brasil e outras instituições financeiras, decorrentes da transferência do sigilo bancário para essa CPI, decorrentes do Ofício nº 046/99, CPI-Justiça e de seus desdobramentos”.

Esse foi o requerimento que, posteriormente, no dizer do depoente, foi devolvido ao gabinete do Senador Luiz Estevão.

Está despachado assim:

“Devolvido ao gabinete do Senador Luiz Estevão em 16 de junho de 1999, às 14h12min”. Não sei se a assinatura é de quem recebeu.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Essa assinatura é de quem recebeu lá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. S^a.

O SR. ROMEU TUMA – Conheço o trabalho do Dr. Luiz Cláudio, sempre atento e ativo nas comissões das quais fiz parte e a própria sinceridade no depoimento dele. Acredito eu que o ilustre advogado de defesa, Dr. Felipe Amadeu, com elegância e com objetividade tem feito os questionamentos às testemunhas.

Então queria apenas, a título de esclarecimento, saber se esse ofício em que pediu o senador a relação dos funcionários, mais a identidade funcional de cada um trouxe preocupação com algum tipo de ameaça ou alguma insegurança aos membros da comissão?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Sim. Senador Romeu Tuma, na época realmente houve um constrangimento porque os assessores não entenderam a atitude do senador. Acredito que seja isso, porque depois conversamos com relação a esse fato. O Senador tinha informações de que os funcionários que trabalhavam, que estavam tendo acesso aos documentos sigilosos faziam parte do gabinete do Senador José Eduardo Dutra e das lideranças do PT, então isso trouxe uma certa preocupação a ele, que, por isso, entrou com esse requerimento. E logo após as atitudes tomadas pela presidência e pela atuação do Senador Geraldo Althof essas questões foram sanadas e não houve mais nenhum tipo de constrangimento por parte do grupo que ficou trabalhando comigo.

O SR. ROMEU TUMA – Agora eu pergunto se houve realmente algum vazamento de documento sigiloso e quais foram as providências tomadas para identificar o responsável.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não tivemos, na época, condições de obter essa certeza que o vazamento teria ocorrido na comissão. Acredito que não.

O SR. ROMEU TUMA – Porque há possibilidade também de o fornecedor do documento ter vazado, se vazou ou não um desses documentos.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Bom, Ex^a, não posso precisar ao senhor como esse vazamento ocorreu.

O SR. ROMEU TUMA – Mas houve?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Houve, porque saiu em publicações, informações...

O SR. ROMEU TUMA – Desse cheque referido por S. Ex^a, o Sr. Senador, na conversa que teve com o senhor.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – No cheque, antes da reunião. Esse cheque saiu publicado, não me lembro em que jornal, mas realmente saiu publicado. Mas não tenho certeza nem se esse cheque já tinha chegado ao Senado. Por isso que a nossa preocupação e afirmação a S. Ex^a na época é que não podíamos afirmar a ele que esse cheque teria vazado por aqui.

A SR^a HELOISA HELENA – Antes do questionamento propriamente, só solicitando uma complementaridade ao questionamento do Senador Romeu Tuma, que o senhor nos explicasse, Sr. Luiz Cláudio, qual o procedimento de traslado dos cheques do Banco Central para a CPI?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Senadora Heloisa Helena, são os próprios funcionários do Banco Central que são responsáveis pela guarda dessa documentação até a entrega oficial à comissão.

A SR^a HELOISA HELENA – Então, entregando oficialmente à comissão seria entregar a V. S^a?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Sim, a mim ou a qualquer funcionário meu presente no setor.

A SR^a HELOISA HELENA – Então qualquer uma pessoa que tivesse que ter acesso ao documento, que seja um senador que participasse da comissão parlamentar de inquérito ou algum senador que tivesse tendo motivos de acusações só conseguiria o documento através de V. S^a?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não, não só comigo, mas com todos os servidores colocados à disposição para análise daquela documentação. Porque se eu centralizasse isso na minha pessoa, o próprio relator..., haveria um problema tremendo e a própria assessoria, que está aqui, vejo a presença de vários, eles têm a competência de analisar, de fazer essa análise dessa documentação e levar esses dados para o Sr. Relator.

A SR^a HELOISA HELENA – Certo, então, os assessores, em nenhum momento, colocaram para V. S^a que qualquer Senador ou o Senador denunciado teriam tido acesso aos documentos antes de, oficialmente, estarem entregues à Comissão Parlamentar de Inquérito e ao Relator?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não, eu ...

A SR^a HELOISA HELENA – Em nenhum momento, qualquer assessor ou V. S^a tomou conhecimento de que algum Senador tivesse tido acesso a esses documentos, portanto, tivesse solicitado acesso ao documento antes que ele estivesse, formalmente, entregue ao Relator ou o Senador Luiz Estevão, em nenhum momento, conseguiu ou solicitou algum documento antes de estar, oficialmente, com o Relator? Em nenhum momento, V. S^a foi informada disso?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Isso.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Luiz Cláudio, V. S^a já relatou neste conselho, e gostaria de reproduzir algumas frases que foram ditas ou pelos corredores ou pelos meios de comunicação, frases essas que foram apresentadas como se verbalizadas por assessores ou por funcionários.

Então, gostaria que o senhor nos respondesse se, em algum momento, algum funcionário ou algum assessor ou algum membro de outro órgão que estivesse trabalhando na comissão, V. S^a ouviu comentário que o Senador Luiz Estevão tinha dito que, quando acabasse a Comissão Parlamentar de Inquérito, ia colocar todo mundo na Justiça, dizendo que ia processar todos após o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito, ou algum assessor ou funcionário ou pessoa à disposição dessa comissão, em algum momento, V. S^a não teve nenhum conhecimento de nenhum relato - fora o que foi dito, anteriormente, de constrangimento em função de um ofício requerendo nome e CPF.

Em nenhum momento, nenhum funcionário ou servidor que estava à disposição comentou, nem o senhor teve conhecimento de nenhum comentário sobre isso, fora o específico que já foi relatado sobre o ofício com os nomes?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não, eu tive várias informações; fofoca, aqui no Senado, é a coisa mais comum.

A SR^a HELOISA HELENA – Sim, mas, aí, não é fofoca. O senhor, se era o

coordenador, nenhum assessor, nenhum funcionário chegou para o senhor, dirigiu-se ao senhor dizendo isso?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não.

A SR^a HELOISA HELENA – Quer dizer que a única motivação das duas reuniões que aconteceram com o Presidente e com o Relator, a única motivação da convocação, foi um ofício do Senador Luiz Estevão solicitando nome e CPF? Foi solicitado dos assessores, dos funcionários, dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, dos membros da Polícia Federal ou do Banco Central. A única motivação foi o incômodo – segundo a informação de V. S^a -, o constrangimento desse ofício? Foi a única motivação?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Senadora, participei de uma reunião só; se houve duas, da segunda, eu não participei. Eu participei dessa reunião do dia 16 no gabinete do Senador Ramez Tebet com a presença do Senador Luiz Estevão, inclusive. Da segunda, eu não estou sabendo; não tomei conhecimento dessa reunião.

A SR^a HELOISA HELENA – O senhor só me informa, por favor, o nome de todas as pessoas que participaram dessa reunião citada por V. S^a?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Posso informar o que eu me lembro: o Dr. Haroldo, que está aqui presente; o Dr. Márcio ...

A SR^a HELOISA HELENA – Tanto os servidores da Casa como os cedidos, ou da Polícia Federal, ou do Banco Central, ou do Banco do Brasil, quem quer que seja.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Pois não. Que eu me lembro de cabeça: Dr. Haroldo, que teve essa participação e logo depois, em julho, foi até afastado da CPI, porque foi fazer um curso no exterior; Dr. Marcion, da Polícia Federal, que logo após essa reunião ficou à disposição da CPI, mas no local de trabalho dele na Polícia Federal; o Dr. Pereira não participou, porque ele estava ainda à disposição do Senado Federal; eu, que acabei sendo o porta-voz de toda a equipe; Dr. Fernando Trindade, do Senado Federal; Dr. Ronaldo, do gabinete do Senador José Eduardo Dutra; Dr. Pierre, do TCU; estou tentando me lembrar do nome do colega do Pierre, porque são dois funcionários do TCU - Dr. Helber, do TCU também. Eu creio que são esses só, Senadora.

A SR^a HELOISA HELENA – Mas o senhor tomou conhecimento de que houve outra reunião para tratar do “esclarecimento por possíveis constrangimentos ocorridos?”

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não fiquei sabendo dessa reunião; estou sabendo agora. Realmente, não fui informado dessa reunião. Se fizeram, foi sem a minha presença.

A SR^a HELOISA HELENA – Sim, porque tinha sido relatado anteriormente, inclusive motivou que o Relator solicitasse a presença do Sr. Pereira - não foi isso, Senador Jefferson Péres? Mas o senhor não participou de nenhuma reunião em que o Sr. Pereira tivesse participado para buscar esclarecimento sobre o fato?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Talvez tenha acontecido essa reunião com o Senador Paulo Souto, – S. Ex^a estava aqui e poderia até confirmar – Presidente, Senador Ramez Tebet, mas eu não tomei conhecimento; tomei conhecimento do fato que aconteceu com o Sr. Pereira e, inclusive, falei com ele e o alertei do problema de que ele passou esse fax da sala da CPI. Alertei o Presidente disso, mas não tomei conhecimento de outra reunião com relação a esse fato.

Talvez tenha acontecido no âmbito da Presidência, da Relatoria, com ele ou demais servidores, mas eu não tomei conhecimento.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que, conjuntamente aos que já foram solicitados pelo Senador Jefferson, haja a participação também dos funcionários ou servidores à disposição da Comissão Parlamentar de Inquérito que tenham participado de reuniões para tratar – segundo palavras de V. S^a - de esclarecimentos de constrangimentos; e que também pudesse, tanto V. Ex^a como o Senador Paulo Souto nos dizer

se houve outra reunião na casa do Senador Paulo Souto ou se houve outra reunião, porque a impressão que tínhamos até agora era que tinha havido duas reuniões para tratar – segundo palavras de V. S^a - de “esclarecimentos sobre possíveis constrangimentos”.

A impressão que eu tinha até agora é que tinha havido duas reuniões sobre o tema. Como o Sr. Luiz Cláudio só informa sobre uma, indago se o Senador Ramez Tebet ou o Senador Paulo podem nos informar sobre as pessoas que participaram para que possamos solicitar também que elas sejam ouvidas, caso essa reunião tenha acontecido, Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, após o encerramento do depoimento, vou resolver sobre a questão levantada pela Senadora Heloisa Helena no sentido da convocação de outras pessoas para depor.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, desnecessário dizer da diligência e da competência profissional do depoente. Todos nós todos que vivemos o dia-a-dia do Senado podemos falar sobre isso. Mas eu queria fazer algumas perguntas bem objetivas. Desculpe-me se algumas delas são óbvias, mas obviedade, às vezes, tem a sua importância.

Houve vazamento na CPI do Judiciário? Eu não era membro da CPI, não acompanhei.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Senador, algumas matérias foram publicadas em alguns jornais de Brasília, como o Jornal do Brasil, com fotos de alguns documentos.

Porém, não posso precisar a V. Ex^a se esse vazamento ocorreu da CPI. Sei que, depois das providências que o Senador Geraldo Althoff me autorizou tomar, nunca mais houve vazamento de documento; agora, de informações, é ...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Qual era a relação funcional, ainda que precária e provisória, que se estabeleceu entre os representantes de outros órgãos do Poder Executivo que prestavam assessoria aqui na CPI e a coordenação de V. S^a. Quer dizer, eles se reportavam a V. S^a do ponto de vista disciplinar, comportamental ou agiam com autonomia, com independência?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Como administrador que sou também, procuro sempre descentralizar. Acho que é... Sempre tive essa prática na minha vida profissional. E eles são técnicos extremamente competentes e eu não tinha o total controle das atividades de cada servidor, de cada assessor. Todos eles tinham a sua autonomia e sempre tiveram. Mesmo porque são análises específicas, não é? Têm setores de sigilo bancário, sigilo fiscal, sigilo telefônico e o Relator, ele precisa ser informado diuturnamente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não. Eu digo do ponto de vista do fluxo de informações, por exemplo.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não. Não se reportavam a mim especificamente.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Reportavam-se diretamente ao Relator.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Diretamente ao Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ou ao Presidente?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Ou ao Presidente. Mas normalmente ao Relator, porque ele é quem tem a necessidade dessas informações. Logicamente, o Presidente toma conhecimento do documento quando ele chega à Comissão e despacha toda a documentação ao Sr. Relator.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Qual era o grau de acesso dos assessores de Senadores membros da CPI a essas informações, antes e depois das providências sugeridas pelo Senador Geraldo Althoff?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Antes eles tinham total. Eles tinham acesso livre, entravam e saíam da sala e tinham acesso à documentação total. Após isso, encerrou-se esse livre acesso, mas todo e qualquer Senador tinha o direito de obter as informações.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não estou falando dos Senadores, mas dos assessores dos Senadores.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não. Após as medidas adotadas não tinham mais acesso.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – E V. S^a é categórico, tem convicção, tem certeza em afirmar que após essas providências não houve mais vazamento? Ou não está seguro disso?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – De documentação não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – De documentação. Falo em documentação.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – De documentação não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Cópia de documento, publicação à imprensa...

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não saía mais da sala, mesmo porque...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Veja bem, V. S^a falou, mais de uma vez, que após essas providências não ocorreram mais publicação de documentos, xerox de documentos, cópias de documentos pela imprensa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Documentos sigilosos?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sigilosos.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Cópia de cheques, essas coisas não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Após essas providências, isso não mais aconteceu?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não ocorreu. Não ocorreu.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V.S^a está seguro disso?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Convicto.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Tem certeza dessa afirmação?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Convicto.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Convicto. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Por nada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pergunto se algum dos Srs. Senadores ainda pretende fazer uso da palavra?

Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros e, posteriormente, Senador Lauro Campos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Dr. Luiz Cláudio de Brito, gostaria de indagar de V. S^a o seguinte: quando o ofício do Senador Luiz Estevão chegou à Comissão, fazendo o requerimento da matrícula, do CPF, do dados funcionais dos servidores do Senado e de outras instituições trabalhando ali na Comissão, como o senhor teve acesso a esse requerimento? Esse requerimento foi...?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Excelência, esse requerimento foi dirigido a mim, para que eu despachasse com o Sr. Presidente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E qual foi a sua primeira reação diante do ofício? Qual que foi a sua...?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Eu recebi...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Inicialmente, ao constatar o teor do requerimento, qual que foi a sua impressão?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Eu recebi como...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. S^a já disse: de constrangimento. Esse constrangimento não significava, assim, um sentimento de que aquilo poderia ser uma ameaça?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Senador, eu disse que o constrangimento foi da parte da assessoria. Tenho 25 anos de Senado. Já sofri constrangimentos que são muito piores do que um simples requerimento. Então, recebi esse documento com a maior naturalidade. Já sofri outros constrangimentos, aqui, extremamente desagradáveis.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não neste caso.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não, não. Digo na minha vida funcional de vinte e cinco anos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim, mas então, V. S^a concorda que houve esse sentimento na assessoria, dentre os assessores.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Houve. Tanto que solicitei uma reunião com o Sr. Presidente e nesse mesmo dia houve a reunião e foi quando essas atitudes foram adotadas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Se o ofício não tivesse sido retirado, em que clima que esses servidores trabalhariam? Ou se essa reunião não tivesse sido feita? Porque, pela reunião, pelo que estou podendo perceber, houve uma compreensão correta da Presidência, dos membros da Comissão, de V. S^a, no sentido de tomar providências mais eficientes para impedir o vazamento. Ou seja, havia uma compreensão com a indignação do Senador Estevão com relação aos vazamentos. Isso pode-se perceber pelo seu depoimento. Mas e se o ofício não tivesse sido retirado? Esses servidores não se sentiriam ameaçados? Eles continuariam trabalhando normalmente?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Bom, Excelência, não posso afirmar pelos outros, mas posso dizer ao Senhor que, no meu caso, não me afetaria em absolutamente coisa alguma. Quando entrei no Senado, tive um grande professor aqui dentro, que já faleceu, o Sr. Valentim. Ele me ensinou a gostar desta Casa e a amar esta Casa. Ele me falava: “Meu filho, você está entrando hoje. O seu mandato aqui não é de oito anos, não. O seu mandato é de trinta e cinco. Então, você brigue por esta Casa, respeite esta Casa e tenha a consciência tranquila do seu dever cumprido.” Isso eu sempre tive. Então, nunca me preocupei absolutamente com nada.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Esse funcionário do Banco Central com quem V. S^a teve contato, inclusive alertando sobre a utilização do fax da Comissão, V. Ex^a percebeu que ele se sentiu ameaçado também? Ele ficou preocupado com o fato de talvez, inadvertidamente, ter solicitado essas informações que lhe haviam sido solicitadas por ofício, do Senador José Eduardo Dutra ao Banco Central? Ele se sentiu preocupado em requerer a informação dessa forma, por fax?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Com certeza, sim. No inicio, ele ficou realmente preocupado, porque eu o alertei de um fato de extrema gravidade que ele havia cometido, já que a matéria que foi solicitada a ele não tinha sido objeto de deliberação pelo Plenário da Comissão, e ele fazendo aquilo com a maior boa vontade para atender a S. Ex^a, o Senador José Eduardo Dutra, que é um Senador da República. Então, ele o fez sem – e acredito, porque conversamos sobre isso – tentar agredir ou criar qualquer tipo de problema com relação ao que lhe foi solicitado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo. Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Primeiro, eu gostaria de dizer que o depoimento de V. S^a foi o mais esclarecedor, do meu ponto de vista, até agora. S. Ex^a declarou que dois funcionários, um da Polícia Federal e outro do Banco Central, afastaram-se da equipe que estava trabalhando na CPI. O Senhor tem notícia de outros funcionários do Congresso que tenham solicitado o afastamento dos trabalhos da CPI?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Senador Lauro Campos, não foram os dois que pediram afastamento. Foi apenas o Marceon, da Polícia Federal, que se afastou de ficar fisicamente no Senado, mas ele sempre ficou à disposição da Comissão porque isso foi uma determinação da chefia dele. Foi o que ele nos relatou. Ele nos relatou muito claramente. Ele disse: “Olha, eu estou à disposição de vocês, já falei com o Sr. Relator, mas a minha chefia determinou que eu retornasse à Polícia Federal porque a Polícia Federal não entra no mérito político e ela faz questão de não ficar à margem de nenhum tipo de envolvimento político.” Por isso é que eles tomaram a atitude de solicitar que ele voltasse para a Polícia Federal, mas que lá ele ficasse à disposição da Comissão.

O SR. LAURO CAMPOS – Quer dizer que nenhum funcionário se afastou de suas funções?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Fisicamente, o Dr. Marceon se afastou do Senado, mas à disposição ele sempre ficou.

O SR. LAURO CAMPOS – Naturalmente, V. S^a se esqueceu daquele, cujo nome não sei, que se afastou para fazer um curso no exterior.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Ah! Perdão. O Dr. Haroldo.

O SR. LAURO CAMPOS – Sim, esse. Naturalmente, ele se desligou espontaneamente para usufruir desse prêmio: esse curso no exterior.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Perfeito. Inclusive, ele está presente. Se a Comissão achar por bem ouvi-lo...

O SR. LAURO CAMPOS – Foi após o telefonema do Senador Luiz Estevão à diretora do Banco Central que o servidor Pereira - pensei que ele estivesse afastado, mas não tendo se afastado - foi advertido, pelo que pude compreender, tanto pela diretora, pela sua superiora, no Banco Central, quanto por V. S^a.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Eu não o adverti. Só o alertei, como um colega que estava trabalhando comigo, porque eu não achava que aquela atitude que ele tomou fosse a correta, tanto que levei ao conhecimento de S. Ex^a, o Presidente Ramez Tebet, na época.

O SR. LAURO CAMPOS – Bem, a outra pergunta que eu tinha ficou prejudicada. Quantos funcionários participaram dessa atividade? Entre assessores e administrativos?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – No total, Senador, mais ou menos uns dezoito funcionários.

O SR. LAURO CAMPOS – Era o que eu gostaria de saber. Agradeço.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra com a palavra para as suas perguntas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Dr. Luiz Cláudio, V. S^a disse que foi contatado pelo Sr. Naurides, que teria recebido um telefonema de reclamação do Senador Luiz Estevão, que havia procurado V. S^a. V. S^a não estava no momento e ele havia conversado com o Dr. Naurides. Como é que foi descrito esse telefonema pelo Dr. Naurides?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – O Dr. Naurides me ligou, como eu disse, eu estava chegando na minha residência, o celular tocou e eu atendi. O Dr. Naurides me reportou, dizendo que teria recebido um telefonema do Senador Luiz Estevão, naquele momento, que ele tinha a informação de que uma jornalista, não me recordo de qual órgão da imprensa, teria em mãos uma cópia de um cheque que seria publicada no dia seguinte, que o Senador ficou estarrecido com esse fato e pediu explicações. Queria pedir explicações a mim. Como eu não estava, pediu explicações ao Naurides. O Naurides tentou colocar o Senador mais tranquilo, dizendo que esse vazamento não deveria ter ocorrido pela Comissão, porque na Comissão não sai vazamento de absolutamente nada e o Naurides me falou: "Cacau" - tenho o apelido de Cacau, muitos Senadores inclusive me conhecem por esse apelido -, "o Senador estava muito nervoso". Ele até se reportou e disse: esses vazamentos não podem continuar, Naurides, porque isso pode até acarretar processos no futuro contra vocês. O Naurides me falou: eu até brinquei com ele, dizendo que somos muito pequenos para ser processados. Não temos esse tipo de preocupação. Em hipótese nenhuma, esse documento não vazou por aqui. Foi isso o que foi colocado. Na segunda-feira, na terça-feira, essa história já estava no âmbito do Senado Federal todo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Foi após esse telefonema que o Senador Luiz Estevão encaminhou o requerimento à CPI solicitando informações funcionais sobre os assessores?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Exatamente. Não me recordo... Sr. Presidente, por favor me passe a data desse Requerimento.

Foi no dia 16 de junho, quarta-feira. Então, esse telefonema do Senador Luiz Estevão deve ter sido no dia 11, sexta-feira.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não ficou muito claro para mim. Esse requerimento solicita informações sobre todos os servidores que estavam trabalhando na CPI ou apenas sobre aqueles do Senado? Inclui também aqueles que estavam lotados em outras repartições ou instituições?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Eu entendi como tal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Nessa reunião, da qual V. S^a disse que participou, que foi esclarecida a questão do requerimento e o Senador Luiz Estevão concordou em retirá-lo, gostaria de saber se V. S^a lembra de que, nessa reunião, alguém, argumentando com o Senador Luiz Estevão, teria dito, com essa mesma expressão que V. S^a lembrou, que o Dr. Francisco Naurides Barros teria dito que somos pequenos e a corda poderia acabar estourando em cima de nós, que somos o lado mais fraco, e que o Senador Luiz Estevão teria dito: “É vai estourar mesmo...” Gostaria de saber se V. S^a se lembra disto?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não me lembro se foi nesses termos, mas penso que houve uma concordância quase que unânime sobre isso, porque sabemos que a corda estoura mesmo é no mais fraco.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. S^a já disse que não participou ou que não teve informações a respeito de uma segunda....

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (Fora do microfone) – ...estourar de novo. Estou vendo aqui que se coloca o funcionário como réu.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu não estou colocando ele como réu. Se essa indireta foi para mim...

V. S^a disse que não participou e que não foi informado de uma segunda reunião....

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Correto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – ...que teria sido solicitada pelos assessores, com a Presidência e com o Relator, para tratar, também, desses constrangimentos.

V. S^a disse que conversou com o Pereira e que ele teria relatado algumas coisas. V. S^a teve alguma informação de que o Senador Luiz Estevão teria ido à sede do Banco Central para reclamar do comportamento ou do procedimento do funcionário do Banco Central?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Essa informação do Senador ter ido, eu realmente não tenho conhecimento. Tenho conhecimento de que S. Ex^a teria ligado para a chefe, para a coordenadora do Pereira. Isso eu tenho.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Embora V. S^a não tenha participado da reunião e também não tenha tido informação da sua realização, gostaria de saber se V. S^a tem conhecimento – eu estou afirmado que houve a segunda reunião – das providências que teriam sido tomadas, pela Relatoria, em relação, especificamente, ao Sr. Pereira, no sentido de tranquilizá-lo, de prestigiá-lo, por assim dizer, e garantir a continuidade do seu trabalho, porque continuou até o final....

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Sim, sim...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – ...mesmo com essa questão levantada por V. S^a. V. S^a não usou o termo “advertiu”, mas ponderou que ele teria errado no episódio acontecido em junho.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Perfeito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas ele continuou na CPI até o final, em uma demonstração que, apesar de uma avaliação de que ele teria se equivocado, ele continuou prestigiado, sem usar o prestigiado no termo de “termo de futebol”, mas continuou prestigiado

pela CPI. Se V. S^a teve algum conhecimento de providências tomadas pelo Presidente ou pelo Relator em relação a esse caso específico do funcionário do Banco Central.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Pois não. Providências administrativas, concretas, com relação ao Presidente ou ao Relator se reportar à chefia dele, eu não tive conhecimento, mas desde o início da criação da CPI e da montagem da equipe, essa equipe trabalhou com uma unidade total. Inclusive, com esses percalços, sempre houve uma união muito grande. Se não houvesse, o Pereira, de repente, não teria continuado conosco como ele continuou e como afirmou que estava completamente à disposição da CPI.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. S^a tem conhecimento de que algum funcionário da CPI, algum servidor que tenha trabalhado na CPI tivesse procurado senadores no sentido de solicitar declarações desses que pudessem ser utilizadas no futuro, em juízo, num possível processo contra esses servidores?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não tenho conhecimento disso não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Muito obrigado, Sr. Presidente. E só isso.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente, tem alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem.

A SR^a HELOISA HELENA – Depois eu gostaria de me inscrever novamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Dr. Luiz Cláudio, eu, aqui, ao ouvir o seu depoimento, ouvi o senhor dizer que vários documentos que estavam no processo foram publicados, embora possam não ter sido vazados por aqui, pode ter sido vazado em outra ocasião, no transporte, no órgão de origem que deu o documento, mas inúmeros documentos saíram na imprensa. É verdade?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não posso precisar a V. Ex^a quantos documentos vazaram, mas houve alguns vazamentos.

O SR. NEY SUASSUNA – E o senhor também... No seu depoimento entendi que o senhor não concordava com a atitude do Sr. Pereira, quando fez a advertência, porque ele estava tomando as vezes do papel até da comissão, quando estava pedindo coisas que não tinham sido autorizadas pela comissão.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Sim. Quando alertei o Pereira, talvez porque ele é de um outro órgão, é de um órgão do Banco Central e cada órgão tem a sua forma de atuação, cada profissional tem a sua forma de agir. Acredito que ele tenha feito isso com muita boa vontade, sem nenhum tipo de...

O SR. NEY SUASSUNA – Mas fez a pedido de um senador?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Fez, a pedido do Senador José Eduardo Dutra, que é um membro da comissão.

O SR. NEY SUASSUNA – Isso quer dizer, então, que outros membros da comissão pediam aos funcionários também uma série de informações ou de ações?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Todos. Todos os membros da comissão se reportavam à presidência, através de requerimento, e o presidente despachava. Todos esses requerimentos foram levados ao conhecimento da presidência.

O SR. NEY SUASSUNA – Talvez por isso o senhor tenha achado um procedimento normal o requerimento do Senador Luiz Estevão, porque não foi o único, teve muitos requerimentos, de todos os senadores?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Vários, vários requerimentos.

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor declarou também aqui que hora nenhuma se sentiu constrangido, nem que viu ninguém absolutamente constrangido. É verdade isso?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não. Quanto a mim, posso falar quanto a mim. Eu nunca me senti constrangido. Agora, tem outras pessoas, não posso falar pelas outras

pessoas. Mas que houve um constrangimento, surgiu um constrangimento antes de acontecer essa reunião, com certeza houve, por isso é que aconteceu a reunião.

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor está no Senado há vinte e cinco anos?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Há vinte e cinco anos no Senado, trinta de serviço.

O SR. NEY SUASSUNA – E está acostumado a ouvir boatos pelos corredores, porque isso ocorre com freqüência?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Oh! Senador, aqui...

O SR. NEY SUASSUNA – É verdade. Está bem, era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou retornar a palavra à Senadora Heloisa Helena, não sem antes, senadora, prestar alguns esclarecimentos que foram solicitados pela ilustre Senadora, mas pedindo a ela que compreenda a minha posição de presidente, que realmente presidiu a reunião e não posso dizer em que condições ela presidiu, porque vamos ouvir outras testemunhas e aí então eu influenciaria nas outras. Que houve a reunião em meu gabinete. Houve.

Bom, quero dizer que, esclarecer também que, nessa questão de vazamento, fui procurado várias vezes pelo Senador Luiz Estevão, me reclamando de vazamento de notícias. Quero dizer que já recebi também, e várias vezes, o Senador Luiz Estevão e em todas essas ocasiões as questões foram absolutamente objetivas; queria saber de andamento de processo, mas manifestava alguma preocupação e assim por diante. E sempre alertei o Senador de que daria a ele e a qualquer senador e a qualquer pessoa as informações, desde que julgasse essas informações pertinentes. Não via nenhum obstáculo nisso.

É verdade também que designei o Senador Geraldo Althof, e isso também ficou claro, não vai influenciar em depoimento de ninguém, portanto posso afirmar que partiu de mim a iniciativa de designar o Senador Geraldo Althof como responsável, por parte da CPI do Judiciário, para a guarda desses documentos referentes à quebra dos diversos sigilos que foram quebrados, sigilo bancário, fiscal e telefônico.

E conversei o assunto também, esse assunto converso com senadores da comissão e outros senadores, normalmente. Isso é preciso ficar claro. E dou a palavra a V. Ex^a.

A SR^a HELOISA HELENA – Senador Ramez Tebet, o único questionamento que eu tinha feito era, como havia uma polêmica, se tinha havido uma ou duas reuniões para tratar do tema, o único questionamento que fiz foi esse: se aconteceram duas reuniões para tratar de “supostos” constrangimentos, isso precisamos saber, e quais as pessoas, assessores ou funcionários ou pessoas que trabalharam, que estiveram nessa reunião. Se o senhor não podes...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, a pergunta foi a ele e ele respondeu, agora eu tinha que completar requerimento de V. Ex^a e vou completar, porque deixei incompleto. Defiro, por se tratar de testemunhas referidas, o requerimento de V. Ex^a e também será, a exemplo do que foi requerido pelo Senador Jefferson Péres, designaremos, oportunamente, dia e hora para essas testemunhas a que V. Ex^a se referiu.

A SR^a HELOISA HELENA – Senador Ramez, foram duas reuniões para tratar do tema?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Participei de uma reunião. Agora, quero que V. Ex^a me poupe, a fim de que eu não me julgue impedido de presidir a reunião.

A SR^a HELOISA HELENA – Não. Está certo. Poderemos fazer por escrito, no sentido de que essas pessoas possam ser ouvidas também. Segundo, gostaria de aproveitar até a segunda parte dos esclarecimentos que foram feitos pelo Sr. Luiz Cláudio, exatamente porque um depoente falou em duas reuniões, o Senador Luiz Eduardo Dutra falou em duas reuniões, e como V. S^a falou só em uma, então só precisamos saber se aconteceram duas reuniões para os esclarecimentos e quais os membros dessa reunião. E aí faremos por escrito, para evitar que precise ser respondido com V. Ex^a à Mesa. A outra coisa é que a segunda parte do

posicionamento de V. S^a, Sr. Luiz Cláudio, também serviu para esclarecer que não apenas foram fofocas sobre supostos processos ou não. V. S^a esclareceu agora que realmente o Sr. Naurides(?) disse que havia essa informação de que se poderiam depois ser processados ou não. Então não eram simplesmente fofocas porque houve um servidor da Casa que relatou a V. S^a esse tipo de telefona. Então não eram apenas fofocas.

Um outro questionamento: O senhor informou também que soube que, não sei qual a fonte, e se cabe ao senhor dizer ou não, o Dr. Pereira tinha sido alertado. V. S^a disse que o alertou simplesmente como colega, porque não poderia fazê-lo formalmente. Pela sua chefia, pelo seu superior hierárquico, o senhor tem conhecimento quem era a chefia, a pessoa que alertou o Dr. Pereira, o senhor tem conhecimento dessa pessoa?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Da chefia do Dr. Pereira?

A SR^a HELOISA HELENA – Sim.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não, eu não tenho conhecimento. Era a chefia dele na época, lá do Banco Central. Eu não conheço a pessoa.

A SR^a HELOISA HELENA – Sim. Era a chefia de fiscalização, então?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não sei qual é o órgão que o Dr. Pereira estava lotado no Banco Central à época.

A SR^a HELOISA HELENA – Ah! Tudo bem. Iremos procurar saber, então.

Eu só gostaria de mais uma vez perguntar, Sr. Luiz Cláudio, o senhor realmente afirma que em nenhum momento o Sr. Massion(?), ou o Sr. Vanderlei, ou o Sr. Pereira, em nenhum momento eles fizeram considerações ou diretamente a V. S^a, ou que V. S^a tivesse tido conhecimento, de algum tipo de ameaça ou de constrangimento a essas pessoas, que não eram necessariamente da Casa.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Perfeito. Com relação a isso, o meu conhecimento é o que eu já declarei. Não tenho conhecimento a mais do que já declarei, nobre Senadora.

Com relação às fofocas, quando citei fofocas é que aqui no Senado, realmente, acontece um fato desse, no outro dia surgem milhões e milhões de versões, por isso citei as fofocas.

A SR^a HELOISA HELENA – Como o fato era de seu conhecimento e do Sr. Naurides, então ninguém poderia comentar mais.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, não ia arguir o Dr. Luiz Cláudio, mas gostaria de esclarecer uma passagem do depoimento dele.

V. S^a ao responder o Senador José Eduardo Dutra sobre um telefonema do Senador Luiz Estevão ao funcionário Naurides, ele disse que o Senador Luiz Estevão teria reclamado do vazamento de uma informação sobre documento do Banco Central. Foi isso, uma das reclamações?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – A reclamação deste telefonema foi que o Senador Luiz Estevão teria dito ao Sr. Naurides que ele recebeu um telefonema de uma jornalista, dizendo que estava de posse de um cheque, que esse cheque seria publicado no outro dia e ele queria informações se esse cheque teria vazado pela CPI.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O Senador teria mencionado possibilidade de processo judicial? É isso?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – O que o Sr. Naurides havia me dito era que o Senador estava nervoso e alertou a ele dizendo que esses vazamentos não poderiam acontecer, porque são documentos sigilosos, e que isso poderia acarretar até processos no futuro. Foi isso que foi dito.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, diante do que o funcionário Naurides disse, respondendo a uma pergunta minha, a duas, há contradição entre o depoimento entre os

dois funcionários. Isso exige ou uma reinquirição do funcionário Naurides, ou uma acareação, porque ele disse, peremptoriamente, que não teria falado - tanto quanto me lembro - não teria falado sobre vazamento e nem o Senador Luiz Estevão teria mencionado processo judicial. Ao contrário do que diz o Dr. Luiz Cláudio. Portanto, o funcionário Naurides, depois, sob juramento, e há uma contradição entre os dois depoimentos, claro, senão, peço as Notas Taquigráficas.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Posso dar uma sugestão? Chama o Dr. Naurides para fazermos a acareação agora.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Não estou dizendo qual a versão verdadeira: se a de V. S^a ou se a dele. Estou dizendo que há contradição flagrante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Consulto ao Sr. Relator se há algum requerimento específico que ele formule diante da questão levantada. Isto é, V. Ex^a quer uma acareação, requer alguma coisa ou só faz considerações?

O SR. JEFFERSON PÉRES - Eu requero a acareação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Vou deferir isto para agora.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Gostaria de perguntar ao Dr. Luiz Cláudio de quantas CPIs V. S^a participou; tanto do Senado como Mista?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Assumi a chefia das CPIs em 1995. Já houve sete CPIs de lá para, sendo que duas não tiveram curso, que foi a CPI do Sistema Financeiro, em 1996, e a CPI das Pesquisas, que também houve duas, três reuniões, não teve relatório. Mas, especificamente participei da de Títulos Públicos, que é os Precatórios, a CPI do Judiciário, a CPI dos Bancos, com a coordenação da Cleide, e a CPI da Mineração. Antes disso, porque nas comissões, sempre trabalhamos em equipe. Na época da CPI do PC, a Dr^a Cleide era Diretora e ela requisitou-me para fazer um levantamento de toda a documentação sigilosa para ser encaminhada ao Ministério Público; foram quinze dias diuturnos dentro do Senado. Foi a minha primeira experiência em CPI.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - De 1995 para cá, foram cinco ou seis. Foi a única de que participou envolvendo um parlamentar, ou que havia referência a parlamentar.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Houve uma CPI que ensejou um processo contra o Senador Ronaldo Aragão, mas não tive participação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não participou?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Não participei. Além dessas CPIs, o meu setor é responsável pelas Comissões Especiais também. Tem aí várias.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Estou me referindo especificamente à CPI.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Peço ao Dr. Naurides que tome assento à Mesa. Peço ao Relator que esclareça, e à defesa também no mesmo sentido, qual é o ponto julgado controverso para a referida acareação.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Sr. Naurides, no seu depoimento, ao responder a duas perguntas minhas - infelizmente ainda não temos as notas taquigráficas, mas tanto quanto me lembre - o senhor respondeu que nas suas conversas com o Senador Luiz Estevão, telefônicas ou não, S. Ex^a não tinha reclamado de vazamento de documento. O senhor disse que não. Em seguida, perguntei a V. S^a se o Senador Luiz Estevão, em algum momento, havia feito menção a possíveis ações penais, processos judiciais contra funcionários da CPI. V. S^a respondeu que não, e o testemunho Luís Cláudio disse, há pouco, que sim. Disse que V. S^a, num desses telefonemas do Senador - se eu estiver incorreto, o Dr. Luís Cláudio me corrija, por favor - após um desses telefonemas, comunicou a ele que o Senador Luiz Estevão tinha reclamado do vazamento de um documento, de um possível vazamento - tinha recebido informações de que uma jornalista já sabia - de um documento do Banco Central; e que o Senador teria mencionado possíveis processos judiciais, sim, contra os autores do vazamento.

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Senador, inicialmente, quando V. Ex^a fazia as perguntas, eu não estava entendendo bem o sentido. Eu não quis entrar em detalhes porque justamente achei que não era relevante, e o Dr. Luís Cláudio iria depor e falaria esses detalhes que nós tivemos. Tudo que ele falou eu confirmei que aconteceu, sobre o telefonema do Senador Luiz Estevão. O Senador, inclusive, não ligou para mim, ligou para ele, Luís Cláudio. Como o Luís Cláudio não se encontrava no Senado, o Senador pediu, então, fez essas perguntas. Eu não estava nem entendendo essa história desse cheque, mas S. Ex^a falou que estava nas mãos do jornalista assim, assim, assado. Eu até fui categórico, disse ao Senador: Senador, o senhor pode ter certeza de que daqui não está saindo nenhum vazamento de informação. Ainda fui, ri até para ele, e disse: Senador, pode ter certeza de que somos funcionários antigos do Senado, já tenho 17 anos de Senado, trabalhamos em CPI, temos experiência; estou até estranhando que esses jornalistas tenham esse documento, porque nós não temos conhecimento desse vazamento.

Disse para V. Ex^a anteriormente: o Senador Luiz Estevão ameaçou? Não. Foi os termos que o Luís Cláudio já informou aqui. Disse sobre futuros processos, mas não disse vou processar, estou processando, vocês estão encarregados de ser processado. Até estranhei depois, quando teve a reunião - tenho conhecimento só de uma - eu não estava em Brasília, não participei dessa reunião, estava em Manaus em diligência para a Comissão, ...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ou seja, Sr. Naurides, o senhor, no momento em que lhe fiz a pergunta, as duas perguntas, não tinha esquecido, o senhor apenas disse que não. Por que disse que não se o fato era verdadeiro?

O SR. FRANCISCO NAURIDES BARROS – Não entrei em detalhes porque o Dr. Luís Cláudio iria falar e entraria nos detalhes. Não sei dos detalhes como ele sabe de todo o decorrer da coisa, porque a minha parte na CPI era só um apoio. Tanto é que na mesma hora comuniquei ao Dr. Luís Cláudio.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, a testemunha negou fato verdadeiro. Era só o que eu queria constatar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Penso que V. Ex^a tem razão, mas **data venia** a sessão está sendo gravada e depois nós teremos as notas taquigráficas. Concedo, como concedi à defesa, porque ele não está sendo reinquirido, é sobre o ponto controverso; pergunto à Defesa: V. Ex^a quer se manifestar?

O SR. FELIPE AMODEO – V. Ex^a obliterou involuntariamente o retorno da Defesa ao questionamento, atendendo, com justiça, ao Sr. Relator, que queria fazer a acareação. Portanto a Defesa ainda não vou voltar à inquirição do Dr. Luís Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, estou me referindo pela acareação...

O SR. FELIPE AMODEO – Relativamente ao ponto controverso, a Defesa nada tem a requerer porque não vê nenhum ponto controverso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Então dispenso a testemunha, o Sr. Naurides, e V. Ex^a tem a palavra para... parece-me que há uma inscrição...

O SR. JOSE EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, quero saber se cabe alguma pergunta ao Sr. Naurides sobre o ponto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Penso que ele já depôs, só se ele quiser, Senador. Não quero ser muito intransigente, mas ele foi chamado para uma acareação sobre um ponto controverso; ele falou sobre o ponto controverso, por quem pediu, que foi o Relator. Já dei a palavra à defesa. V. Ex^a quer reinquiri-lo outra vez? No momento da outra vai dar..., ele vai ficar aí e depois o chamo então, senão vai ficar muito confuso nas notas taquigráficas. Ele voltará aqui, porque não dispensei nenhuma testemunha que foi ouvida. Não é isso?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero fazer a pergunta em função de que ele confirmou o que disse o Dr. Luís Cláudio. Então quero fazer uma pergunta sobre isso. Não precisa ser agora necessariamente.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Está esclarecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A defesa é a última a falar no que estabelecemos. O Senador José Eduardo Dutra está inscrito? (Pausa) Não. Já falou. Então retorno a palavra à defesa.

Por gentileza, o ilustre advogado, para as suas perguntas.

O SR. FELIPE AMODEO - O Dr. Luiz Cláudio de Brito pode esclarecer se o documento que cuidadosa e zelosamente trouxe à colação e conhecimento deste Conselho, que é um ofício subscrito pelo Senador Luiz Estevão, se este documento tem algum número específico no alto, à esquerda, se pode identificar esse documento, por gentileza.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – É um ofício GSLE nº551/99, de 16 de junho de 1999.

O SR. FELIPE AMODEO – Excelência, para fazer o registro que este mesmo documento já está juntado pelo próprio Senador Luiz Estevão, junto à sua defesa, às folhas 769-770 dos autos ora em exame.

De resto, Excelência, tão-só por absoluto dever de ofício, Sr. Presidente, não pode passar sem registro da defesa que a inquietação, a preocupação manifestada pelos Senadores sucessivamente, com relação à precariedade ou impropriedade do rito, é para a defesa absoluta perplexidade, aliás já manifestada nas preliminares que argüi na defesa do Senador Luiz Estevão, pelo que se associa, a Defesa, integralmente a todas as manifestações que demonstram ou indicam a precariedade do rito, que pode resultar no pecado de não termos um devido processo legal. Tanto mais - e me socorre o Dr. Rogério Marcolino -, porque o desenvolvimento, a partir desta audiência, invocando necessidades de novas provas, algumas absolutamente pertinentes, porque decorrentes da prova ora produzida pela Defesa, mas outras tantas, como convocação generalizada de tantas ou quantas pessoas que participaram dessa ou daquelas reuniões, implica a claríssima compreensão de que a representação que ora se processa deverá ser tratada, sim – desculpe a Defesa –, nas preliminares técnicas arguidas como denúncia.

Não é agora que se vai instruir a Acusação. A Acusação já fez o seu papel. A Defesa já fez o seu. Os magistrados, agora, integrantes deste conselho, professam o seu entendimento relativamente à prova que venha a ser produzida, mas, seguramente, não há que se fazer, agora, a complementação da imputação que já está feita, e, sim, o esclarecimento desses magistrados.

De resto, e como último registro, o que espera essa Defesa, Sr. Presidente, Sr. Relator, é tão-somente conseguir igual competência na preservação dos direitos e garantias do cidadão Luiz Estevão, do Senador Luiz Estevão, como ele as conseguiu com o requerimento - direito constitucional que lhe é assegurado - dirigido à CPI do Judiciário, nas palavras claras da testemunha aqui presente, com a idoneidade e autoridade que lhe presta ao seu depoimento, resolver o problema dele.

Mais nada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As palavras de V. EX^a estão registradas. Elas não são objeto de nenhum requerimento, portanto, a Mesa não tem nada a decidir, a não ser reafirmar-lhe que a Defesa não será colhida, em nenhum momento, de surpresa. Será sempre intimada de todos os atos da Comissão com a antecedência necessária.

Consulto ...

O SR. AMIR LANDO - Sr. Presidente, tenho uma pergunta a fazer ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Trata-se de uma questão de ordem?

O SR. AMIR LANDO – Não, é apenas é uma pergunta ao depoente se ainda houver tempo. Se não houver mais tempo, porque essa falta de uma

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Chamo a atenção da Defesa, porque o Senador Amir Lando pede a palavra para uma pergunta. Então, chamo a atenção da defesa no sentido de que ele está fazendo uma pergunta.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, eu gostaria de saber do depoente, já que ele mencionou que houve constrangimento em dado momento na Comissão de Inquérito, se esse constrangimento versava sobre a investigação em si, ou sobre mais do ponto vista – agora, é importante – de juízo de valor também, ou se, naquele momento, dizia mais respeito aos incidentes relativos ao sigilo bancário.

Essa questão incidente sobre o sigilo bancário é um ponto de conflito permanente. A CPI do PC foi, durante todo o tempo, objeto desse tipo de incidente.

Pergunto o seguinte: esse constrangimento versava, se dirigia, se endereçava mais à questão do sigilo ou sobre os trabalhos em si, que implica, inclusive, a investigação do Senador Luiz Estevão?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. EX^a entendeu a pergunta?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Sim

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, por gentileza, a testemunha tem a palavra.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – O constrangimento aconteceu porque, logicamente, toda a assessoria, a partir daquele momento, ficou receosa de acontecerem outros vazamentos e, no futuro, sermos processados realmente. Por quê não? Se a guarda era principalmente da minha responsabilidade, e eles estavam trabalhando comigo na mesma sala e com clara preocupação nossa, porque, na medida em que havia servidores do Senador José Eduardo Dutra - que todo mundo sabe que são divergentes politicamente do Senador Luiz Estevão -, esses vazamentos poderiam vir a ocorrer novamente. Então, realmente, ficamos sobressaltados devido a esses fatos, mas eu afirmo e reafirmo: depois dessa reunião que tivemos com o senhor presidente, as soluções tomadas foram sanadas.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, faço, então, a pergunta, ao depoente, de outra maneira para deixar claro esse ponto. A coisa, para mim, ainda deixa um ponto obscuro. Em síntese, o que, no seu sentir - agora é sentimento, porque para entender temos que sentir -, estava em jogo? O Senador Luiz Estevão queria, com isso, impedir a investigação sobre si ou impedir o vazamento do sigilo bancário?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Bom, Ex^a, eu não posso responder...

O SR. AMIR LANDO – Eu falo por V. S^a. V. S^a tinha que ter o sentimento de uma coisa ou da outra. Nesse momento, V. S^a, o depoente, sentiu o quê? Que, naquele momento, a intenção era de vedar a investigação ou vedar os incidentes a respeito do sigilo bancário? Essa é a minha pergunta, a mesma, mas agora parece mais explícita.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Não posso falar por S. Ex^a o Senador Luiz Estevão, mas o que me passou no momento foi a preocupação de S. Ex^a com os vazamentos e possíveis futuros vazamentos.

Acho que a coisa tem que ficar muito clara. Eu participei, nós participamos, o Senado cassou um Presidente da República e não ia ser um problema com um Senador que iria diminuir qualquer tipo de nossas atribuições. Acho que isso é uma questão de bom senso da Casa.

O SR. AMIR LANDO – É, nesse ponto, eu gostaria de dar meu depoimento. Acho que nós tivemos talvez uma das CPIs menos estriptosas e contamos com o trabalho da Casa, que é fundamental. Evidente, imagino que, como havia sobre o Senador, as pressões eram gerais, amplas e gerais, e essas pressões não impediram que a Casa - por meio dos seus servidores e da nossa assessoria, a Cleide estava aqui, era uma das nossas assessoras principais - prosseguisse e chegasse ao desiderato que chegou. Sei que pressões não faltaram, porque aqui estava permanentemente toda a assessoria do Palácio do Planalto e, naquele momento, é evidente que havia uma pressão.

Mas a minha preocupação, para ser justo e correto, é saber se nesse momento houve uma tentativa de intimidação contra as investigações em si ou mais restrita à questão do sigilo. Claro, o sigilo está sob guarda. Ele é quebrado, mas está evidentemente mantido por aquelas

pessoas que são responsáveis pela guarda. Nesse ponto é clara a lei, é clara a doutrina, é clara a jurisprudência.

Gostaria de saber disso porque tenho de fazer um juízo de valor, eu preciso fazer um juízo de valor. E, no depoimento de V. S^a, ficou um pequeno momento de dúvida. Agora, os esclarecimentos de V. S^a nesse ponto, parece-me que esclarecem o que eu precisava entender.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho que não há mais nada a tratar, a não ser consultar a defesa, porque ela é sempre a última a fazer perguntas. O Senador Amir Lando formulou, não sei se S. Ex^a deseja formular outras perguntas.

O SR. AMIR LANDO – Sim, perguntas complementares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes, Senador Amir Lando, quero dizer a V. Ex^a, para deixar bem claro diante da Casa, que todos sabem como a CPI trabalhou num ponto. Eu não quero entrar no mérito. Essa questão de vazamento, muita gente estava... Eu procurei fazer o que pude como Presidente, ciente das responsabilidades, fomos alertados inclusive por autoridades. Acho que a coisa acabou transcorrendo normalmente, embora houvesse reclamações de vazamento e tudo mais. Fiz tudo, recebi telefonemas, o Senador Luiz Estevão telefonou várias vezes reclamando disso; outros Senadores também me procuravam e eu conversava com todos, até que, no fim, não sei... O Senador Geraldo Althoff prestou um grande serviço, permaneceu presente aqui. Pedia licença até... Não que devesse pedir licença à Mesa, mas informava até que ia viajar.

O SR. AMIR LANDO – Eu queria dizer a V. Ex^a que não há, de minha parte, nenhuma repreensão a este ponto. Sei o que é pressão e sei o que é manter o sigilo bancário. Evidente que na minha Comissão vazou. E devo dizer a V. Ex^a que não tomamos essa providência mas existiam Parlamentares que eram encarregados da guarda do sigilo. E para minha surpresa, esses Parlamentares não forneciam, muitas vezes, o documento de maneira sigilosa, mas explicitamente na televisão davam entrevistas sobre dados sigilosos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra a defesa.

O SR. FELIPE AMODEO – Sr. Presidente, o depoente teria mencionado essa figura do Sr. Pereira, e de certo modo chamar a atenção acreditando na sua, dele Pereira, boa-fé, a propósito de providência que ele tomava. Então, só para complementar, e eventualmente não ser necessário o retorno do depoente para eventual acareação, mas deixando desde logo claro, se o depoente se recorda em que dia ou se poderia ser no dia 17 de julho que o Sr. Pereira teria feito uso de instalações da Comissão para passar um fax para o Banco Central?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO - Não me recordo.

O SR. FELIPE AMODEO – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite que faça chegar às mãos do depoente documento que me chega agora às mãos para que ele identifique se teria sido este o documento do Sr. Pereira?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Permito. E pergunto a V. S^a se esse documento é para ser juntado ou não.

O SR. FELIPE AMODEO – Sí, para juntada tão logo ele identifique a origem do fax, etc, e a data do documento especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho que a Defesa tem todo o direito de exigir este documento. Então, peço à testemunha se tem condições de responder à pergunta formulada pela Defesa à vista do documento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – O número do fax é o da minha sala: 311-1176.

O SR. ROMEU TUMA – É da sala do sigilo?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – É da sala da CPI do Judiciário: (061) 311-1176.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Passo o documento para exame do Relator.

V. Ex^a tem mais alguma pergunta?

O SR. FELIPE AMODEO – Se o depoente pode identificar, à vista do documento, se ele efetivamente corresponde à data do dia 17 de julho, sábado, e se a CPI estava em recesso nesse momento?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – É dia 17. Eu não me recordo se o dia 17 é um sábado. Mas se for sábado realmente não estávamos trabalhando.

O SR. FELIPE AMODEO – Eu chamo à atenção do depoente para a data, que é mês de julho, se não estava em recesso a CPI neste momento?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – A CPI do Judiciário, a Relatoria continuou com os seus trabalhos em julho e a parte administrativa, a Secretaria, não tinha funcionamento administrativo.

O SR. FELIPE AMODEO – Sem buscar qualquer ampliação, mas para deixar absolutamente clara a intervenção do Sr. Pereira de que já teria sido guindado à condição de testemunha de fato futuro a depor, etc., se a remessa deste documento ao Banco Central pedindo providências era uma deliberação isolada do Sr. Pereira, a seu bel-prazer, ou uma determinação da CPI do Judiciário, uma decisão colegiada, com império da CPI do Judiciário?

O SR. LUIZ CLÁUDIO DE BRITO – Quando obtive a informação de que ele teria feito esse fax, teria solicitado esse fax, ele me informou que foi a pedido do Senador José Eduardo Dutra, tanto que alertei, e levei ao conhecimento do Sr. Presidente Ramez Tebet, na época, que eram fatos que ainda não tinham sido objeto de deliberação do Colegiado.

O SR. FELIPE AMODEO - Muito obrigado, Sr. Presidente. E mais nada.

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente, só gostaria de ter acesso ao fax, para saber exatamente qual o telefone que endereçou esse fax aqui agora. Como o fax chegou aqui agora? Não entendi porque o fax aqui para ser juntado aos autos. E de onde?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esclareço à Senadora Heloisa Helena que a Mesa não tem condições nem nós nem um Senador. Eu sei, entendo a pergunta de V. Ex^a, mas só que o documento foi exibido à Mesa e, portanto, mais à testemunha do que à Mesa, mas a Mesa admitiu, a pergunta foi exibida pela Defesa. Como ela teve o documento ...

A SR^a HELOISA HELENA – Não, claro! Não tem nenhum problema. Só quero ter acesso ao fax também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim.

(Intervenção fora do microfone)

A SR^a HELOISA HELENA – Não, com certeza todos terão conhecimento, até lógico, foi enviado pelo Banco OK, aqui tem os números de contato e ai, com certeza, se alguém tiver a mesma “curiosidade” minha, terá acesso também.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Advogado de Defesa, segundo V. Ex^a, esses documentos estão nos autos?

O SR. FELIPE AMODEO – Perdão, Senador, não comprehendi.

O SR. ROMEU TUMA – Só quero saber se estão nos autos. / /

O SR. FELIPE AMODEO – Está agora, Excelência, juntado pela Defesa, apresentado em Mesa e requerido ao Presidente que defira; foi juntado e a oitiva das testemunhas.

O SR. ROMEU TUMA – Achei que estava na CPI pelo esclarecimento que o Dr. Luiz Cláudio fez anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - É que a observação do Senador Romeu Tuma, ilustre Advogado, Dr. Felipe, é a seguinte: como a defesa juntou muitos documentos, se esse documento já estava?

O SR. FELIPE AMODEO – Não, Excelência, esse documento foi trazido agora pela

Defesa, daí por que o requerimento ao Presidente para a juntada, senão teria nominado a página em que estava.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. FELIPE AMODEO – Assim como referi que o ofício anterior já estava juntado pela Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senadora.

A SR^a HELOISA HELENA – Estou solicitando uma cópia, que V. Ex^a autorize que seja retirada uma cópia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou despachar o documento, Senadora, e V. Ex^a terá a cópia junto com o meu despacho, que eu estou admitindo a juntada desse documento aos autos.

Antes de encerrar, vou designar uma próxima reunião.

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

A SR^a HELOISA HELENA – Depois eu, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, primeiro, solicito que V. Ex^a dispense a testemunha, porque

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A testemunha agradece e a Presidência também pela lembrança.

Temos alguns outros processos para examinar e temos que decidir sobre...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Há uma questão que, a meu ver, não está muito clara: qual o encaminhamento a CPI vai dar. Gostaria de falar na presença do Senador Luiz Estevão, conforme tem sido o meu procedimento.

Em primeiro lugar, não está muito claro como vai ser o encaminhamento quanto às testemunhas. O advogado de defesa fez uma intervenção no sentido de que no entendimento dele há uma certa perplexidade em relação ao fato de que não cabe mais apresentação de testemunhas. Para mim não ficou muito claro qual o encaminhamento que a Comissão vai dar sobre isso. Como recebemos um ofício do advogado de defesa para o Presidente da Comissão sobre testemunhas que haviam sido listadas por ele, sugerindo que o procedimento fosse feito através de ofício, não sei se cabe requerimento de nova testemunha. Em caso positivo, – não sei se é este o momento de se discutir – como há nessa relação uma série de Parlamentares, Senadores e Deputados, que, pela minha percepção, são Presidentes e Relatores da Comissão de Orçamento, gostaria que, sendo possível, fosse escutado também o Deputado João Fassarella como testemunha. Essa é a primeira questão.

A segunda questão, Sr. Presidente, é que há uma coisa cujo encaminhamento a Comissão vai ter que decidir, porque não costumo ler cartas de jornais, cartas endereçadas ao jornal – só faço isso quando encaminho uma carta para um jornal e quero verificar se ela foi publicada ou não. Entre os documentos apresentados pela Defesa, há cópias de carta de jornal, e algumas dela se referem a mim. E entendo que esta Comissão de Ética terá que discutir como tratar esse assunto, porque são documentos apresentados formalmente pela Defesa, documentos que se referem a mim. E eu estou cobrando que a Comissão se posicione.

O primeiro foi uma carta ao jornal **O Globo**, de 29 de outubro de 1999, onde o Senador Luiz Estevão contesta uma informação da coluna de Ricardo Boechat e diz: “O Senador José Eduardo Dutra, este sim, é um verdadeiro agente infiltrado dentro da Comissão, mais interessada em trabalhar sob as luzes da mídia do que para o sucesso das investigações da denúncia.”

Carta endereçada à revista **Veja**, em 22 de novembro de 1999: “Quem feriu o decoro foi o Senador José Eduardo Dutra ao vazar para a imprensa incontáveis informações protegidas pelo sigilo constitucional.”

Carta encaminhada à revista **IstoÉ** : “Quem vazava informações da CPI, inclusive

protegidas por sigilo constitucional, era o Senador José Eduardo Dutra, que por isso deveria ser processado por quebra de decoro."

Carta encaminhada ao Jornal da Comunidade : "Ao contrário, o Senador José Eduardo Dutra foi quem se incumbiu de sucessivamente quebrar o sigilo de documentos e investir contra o decoro parlamentar, fazendo vazar informações confidenciais para a imprensa. São essas, Sr. Presidente, as cartas encaminhadas pelo Senador Luiz Estevão, a órgãos de imprensa, que poderiam ter se perdido simplesmente pelo fato de terem sido publicadas ou não, mas que S. Ex^a as encaminha, formalmente, para a Comissão. Entendo que a Comissão, em algum momento, terá que discutir esse encaminhamento. Em segundo lugar, quero fazer um registro, até por que foram dadas informações a respeito de servidores que trabalham comigo, que estavam credenciados junto à CPI. Credenciados desde o início da CPI, antes, portanto, de que surgisse qualquer informação, ou fato, ou denúncia que envolvesse o Senador Luiz Estevão. Estavam credenciados desde o início, como era de praxe em CPIs anteriores, em que os Parlamentares que realmente se dedicam aos trabalhos para os quais foram indicados procuraram credenciá-los. Quero registrar que esses assessores, que haviam sido credenciados, deixaram de ser credenciados a partir do momento em que houve aquela deliberação de centralizar informações sobre o sigilo. Registro que não fui o único Senador, membro da CPI, que teve assessores credenciados; registro que não há – e aí pode-se fazer o levantamento no material da imprensa - nenhum órgão da imprensa escrita que tenha publicado documentos sigilosos da CPI. Há informações. Não há nenhum órgão que tenha publicado documentos de caráter sigiloso - solicito que possa até se fazer esse levantamento. O único órgão que publicou, que mostrou documentos sigilosos, especificamente o único órgão que mostrou cheques foi a **Rede Globo** de televisão - e aí se poderia verificar se essa gravação foi feita ou não nas instalações internas da CPI e quem a autorizou. Então, apenas esse registro em relação aos funcionários. Espero que a Comissão, não agora, mas em momento que considerar adequado, discuta o encaminhamento que vai dar à matéria que faz parte da defesa, que foi apresentada formalmente e oficialmente pelo Senador Luiz Estevão, a respeito dessas acusações contra mim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, cumpre-me prestar alguns esclarecimentos a V. Ex^a, não sem antes dizer que a sua preocupação, evidentemente, é legítima e justa. No que concerne à juntada de recortes de jornais, por parte da defesa, referindo-se a V. S^a, a Mesa quer esclarecer que este Conselho de Ética só vai verificar os fatos constantes da representação. Qualquer outra coisa é iniciativa política ou de outra natureza dos Srs. Senadores da República, porque senão vamos viver num processo interminável. Esse processo que estamos examinando não comporta isso. Daí por que respondo com muito mais razão à outra preocupação de V. Ex^a no que concerne à publicação de cheques pela **Rede Globo** de televisão, se foram feitas dentro da Casa ou não. Não vou, a não ser que haja um requerimento, e aí deve ser dirigido à Mesa, porque a CPI do Judiciário já acabou, qualquer sindicância nesse sentido precisa ser requerida. Acho que não é o Conselho de Ética o competente para fazer essa sindicância, mas sim a Mesa do Senado, se for o caso. Com relação ao procedimento, volto a afirmar, evidentemente, vamos ter que pautar por, todos, estarmos reconhecendo uma deficiência na legislação do Senado da República. Nós vamos trabalhar com bom senso, nós vamos trabalhar dentro dos princípios, dentro das regras processuais que norteiam... As testemunhas que deferi foi porque elas foram testemunhas referidas. Entendo que não podemos chegar e ficar artolando a testemunha a toda hora, porque aí não vamos acabar com o processo. Seria um processo protelatório, o que, aliás, temos que evitar. Sem fazer o julgamento, decidir essa questão e outras, sem afoiteza, mas não podemos permitir uma protelação a não ser aquela. Eu sei que o objetivo de V. Ex^a, mais do que ninguém, é esse. Daí porque, por exemplo, eu admiti as testemunhas – é bom esclarecer – porque são testemunhas referidas, testemunhas que participaram dos trabalhos da Casa. Vamos admitir, acho que isso não vai acontecer, é claro, mas só para ser didático, e aí não tenho nenhuma resposta para V. Ex^a, que se arrole uma testemunha para ser ouvida de tal e qual jeito.

Antes de conceder a palavra ainda tenho outro esclarecimento que gostaria de prestar a V. Ex^a. Acho que V. Ex^a não estava aqui nessa hora. Nós concedemos o prazo de 48 horas para as testemunhas objeto do requerimento da defesa, que são os Ministros do Tribunal de Contas e Parlamentares serem ouvidos a respeito por pergunta que a defesa já fez e o Conselho tem, por cada um de seus membros, o prazo de 48 horas; portanto, até sexta-feira para formular alguma pergunta para enviarmos tudo junto e pedir às pessoas que respondam com a maior brevidade possível, tal qual foi o requerimento do eminentíssimo Relator.

Devolvo a palavra a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Apenas para uma informação. A testemunha que estou propondo, o Deputado João Fassarella, é citado na representação. Ele não foi citado aqui a partir depoimentos de outras testemunhas, mas é citado na representação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou deferir essa testemunha até porque se trata de um parlamentar e ela foi objeto aqui de questionamentos vários. Vou ouvi-la da mesma forma, por ofício.

Agora eu digo a V. Ex^a que formule a pergunta e que a defesa também formule a pergunta que entender necessária.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, nesse sentido eu acho que nós, hoje, na ausência de outra legislação, temos o Código do Processo Penal que se aplica subsidiariamente em qualquer procedimento. Nós teríamos que pautar realmente esse processo tanto quanto possível, ajustando-o adequadamente aos princípios gerais e aos procedimentos do Código do Processo Penal. O Relator deve agir dentro do que é ser o Relator do processo e automaticamente as deliberações serão feitas pelo Plenário. Só há o Plenário aqui em termos de deliberações. Acho que seria esse o procedimento mínimo.

Era essa a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem.

Pois não.

O SR. FELIPE AMODEO – Por uma questão de lealdade, eu anteciparei a V. Ex^a o posicionamento da defesa com relação ao testemunho requerido do Deputado Fassarella. A Resolução nº 20 é absolutamente clara em seu art. 15, quando comete a constituição de uma comissão de inquérito para proceder às investigações necessárias ao processamento da representação. Logo a seguir, no inciso IV do art. 15º se diz que “apresentada a defesa”...Ora, essa testemunha foi referida sim na acusação. Não foi requerida quando da acusação. A defesa toda se estrutura em cima de uma acusação, com enorme dificuldade, Sr. Presidente, porque a acusação, exatamente porque vaga, dificulta enormemente o trabalho da defesa. Se ela continuar a ser acrescida de condimento que até aqui não tinha, cada vez que isso acontecer, Excelência, eu serei obrigado a reiterar o pedido ao Sr. Presidente de devolução do prazo à defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Ex^a, esteja certo de que isso não vai acontecer. A opinião do Deputado José Fassarella a Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário já sabe. Então, não vou recusar... Não, a fala dele. A informação dele consta dos Anais da CPI do Judiciário. Por isso, já que eu vou enviar ofício aos outros, vou enviar... Aliás, é uma

Aliás, é uma alternativa que está se dando até à Defesa, porque ele já se pronunciou de várias formas. Isso consta dos Anais da CPI do Judiciário. Só que a Defesa vai ter a oportunidade de reinquiri-lo por ofício.

O SR. FELIPE AMODEO – A Defesa, Sr. Presidente, só está tendo a lealdade de noticiar a V. Ex^a que vai requerer a devolução do prazo para oferecer nova Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. V. Ex^a pode até requerer. Agora, se eu vou deferir ou não, é outra conversa.

O SR. FELIPE AMODEO – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Ex^a... Eu dou, assim,...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu propus essa testemunha em função de que há outras que estão sendo propostas. Quer dizer, se a Defesa entende que isso pode ser questionável, cabe à Comissão depois analisar. Mas, então, se vale para um, vale para todos. Vamos ouvir só as testemunhas que já foram arroladas pela Defesa e ponto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Bom, aí..

A SR^a HELOISA HELENA – Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem gente que não concorda, e acho que é assunto que eu já deferi.

A SR^a HELOISA HELENA – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sobre o que deferi, não posso voltar atrás, porque isso inclusive foi objeto pelo menos de manifestação tácita do Plenário, e eu não posso decididamente voltar atrás. Se V. Ex^a insistir no depoimento do João Fassarella... Vamos fazer assim: se V. Ex^a formular perguntas ao Deputado João Fassarella até sexta-feira, ele será oficiado; senão, ele não será oficiado. E aí, eu encontrei o tempo para atender. Agradeço a presença de todos que colaboraram conosco: a imprensa falada, escrita, televisada, aos funcionários do Senado. E a próxima reunião será oportunamente designada. Eu ia marcá-la hoje, mas considerando que a maior parte dos Srs. Senadores já se retirou, então vou marcar oportunamente a próxima Reunião do Conselho.

DOCUMENTOS PERTINENTES À 4^a REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REPRESENTAÇÃO N^o 2, DE 1999

Para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, apresentada pelo PT, por seu Presidente; PDT, por seu Vice-Presidente; PSB, por seus Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; PPS, por seu Presidente; PC do B, por seu Presidente; PV, por seu Líder na Câmara dos Deputados; e o PL, por seu Líder na Câmara dos Deputados.

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

Nome completo?

FRANCISCO NAURIDES BARROS

Identidade?

12271 - SSP/RO

Idade?

60 ANOS

CPF?

010.393.542-49

Estado Civil?

SOLTEIRO

Residência?

SEN 416 Bloco B - APTO. 306

Profissão?

FUNCIONÁRIO PÚBLICO

Local onde exerce sua atividade atualmente?

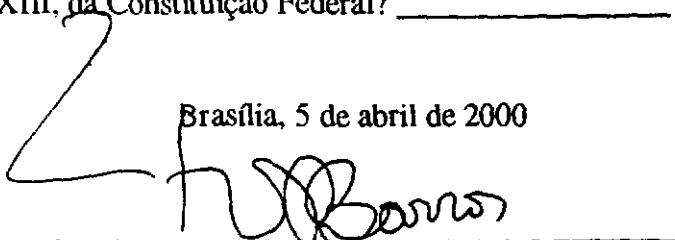
SENADO FEDERAL

É parente, em algum grau, de parte envolvida?

NÃO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? _____

Brasília, 5 de abril de 2000



Assinatura

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**REPRESENTAÇÃO N° 2, DE 1999**

Para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, apresentada pelo PT, por seu Presidente; PDT, por seu Vice-Presidente; PSB, por seus Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; PPS, por seu Presidente; PC do B, por seu Presidente; PV, por seu Líder na Câmara dos Deputados; e o PL, por seu Líder na Câmara dos Deputados.

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

Nome completo?

Dulcicleide J. Ribeiro Calheiros

Identidade?

58c 841 552/04

Idade?

39 anos

CPF?

385.345.761-49

Estado Civil?

Divorciada

Residência?

BL 26 conj. 200005, Guri II

Profissão?

Técnica Pública Federal

Local onde exerce sua atividade atualmente?

PT do Senado Federal

É parente, em algum grau, de parte envolvida?

Não

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? Sim

Brasília, 5 de abril de 2000

Dulcicleide J. Ribeiro Calheiros

Assinatura

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**REPRESENTAÇÃO N° 2, DE 1999**

Para apurar quebra de decoro parlamentar do Senador Luiz Estevão de Oliveira Neto, apresentada pelo PT, por seu Presidente; PDT, por seu Vice-Presidente; PSB, por seus Líderes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; PPS, por seu Presidente; PC do B, por seu Presidente; PV, por seu Líder na Câmara dos Deputados; e o PL, por seu Líder na Câmara dos Deputados.

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

Nome completo?

Luiz Cláudio de Brito

Identidade?

290.907 - SSP/DF.

Idade?

45 ANOS

CPF?

084.221.501-82

Estado Civil?

CASADO

Residência?

SNPW - Q. 26 - CJ 5 - 11.12.2. Fe. 0

Profissão?

Funcionário Público - Administrador

Local onde exerce sua atividade atualmente?

SENADO FEDERAL

É parente, em algum grau, de parte envolvida?

NÃO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? SIM

Brasília, 5 de abril de 2000

Luiz Cláudio de Brito

Assinatura

Of./GSLE/N.º 551 /99

Brasília, 16 de junho de 1999.

Tendo o de feste exibido
este ofício, durante o seu de-
pimento, junta-se aos autores, ofício
ser mostrado aos Srs. Senadores, para
litura. Em, 05/4/2000
Eminente Senador


Solicito a Vossa Excelência que nos sejam informados os nomes, matrículas e relação funcional dos servidores responsáveis pelo recebimento, guarda e análise dos documentos encaminhados pelo Banco Central do Brasil, e outras instituições financeiras, decorrentes da transferência do sigilo bancário para essa CPI, decorrentes do Ofício nº 046/99 – CPI – “Justiça”, e de seus desdobramentos.

Atenciosamente,



Senador LUIZ ESTEVÃO

Excelentíssimo Senhor
Senador RAMEZ TEBET.
Presidente da CPI do Judiciário

Rebatizado no Gabinete no
Sábado 16/06/99
14:12h
Ribeirão

2262733

GRUPO OK

461 P01

APR 05 '00 1

1. Exibido em reunião da dia 05/4/00
 2. Foste-se En 05/4/00

CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS FEITOS PELAS EMPRESAS DO GRUPO MONTEIRO DE BARROS NO BANCO OK.

Empresa	Data e vencimento	VALOR	GARANTIA AVALISTAS	VALOR DA PROMISSÓRIA
IKAL	04/09/95 - 03/11/95	R\$ 750.000,00	NOTA PROMISSÓRIA AVALIADA POR FABIO MONTEIRO DE BARROS E MONTEIRO DE BARROS EMPREENDIMENTOS E UM PENHOR PECUÁRIO	R\$ 750.000,00
IKAL	26/01/96 - 27/03/96	R\$ 600.000,00	NOTA PROMISSÓRIA AVALIADA POR FABIO MONTEIRO DE BARROS E MONTEIRO DE BARROS EMPREENDIMENTOS E UM PENHOR PECUÁRIO	R\$ 750.000,00
IKAL	24/04/96 - 23/07/96	R\$ 500.000,00	NOTA PROMISSÓRIA AVALIADA POR FABIO MONTEIRO DE BARROS E MONTEIRO DE BARROS EMPREENDIMENTOS E UM PENHOR PECUÁRIO	R\$ 579.501,18
IKAL	26/07/96 - 27/12/96	R\$ 500.000,00	NOTA PROMISSÓRIA AVALIADA POR FABIO MONTEIRO DE BARROS E MONTEIRO DE BARROS EMPREENDIMENTOS E UM PENHOR PECUÁRIO	R\$ 580.701,86
IKAL	07/04/97 - 06/10/97	R\$ 600.000,00	NOTA PROMISSÓRIA AVALIADA POR FABIO MONTEIRO DE BARROS E MONTEIRO DE BARROS EMPREENDIMENTO	R\$ 783.656,64
IKAL	06/10/97 - 05/01/98	R\$ 1.310.985,69	NOTA PROMISSÓRIA AVALIADA POR FABIO MONTEIRO DE BARROS E JOSÉ EDUARDO FERRAZ	R\$ 1.600.000,00
IKAL	05/01/98 - 10/12/98	R\$ 1.560.000,00	NOTA PROMISSÓRIA AVALIADA POR FABIO MONTEIRO DE BARROS E JOSÉ EDUARDO FERRAZ	R\$ 2.595.070,20 OBS. O PAGAMENTO FOI PARCELADO E NÃO CONSTA QUE TENHA SIDO LIQUIDADO
IKAL	26/11/98 - 28/12/98	R\$ 300.394,12	NOTA PROMISSÓRIA E CAUÇÃO DE DUPLICATA DO DNOCS N° 117 DE 23/11/98 NO VALOR DE R\$ 3.347.195,00	R\$ 316.442,12

OF. nº 058/00 - GAB/SLT

Brasília, 30 de março de 2000

*Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
En. o 5/4/2000
Luzia Toledo*

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o com a satisfação de sempre, comunico a Vossa Excelência que estou impossibilitada de participar dos trabalhos dessa Comissão no período de 4 a 6 de abril do corrente, quando estarei, conforme documentos anexos, participando dos trabalhos da Comissão de Infra-Estrutura.

Certo da atenção de Vossa Excelência, na oportunidade, apresento minhas considerações.

Atenciosamente,

Senadora LUZIA TOLEDO

Excelentíssimo Senhor
Senador RAMEZ TEBET,,
Digníssimo Presidente do
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

OF.Nº 029/00

Brasília, 30 de março de 2000.

Prezada Senadora,

Na qualidade de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, comunico a Vossa Excelência, que a Subcomissão Temporária, criada através do

Requerimento nº 02/2000-CI, "Destinada a apurar *in loco*, as causas e consequências, bem como as providências a serem tomadas, em virtude do vazamento de óleo ocorrido na Baía de Guanabara, no Estado do Rio de Janeiro", realizará no dia 05 de abril audiência pública no Auditório da Assembléia Legislativa do Espírito Santo à fim de tratar sobre a poluição por resíduos tóxicos, causada por indústrias, no Porto de Vitória e adjacências.

Desta forma convido Vossa Excelência, como legítima representante deste Estado, para participar das atividades previstas conforme roteiro em anexo.

Atenciosamente.



SENADORA EMILIA FERNANDES
PRESIDENTE

Exma. Sra.
Senadora Luzia Toledo
Nesta

ROTEIRO PARA A VISITA A VITÓRIA

TERÇA-FEIRA - 04/ABRIL

19:03 hs - CHEGADA A VITÓRIA PELA RIO SUL, COM DESLOCAMENTO PARA O HOTEL
SENAC ILHA DO BOI
RUA BRAÚLIO MACEDO, 417 - ILHA DO BOI - TEL: 27- 315-0111

NOITE LIVRE

QUARTA-FEIRA - 05/ABRIL

08:00 hs - CAFÉ COM O PREFEITO LUIS PAULO VELLOZO LUCAS

8:30 hs - VISITA AO GOVERNADOR DO ESTADO, DR. JOSÉ IGNÁCIO FERRÉIRA

09:00 hs - DESLOCAMENTO PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

09:30 hs - AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OS DEPOIMENTOS DE

- 1) DR. LUIS PAULO VELLOZO LUCAS – PREFEITO DE VITÓRIA
- 2) DR. JARBAS RIBEIRO DE ASSIS JR. SECRETÁRIO E PRES. DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
- 3) DR. ALMIR BRESSAN JR. SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO
- 4) DR. JOÃO FELÍCIO SCARDUA – SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO
- 5) PROF. ROGÉRIO SILVEIRA QUEIROZ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO ES
- 6) DR. MÁRIO TIROLI JÚNIOR – CHEFE DO SETOR DE PNEUMOLOGIA PEDIÁTRICA DO HOSPITAL INFANTIL N. SRA. DA GLÓRIA.
- 7) DR. CARLOS GALILEU PORTO – PRESIDENTE DA SECÇÃO REGIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALERGIA E IMUNOPATOLOGIA
- 8) DRA. ANDRÉA PONTUAL – PROCURADORA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- 9) SR. PAULO ESTEVES – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA ILHA DO FRADE – SAMIERA
- 10) SR. JOSÉ VALADÃO ARANTES JUNIOR – ASSOCIAÇÕES DA PRAIA DO CANTO, ILHA DO FRADE, PRAIA DA COSTA, MATA DA PRAIA E ILHA DO BOI.
- 11) DR. SEVERINO DANTAS FILHO E DRA. MARIZA GONÇALVES LEAL – ASSOCIAÇÃO MÉDIACA DO ESPÍRITO SANTO.

13:00 hs – ALMOÇO

14:30 hs – CONTINUAÇÃO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

17:46 hs – VOLTA PARA BRASÍLIA

20:32 hs – CHEGADA AO AEROPORTO DE BRASÍLIA

(Levanta-se a Reunião às 12 horas e 39 minutos)

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 3, DE 2000

PROBLEMA SE
EM 02/04/2000

Diretor da SSAPES

Dispõe sobre a obrigatoriedade da entrega da Declaração de Bens e Rendas para o exercício de cargos, empregos e funções no Senado Federal, nos termos do art. 1.º da Lei n.º 8.730, de 1993.

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e

CONSIDERANDO o dispositivo contido na Lei n.º 8.730, de 1993, que estabelece a obrigatoriedade da apresentação da Declaração de Bens e Rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para os servidores públicos elencados no art. 1.º da citada Lei;

CONSIDERANDO o previsto no art. 5.º da Instrução Normativa-TCU n.º 005, de 1994, que confere à Secretaria de Controle Interno, dentre outras atribuições, a fiscalização do cumprimento da exigência de entrega das declarações à respectiva Unidade de Pessoal pelas autoridades e servidores relacionados no art. 1.º da Lei n.º 8730, de 1993, e a verificação da compatibilidade entre as variações patrimoniais e os rendimentos declarados;

CONSIDERANDO que praticamente todo o quadro de pessoal desta Casa Legislativa estaria sujeito à abrangência do art. 1.º da citada Lei, englobando um número expressivo de servidores;

CONSIDERANDO que os servidores ocupantes de funções comissionadas de menor retribuição pecuniária desempenham tarefas peculiares de características mais operacionais, implicando em responsabilidades diferenciadas dos ocupantes de funções de chefia;

CONSIDERANDO, ainda, o reinício dos procedimentos cabíveis para a recepção de cópia da declaração de bens e rendas, referente ao exercício de 2000, ano-base 1999, e a posterior verificação da compatibilidade patrimonial, a serem conduzidos por Comissão Especial de Recepção e Controle da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda e pela Secretaria de Controle Interno,

RESOLVE:

Art. 1.º - Estão obrigados a entregar cópia da declaração de bens e rendas, até o último dia útil do mês de maio, os servidores ocupantes de funções comissionadas retribuídas a partir da FC-6, além de todos os ocupantes de cargo de livre provimento, os membros titulares e suplentes de Comissões de Licitação, os Gestores titulares e substitutos de Contratos e os integrantes do Rol de Responsáveis.

Art. 2.º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em

07 de abril de 2000.

Senador **RONALDO CUNHA LIMA**
Primeiro-Secretário

(1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)

Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramz Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna
5. Amir Lando

1. Marluce Pinto
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)
5. (Vago)

PFL

1. Geraldo Althoff
2. Francelino Pereira
3. Paulo Souto
4. Juvêncio da Fonseca

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Djalma Bessa
4. Freitas Neto

PSDB

1. Lúcio Aleântara
2. Osmar Dias
3. José Roberto Arruda

1. Antero Paes de Barros
2. Luzia Toledo
3. Romero Jucá

Bloco de Oposição

1. Lauro Campos
2. Heloísa Helena
3. Jefferson Peres

1. José Eduardo Dutra
2. Marina Silva
3. Roberto Saturnino

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fones: 311-3265
311-4552



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4256)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612) - GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA
Vice-Presidente: BELLO PARGA
(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1.	GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2.	PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3.	ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4.	ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5.	MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6.	MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7.	WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8.	AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9.	JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1.	JOSÉ AGRIPIINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2.	JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3.	ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4.	BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5.	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (3)	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6.	GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7.	MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1.	VAGO	RR	2111/2117
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2.	SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3.	LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4.	LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5.	OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES		UF	Ramais
EDUARDO SÚPLICY - PT	SP	3213/3215	1.	ANTONIO C. VALADARES -PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2.	SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3.	ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4.	MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5.	HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE		UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1.	ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(3) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas

Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55

Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS

Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA

(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (2)	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4096
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE-PPS (1)	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

PMDB

**MARLUCE PINTO RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO DF-4064/65**

PFL

**GERALDO ALTHOFF SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES SE-4055/57**

PSDB

**OSMAR DIAS PR-2121/25
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)
HELOÍSA HELENA (PT) AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT) AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT) RS-2331/37**

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LUIZ ESTEVÃO
VICE-PRESIDENTE:**

PMDB	
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
PFL	
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS-1128/1228
DJALMA BESSA	BA-2211/17
PSDB	
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PPB	
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

DESIGNADA EM: 06/10/1999

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIÑO

Vice-Presidente: RAMEZ TEBET

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. GERALDO LESSA	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPILCY – PT	SP	3215/3217

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

Presidente:

Vice-Presidente:

(7 membros)

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO DE OPOSIÇÃO - 1

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VAGO		
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. VAGO		
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (4)	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (3)	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. VAGO (Cessão ao PPS)		
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
GERALDO LESSA	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOISA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (4)	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999.

(3) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, nos termos do art. 56, I, da Constituição Federal, a partir de 30/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

**PRESIDENTE:
(09 TITULARES)**

TITULARES

	PMDB
AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
	PFL
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
	PSDB
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
(1) BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT)	
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTES)

TITULARES

		PMDB	
JOSE FOGAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT-PDT)	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
PAULO LUIZ OTÁVIO (2)	RJ- 4229/30	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79
	PPB		
	PA-3050/4393		

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfiliou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA N° 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TAVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPLICY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Fax: 311-3546

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI

Presidente: EMILIA FERNANDES
 Vice-Presidente: ALBERTO SILVA
 (23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE AGRIPINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. VAGO		
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUÇÁ	RR	2111/2117	4. VAGO (Cessão ao PPS)		
GERALDO LESSA	AL	4093/4096	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPILY – PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE – PPS (1)	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retiram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Círculo de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ

Vice-Presidente: ROMEU TUMA

(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VAGO			2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retiraram-se do Bloco: o PPS, em 5/10/1999; e o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Itinerário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Lideres Partidários

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSE FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTES

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSE FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	** 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	3111102	3233571
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	Luzia Toledo	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN AFONSO ARINOS	# ALA SEN TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN NILO COELHO	## ALA SEN TANCREDO NEVES	@ ALA SEN RUY CARNEIRO
*** ALA SEN ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN FELINTO MULLER	*# ALA SEN AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN DINARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

* Gabinetes localizados no Anexo III

Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 31,00
Porte de Correio	RS 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 127,60
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	RS 62,00
Porte de Correio	RS 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	RS 255,20
Valor do número avulso	RS 0,30
Porte avulso	RS 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho, Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP conta nº 920001-2, Banco do Brasil Agência 3602-1 conta nº 170500-8 ou recibo de depósito via FAX (061) 224-5450, a favor da FUNSEEP indicando a assinatura pretendida conforme tabela de códigos identificadores abaixo, discriminado

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



O Livro da Profecia – Obra organizada por Joaquim Campelo Marques, com 976 páginas. Coletânea de artigos da lavra de diversos pensadores, artistas, cientistas, escritores e intelectuais brasileiros sobre o século XXI.

Preço por exemplar: R\$ 25,00

De Profecia e Inquisição – Coleção Brasil 500 Anos – Coletânea de textos da autoria do padre Antônio Vieira, referentes ao processo que o Santo Ofício promoveu contra o grande missionário e pregador. Edição alusiva ao terceiro centenário da morte do autor, com 278 páginas.



Preço por exemplar: R\$ 20,00



Da Propaganda à Presidência – Coleção Memória Brasileira – Edição fac-similar da obra de Campos Sales, publicada em 1908. Contém narrativa detalhada a respeito da trajetória do autor, desde os tempos da propaganda republicana até o mandato presidencial, retratando, histórica e analiticamente, o surgimento do pacto político de maior durabilidade do período republicano brasileiro. Com 232 páginas e introdução de Renato Lessa.

Preço por exemplar: R\$ 8,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, manterá cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

A Política Exterior do Império

Coleção Biblioteca Básica Brasileira

Edição fac-similar, em três volumes. Obra clássica da história diplomática brasileira que apresenta um panorama e uma análise das relações internacionais do país no século XIX. De autoria de J. Pandiá Calógeras.

Preço (três volumes): R\$ 60,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conheça algumas de nossas publicações



Catálogo da Exposição de História do Brasil – Coleção Brasil 500 Anos – Edição fac-similar, organizada por Ramiz Galvão, em três tomos. A mais vasta bibliografia da história e geografia do Brasil até 1881. Lançado em 2 de dezembro de 1881, quando D. Pedro II inaugurou a 1ª Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

Preço (três tomos): R\$ 60,00



Clodomir Cardoso – Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado
Obra organizada por Luciano de Sousa Dias, com 580 páginas. Traz a biografia do Senador da República Clodomir Cardoso, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos.

Preço por exemplar: R\$ 10,00



O Projeto do Código Civil no Senado Federal – Projeto de Lei do Código Civil, em dois volumes. No primeiro, textos elaborados e revistos, os pareceres do Relator-Geral e os dados da discussão e votação da matéria no Plenário. No segundo volume encontram-se as contribuições dos juristas ao trabalho legislativo.

Preço (dois volumes): R\$ 30,00

Consulte nosso catálogo na Internet: www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir uma ou mais publicações:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

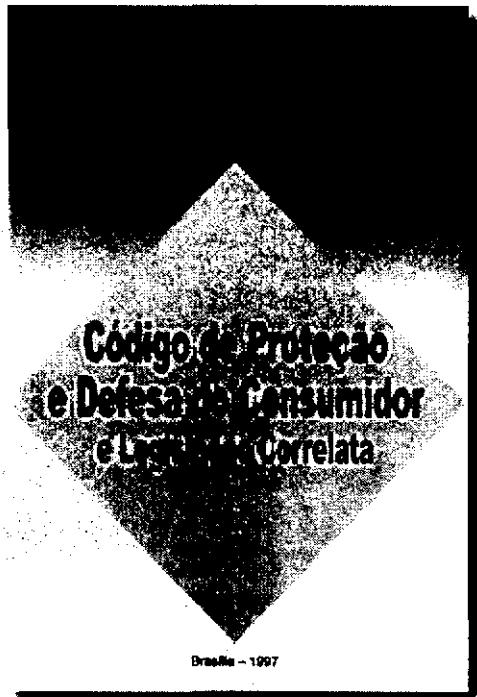


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Correlata

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Com 115 páginas, traz índice temático remissivo, elaborado por Alcides Kronenberger e Maria Celeste J. Ribeiro.

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet
www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 120 PÁGINAS